



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

ANA ANGÉLICA PEREIRA SOUZA

Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociológica

**JOÃO PESSOA/PB
AGOSTO-2010**

ANA ANGÉLICA PEREIRA SOUZA

Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociológica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, nível Mestrado, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Joseli Bastos da Costa

JOÃO PESSOA/PB
Agosto/2010

S729v Souza, Ana Angélica Pereira.
Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociológica/
Ana Angélica Pereira Souza.- - João Pessoa : [s.n.], 2010.
177f. : il.
Orientador: Joseli Bastos da Costa.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.Psicologia social. 2.Conjugalidade violenta. 3.Violência contra a
mulher.

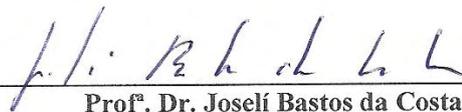
UFPB/BC

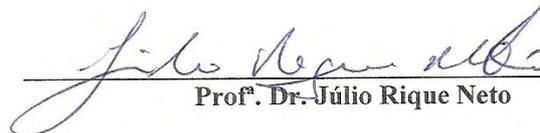
CDU: 316.6(043)

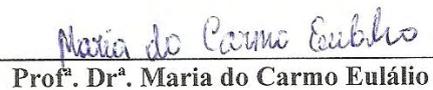
**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS: UMA
ANÁLISE PSICOSSOCIOLÓGICA**

Ana Angélica Pereira Souza

Banca Avaliadora:


Prof. Dr. Joseli Bastos da Costa


Prof. Dr. Júlio Rique Neto


Prof. Dr. Maria do Carmo Eulálio


Prof. Dr. Maria da Penha de Lima Coutinho

João Pessoa, 19 de agosto de 2010

A Dora, Isaura, Emília, Terezinha, Ana, Rita, Iracema, Carolina, Laura, Lígia, Luma e Lucineide. Certamente me ensinaram bem mais do que pude expressar nestas páginas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiro e maior responsável por todas as conquistas da minha vida.

Ao professor Joseli (Joca) por sua sabedoria e imensa paciência para transmitir-me parte dela.

Ao professor Júlio pela atenção e pelas relevantes contribuições para esta pesquisa.

A Carmita minha sincera alegria em saber que está fazendo parte de mais um momento tão especial na minha vida – também espero corresponder à altura a honra que tenho em recebê-la nesta banca.

Aos meus chefes Dr. Toscano e Dra. Socorro, por valorizarem o crescimento profissional e possibilitarem uma maior dedicação de minha parte a esta pesquisa.

Às profissionais do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, especialmente a Lucinha, Regina, Dona Lourdes, Fernanda e Gregória, sem as quais esse trabalho teria sido bem mais difícil. Obrigada pela gentileza e cordialidade sempre.

A minha mãe, Lita, mulher guerreira, forte, meu colo, meu abraço amigo, que Deus lhe dê toda felicidade do mundo, mais do que merecida.

Ao meu pai, Valdomiro, exemplo de coragem, que me ensinou a acreditar que eu podia alcançar, quando nem eu mesmo acreditava, quando tudo parecia improvável.

Às minhas irmãs Daiane e Anaiane, sei que mesmo de longe estavam sempre torcendo por mim, sei que nossa amizade independe da distância que nos separa.

A Bruno, meu grande companheiro, estou certa de que me ajudou o máximo que pôde. E na maior parte do tempo, o que mais me ajudava era saber que ele estava ao meu lado.

Às mulheres participantes, por terem aberto as portas de suas casas e de suas vidas e me permitirem entrar. Serei eternamente grata.

Aos colegas do núcleo: Roni, Carla, Fátima, Karina, Robson, Cibele, Clóvis, Mέλquia, Anderson, Mateus, Flávia, Taís, Eudo, Andressa, com quem aprendi um pouquinho sobre Auto-percepção, Adição à internet, Esquerda política, Coping, Religião, Bullying, Quilombos, e dividi outros bons momentos.

Aos amigos Junior, Lisieux, Paulo, Beatriz, Susy, Fernanda, Aline, Ana Leonor, Lindoneide, Ana, Iumara, Binho, Emanuel e Joacy, pelas palavras de apoio e incentivo, e pelas doses de alegria nas horas de angústia.

*Tenha sempre presente que a pele se enruga,
O cabelo embranquece, os dias convertem-se em anos...
Mas o que é importante não muda;
A tua força e convicção não tem idade.
O teu espírito é como qualquer teia de aranha.
Atrás de cada linha de chegada, há uma de partida.
Atrás de cada conquista, vem um novo desafio,
Enquanto estiveres viva, sente-se viva.
Se sentes saudade do que fazias, volta a fazê-lo.
Não vivas de fotografias amareladas...
Continua, quando todos esperam que desistas.
Não deixes que enferruje o ferro que existe em ti.
Faz com que em vez de pena, te tenham respeito.
Quando não consigas correr através dos anos, trota.
Quando não consigas trotar, caminha.
Quando não consigas caminhar, usa uma bengala.
Mas nunca te detenha!!!*

(Só para mulheres fenomenais
Madre Tereza de Calcutá)

RESUMO

Souza, A. A. P. (2010). *Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociológica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

A violência contra a mulher no contexto das relações íntimas é aquela praticada pelo cônjuge, noivo, namorado ou companheiro. É o tipo mais recorrente de violência contra a mulher. O objetivo deste estudo foi investigar os fatores relacionados à permanência e ao rompimento do relacionamento íntimo violento, na perspectiva da mulher em situação de violência. A pesquisa consistiu em primeiramente construir um modelo teórico explicativo do início, permanência e rompimento do relacionamento violento; em seguida foi realizada uma pesquisa empírica abordando o modelo teórico. O modelo teórico proposto considera que a violência na relação íntima pode ser analisada a partir de três dimensões: a **dimensão cognitiva**, na qual o principal fator explicativo da manutenção da relação íntima violenta seria a disfuncionalidade cognitiva, constituída por características como crenças disfuncionais/irracionais, baixa auto-estima, baixa auto-eficácia percebida, lócus de controle externo; a **dimensão relacional**, constituída principalmente pela funcionalidade comportamental da relação, isto é, a avaliação feita pela mulher dos “ganhos” em manter-se na relação e as respectivas perdas que ela teria caso rompesse a relação – dependência econômica, preocupação com o sustento ou bem-estar dos filhos, rejeição ao *status* de mulher separada, medo de ser assassinada; e a **dimensão cultural**, formada pelas crenças sociais amplas acerca da violência, dos papéis sexuais, refletidas no apoio social percebido pela mulher, seja pelos grupos mais próximos como familiares e amigos, seja pelas instituições sociais, polícia, justiça, entre outros. A pesquisa empírica consistiu num estudo de casos múltiplos com 12 mulheres que viveram ou ainda vivem uma relação íntima violenta. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista em profundidade realizada em duas partes. Na primeira a mulher contava a história do relacionamento violento e na segunda eram aprofundados pontos específicos, relacionados ao modelo. A análise dos dados mostrou que indicativos de disfuncionalidade cognitiva estavam presentes principalmente na fase da permanência da mulher na relação violenta, a principal crença disfuncional verificada foi a crença da mulher, muitas vezes por anos, na mudança do comportamento violento do parceiro. A funcionalidade comportamental foi evidenciada na permanência e no rompimento. O aspecto funcional mais frequente foi a manutenção pelo marido das despesas da casa e/ou dos filhos. Dois tipos de quebra da funcionalidade comportamental foram mais indicados como desencadeadores do rompimento – a mulher passou a ter condições de se manter e manter os filhos sem necessitar do parceiro, e a mulher sofreu tentativa de assassinato. O apoio social de familiares e amigos ao relacionamento foi motivador para a permanência e em alguns casos a não percepção de apoio social também favoreceu a permanência. Concernente ao apoio social para o rompimento, houve destaque para o apoio social dos filhos, citado como decisivo por parte significativa das mulheres. Foi referida ainda a ausência de apoio social das instituições – polícia e justiça – como motivadores da permanência. Em um dos casos esta ausência de apoio provocou uma reelaboração cognitiva, fortalecendo crenças disfuncionais de que a mulher deveria manter-se no relacionamento violento. Os mecanismos das dimensões relacional e cultural mostraram-se mais influentes no rompimento, enquanto as características cognitivas parecem estar mais associadas à permanência.

Palavras-chave: violência nas relações íntimas, conjugalidade violenta, violência contra a mulher.

ABSTRACT

Souza, A. A. P. (2010). *Intimate partner violence: a psychosocial analysis*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Violence against women in the context of intimate relationships is that practiced by the spouse, fiancé, boyfriend or partner. It is the most recurrent type of violence against women. The aim of this study was to investigate factors related to permanence and the disruption of intimate violence from the perspective of women in situations of violence. The research was to first build a theoretical model to explain the start, stay and disruption of the violent relationship, and then was carried out empirical research addressing the theoretical model. The theoretical model considers that violence in intimate relationship can be analyzed from three dimensions: the **cognitive dimension**, in which the main factor explaining the maintenance of violent intimate relationship would be the cognitive dysfunction, consisting of features such as dysfunctional beliefs / irrational, low self-esteem, low perceived self-efficacy, external locus of control, the **relational dimension**, mainly formed by the behavioral feature of the relationship, ie, the assessment made by the wife of the "gains" in keeping the relationship and their losses if she would break the relationship - economic dependence, concern for the livelihood or welfare of children, rejection of the status of women separate, fear of being murdered, and the **cultural dimension**, formed by broad social beliefs about violence, sex roles, reflected in perceived social support by women, either by groups closer as family and friends, or social institutions, police, justice, among others. The empirical research consisted of a multiple case study with 12 women who lived or still live in a violent intimate relationship. The instrument of data collection was an in-depth interviews conducted in two parts. At first the woman had a history of violent relationships and were second in depth specific issues related to the model. Data analysis showed that indicators of cognitive dysfunction were present mainly during the stay of women in violent relationship, the main dysfunctional belief checked was the belief of women, often for years, in changing the behavior of the violent partner. The behavioral feature was evident on a continuation and disruption. The functional aspect was the most frequent maintenance by the husband of the household expenses and / or children. Two types of cracking the behavioral feature were more indicated as causes of the disruption - the woman started to have conditions to maintain and keep their children without the need of the partner, and the woman suffered an assassination attempt. Social support from family and friends to the relationship was motivating to stay and in some cases the non-perception of social support also favored the retention. Concerning the social support for the disruption, there was emphasis on the social support of children, cited as decisive as significant part of women. One reference was also a lack of social support institutions - the police and justice - as motivators of stay. In one case this lack of support led to a reworking cognitive stronger dysfunctional beliefs that women should remain in violent relationships. The mechanisms of relational and cultural dimensions were more influential in breaking, while the cognitive characteristics appear to be associated with more permanence

Key words: intimate partner violence, conjugal violence, violence against women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Violência contra mulher dentro das violências de gênero	17
Figura 2: Violência nas relações íntimas situada entre outros tipos de violência	18
Figura 3: Ciclo da violência de Walker	37
Figura 4: Disfuncionalidade cognitiva e funcionalidade comportamental	52
Figura 5: Disfuncionalidade Cognitiva – Funcionalidade Comportamental – Crenças Sociais Amplas	54
Figura 6: Ciclo da violência simplificado	56
Figura 7: Relação entre as dimensões de significação da violência contra a mulher em cada estágio de desenvolvimento do relacionamento violento.....	60
Figura 8: Dimensões e processos mais característicos do Caso Dora.	80
Figura 9: Dimensões e processos mais característicos do Caso Isaura.	87
Figura 10: Dimensões e processos mais característicos do Caso Emília.	93
Figura 11: Dimensões e processos mais característicos do Caso Terezinha.....	101
Figura 12: Dimensões e processos mais característicos do Caso Ana	108
Figura 13: Dimensões e processos mais característicos do Caso Rita.	116
Figura 14: Dimensões e processos mais característicos do Caso Iracema.	122
Figura 15: Dimensões e processos mais característicos do Caso Carolina	128
Figura 16: Dimensões e processos mais característicos do Caso Laura.....	137
Figura 17: Dimensões e processos mais característicos do Caso Lígia.....	143
Figura 18: Dimensões e processos mais característicos do Caso Luma.....	148
Figura 19: Dimensões e processos mais característicos do Caso Lucineide.	154
Figura 20: Idade, tempo de namoro, casamento e ruptura dos casos estudados.....	155
Figura 21: Escolaridade, Renda e respectivas mudanças após o relacionamento	157
Figura 22: Processos da dimensão cognitiva mais evidentes nas histórias dos relacionamentos das mulheres	159
Figura 23: Processos da dimensão relacional mais evidentes nas histórias dos relacionamentos das mulheres	161
Figura 24: Processos da dimensão cultural mais evidentes nas histórias dos relacionamentos das mulheres	163
Figura 25: Relação entre as dimensões mais evidenciadas em cada estágio do relacionamento.....	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<i>A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS</i>	13
1. VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	14
1.1 Sobre os conceitos de Agressão e Violência	14
1.2 Violência contra a mulher, violência de gênero e outras violências	16
1.3 Aspectos epidemiológicos e fatores culturais da violência contra a mulher	21
2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E CONJUGALIDADE	23
2.1 Crise no conceito de conjugalidade	23
2.2 Dinâmica da formação e dissolução da Conjugalidade	25
2.3 Teorias ou explicações para a violência nas relações íntimas	26
3. FATORES RELACIONADOS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS	43
3.1 A dinâmica da relação violenta	43
3.2 Um Modelo Teórico Integrativo	45
3.2.1 A Dimensão Cognitiva	45
3.2.2 A Dimensão Relacional	50
3.2.3 A dimensão Cultural	53
3.2.4 Os estágios do relacionamento violento	54
<i>ESTUDO EMPÍRICO: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS</i>	61
4. PLANEJAMENTO DA PESQUISA	62
4.1 Justificativa	62
4.2 Objetivos	63
4.3 Expectativas do estudo	64
4.4 Tipo de estudo	67
4.5 Amostra	68
4.6 Instrumento de Coleta de Dados	69
4.7 Procedimento de Coleta de Dados	70
4.8 Procedimento de Análise de Dados	71
4.9 Considerações Éticas	72
5. A ANÁLISE DOS CASOS	73
5.1 Descrição e análise de cada caso	73
5.2 Análise comparativa dos casos	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	169
ANEXO 1 – Roteiro para entrevista	174
ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	176
ANEXO 3 – Certidão do Comitê de Ética da UFPB	177

INTRODUÇÃO

Violência é um tema comum no noticiário, nas conversas informais e vem se tornando objeto de interesse das diferentes ciências. Fala-se de violência urbana, violência doméstica, violência de guerra, violência no trânsito, violência estrutural, etc. Seja a nível conceitual ou a nível contextual, a violência se ramifica em subtipos múltiplos, cada um deles por sua vez, amplo e complexo.

Esta pesquisa trata de um tipo específico de violência: a violência contra a mulher no contexto das relações íntimas.

Sabe-se que o perfil da violência varia de homens para mulheres. Enquanto homens estão mais sujeitos a serem vítimas de crimes violentos praticados por homens, não necessariamente próximos a ele e em lugares públicos, as mulheres estão mais vulneráveis a serem vítimas de pessoas conhecidas, próximas. Na maioria das vezes o agressor é seu parceiro e a agressão ocorre dentro de casa. Cerca de três quartos dos casos de violência contra a mulher é perpetrada por alguém que ela conhece, enquanto nos casos de violência contra homem apenas a metade dos casos aproximadamente tem como agressor alguém conhecido. Nos casos de homicídio, estima-se que pelo menos 30% das mulheres assassinadas foram vítimas de seus maridos, ex-maridos ou namorados. Quanto aos assassinatos de homens, apenas 3% seriam praticados por esposas, ex-esposas ou namoradas (Crowell, Burgess, 1996).

Em todo o mundo, é alta a ocorrência de violência contra a mulher. Estimativas indicam que ao longo da vida, uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência. Entre 1997 e 2007 mais de 42.500 mulheres foram assassinadas no Brasil, uma média de mais de 10 mulheres mortas por dia (Instituto Sangari, 2010). A média de assassinatos femininos no Brasil está acima da média da maioria dos países europeus, mas abaixo de países como África do Sul e Colômbia que lideram a lista. Este problema, velado em muitas sociedades, desperta interesse no âmbito da Segurança Pública e mais recentemente dos Direitos Humanos e da Saúde Pública. Trata-se de um problema que afeta a saúde reprodutiva da mulher, bem como seu bem-estar físico e mental. E que encontra ressonância em áreas diversas do conhecimento: Sociologia, Serviço Social, Direito, Psicologia, Psicologia Social, Enfermagem, Teologia, Linguística, Literatura, dentre outras.

São conhecidas as histórias de mulheres que sofrem violência de seus parceiros e é comum ouvir-se de alguns do senso comum de que a mulher permanece com o agressor

porque “gosta de apanhar”. Todavia, com olhar científico e crítico não se pode acreditar numa explicação tão simplista e ingênua. Faz-se necessário compreender quais os elementos que conformam a mulher a uma situação de violência, uma vez que esta, a princípio, é uma situação disfuncional. Sofrer violência, ou submeter-se a ela não é uma escolha consciente, não é algo simples de ser compreendido. Há mulheres que, embora tenham vivido anos no ciclo de violência, conseguem romper o relacionamento violento. A que essa mudança pode ser atribuída? O que provoca o fim de uma situação violenta que se repetia sucessivamente? Por que algumas não saem do ciclo de violência?

O interesse do presente estudo é compreender a violência na relação íntima, sob a perspectiva da mulher que vive ou viveu a experiência da violência de seu parceiro. Para tanto foi feita uma análise do fenômeno em três dimensões: uma primeira dimensão a nível intraindividual, chamada de dimensão *cognitiva*, relacionada principalmente a crenças pessoais da mulher, percepção de si e do mundo; uma dimensão num nível interpessoal, chamada de dimensão *relacional*, na qual se observam as características da díade, a dinâmica da relação entre a mulher e seu parceiro, custos e benefícios da conjugalidade; e por fim a dimensão nos níveis intragrupal e societal, denominada de dimensão *cultural*, onde são observadas as crenças socialmente compartilhadas sobre os papéis sexuais, sobre conjugalidade e violência, e ainda o apoio dos grupos sociais, família, pares, e instituições como programas sociais, leis, polícia, justiça.

Foram entrevistadas 12 mulheres que vivenciam ou vivenciaram relacionamentos violentos. Buscou-se investigar os aspectos cognitivos, relacionais e culturais associados ao início, permanência e rompimento do relacionamento de cada uma. Os dados indicaram alguns processos comuns à maioria das mulheres, outros menos frequentes, mas que mostraram grande relevância para a permanência e o rompimento da relação violenta.

O texto segue-se dividido em duas partes principais: uma teórica e outra empírica. A primeira parte possui três seções e a segunda duas seções. A primeira seção introduz a temática através de uma breve exposição e diferenciação entre os conceitos de violência e agressão, seguidos do conceito de violência contra a mulher nas relações íntimas, bem como outros conceitos afins. Em seguida são apresentados alguns dados sobre a epidemiologia da violência contra a mulher em diversas culturas.

A segunda seção aborda a conjugalidade e a crise que esse conceito vem sofrendo a partir de meados do século passado, bem como a dinâmica da formação e dissolução desse tipo de relacionamento. Ao fim da seção encontra-se uma descrição breve das diversas teorias

que se desenvolveram para explicar o fenômeno da violência contra a mulher nas relações íntimas.

A terceira seção corresponde ao modelo teórico elaborado neste estudo, que serviu para nortear a pesquisa empírica. São elencados os fatores tidos como explicativos da manutenção e do rompimento da relação violenta.

A quarta e a quinta seções correspondem, respectivamente, ao método da pesquisa empírica – incluindo objetivos, justificativa, procedimento de coleta e análise dos dados – e aos resultados, que são apresentados de modo individual e numa análise comparativa.

Espera-se que este estudo amplie a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher no contexto das relações íntimas. Os resultados podem subsidiar a elaboração de outras pesquisas, bem como o planejamento de políticas de combate e prevenção à violência contra a mulher, e a atuação de profissionais que trabalham diretamente com a temática.



A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS

Picasso

1. VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nesta seção serão abordados os parâmetros conceituais nos quais este estudo está baseado. Brevemente são apresentados os conceitos de violência e agressão, justificando a escolha do termo utilizado. Com este mesmo fim, são descritos os diversos conceitos relacionados à temática, tais como violência contra a mulher, violência de gênero, violência doméstica, dentre outros. Por fim acrescentam-se alguns dados epidemiológicos acerca do fenômeno, no Brasil e em outras culturas.

1.1 Sobre os conceitos de Agressão e Violência

Agressão e violência são conceitos semelhantes, mas com utilização diferenciada. Para alguns a agressão contém a violência, sendo esta mais específica, e há outras concepções exatamente opostas, de que a agressão está contida na violência (tida como mais ampla). O conceito de agressão é utilizado principalmente pela Psicologia. Agressão humana é “qualquer comportamento dirigido a outra pessoa, que tem como objetivo causar-lhe um dano. E ainda, no qual o perpetrador sabe que o comportamento causará dano a outrem e esse outrem tende a evitar tal comportamento” (Anderson & Bushman, 2002, p. 28). A agressão é percebida basicamente como um comportamento, são observados neste conceito, apenas os aspectos do ato por si, do agente e da vítima, sem analisar em profundidade outros fatores situacionais e motivacionais. A violência seria uma agressão que tem como consequência um dano extremo, como a morte por exemplo. O termo violência é apenas um adjetivo que qualifica a gravidade da agressão. Para os autores toda violência é agressão, mas muitos tipos de agressão não são violência. Uma criança que empurra outra de um triciclo é um ato de agressão, mas não é um ato de violência (Anderson & Bushman, 2002).

Já a perspectiva sociológica, utilizando o termo Violência, percebe o fenômeno de forma mais abrangente. A seguinte definição, utilizada pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças e Conselho de Prevenção à violência da polícia da Califórnia, foi retirada dos anais de Sociologia de 2002:

Violência é a ameaça ou o uso atual de força física ou poder contra uma outra pessoa, contra si mesmo, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em dano, morte ou privação (citada por Jackman, 2002, p 391).

O primeiro conceito utilizado isoladamente não é suficiente para dar respaldo ao estudo aqui proposto de violência contra mulher por não abordar as questões sociais e culturais de manutenção e reprodução deste tipo específico de violência ao longo da história. Isto é, em que medida essa “agressão” sofrida pela mulher não consiste apenas num fato particular, entre o perpetrador e a vítima, mas sim contém um respaldo das normas sociais, uma crença de que há uma relação hierárquica entre homem e mulher. Trata-se, portanto, não de uma relação inter-individual (um indivíduo homem – e um indivíduo mulher), mas de uma relação intergrupala (os homens – as mulheres), carregando consigo tudo o que se acredita e se atribui a ser homem e ser mulher. Assim sendo, o segundo conceito é mais apropriado que o primeiro no sentido que acrescenta os elementos: o “poder”, entendido como uma força não física, mas simbólica e o “grupo”, isto é, a questão da relação social mais ampla que a relação dual simplesmente.

Segundo Suárez e Bandeira (2002, p. 307), violência é definida como “uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por alguém com finalidade de submeter o corpo e a liberdade de um outro, a violência aparece como tentativa de estender a própria vontade sobre a alteridade”.

Jackman (2002) propõe que três elementos sejam considerados ao se analisar um ato violento. Primeiro: aspectos como o tipo de comportamento utilizado pelo perpetrador, o tipo de injúria resultante, motivação aparente, *status* atribuído à vítima e ao agente, qual o relacionamento entre ambos, legalidade ou ilegalidade da ação, se é socialmente condenada, admirada ou repudiada, penalidades para tal ato; segundo, os mecanismos institucionais, se obstruem ou facilitam a prática da violência, neste aspecto pode-se situar as violências nas relações de raça, classe e de gênero; e o terceiro, a ideologia da violência, no sentido de entender por que vários atos de violência são repudiados, ignorados, negados, elogiados ou glorificados.

Uma definição social de atos violentos emerge de um contexto cultural entre percepções do agente e vítima assim como dos três pontos citados. Deve-se examinar, portanto as metas sociais, econômicas e políticas e os recursos de agentes e vítimas (Jackman, 2002).

Utiliza-se o termo violência contra a mulher mais frequentemente que o termo agressão contra a mulher por ter-se convencionado que este fenômeno seria melhor entendido

sob o conceito de violência, mais abrangente, que sob o conceito de agressão, e esta também será a perspectiva adotada neste estudo.

1.2 Violência contra a mulher, violência de gênero e outras violências

A violência contra mulher pode ser confundida com outros conceitos correlatos, alguns dos quais podem ser mais amplos ou sutilmente diferentes. Desconsiderando, para o estudo presente, os tipos de violência que se afastam mais desta temática como a violência de guerra e a violência urbana em geral, vale pormenorizar alguns tipos de violência:

Dois grandes tipos de violência podem ser destacados: a violência de gênero e a violência doméstica.

A **violência de gênero** está fundamentada nos papéis sociais assumidos pelo homem e pela mulher. Isto é, tem como contexto a relação de gênero, na qual se estabeleceu um papel “típico” feminino e masculino. A mulher teria um estatuto hierárquico subalterno ao homem. Esta crença está subjacente a diversos comportamentos violentos, em diversos âmbitos. Por exemplo, a violência no ambiente de trabalho, na rua, o estupro, a diferença salarial, a violência institucional e **também** a violência no lar e na relação íntima. Inclui a violência do homem contra a mulher, da mulher contra mulher e da mulher contra o homem, inclui as violências que têm como pano de fundo o que é ser mulher e o que é ser homem numa dita sociedade, assentadas mais nas diferenças sociais e culturais do que propriamente nas diferenças anatômicas. Há autoras que preferem utilizar o termo conflito ao invés de violência de gênero. O conceito de *conflito* não implicaria necessariamente a ocorrência de violências no plano das relações interpessoais, cotidianas, tal qual o de violência, mas antes as relações de poder, uma sujeição que está presente independentemente da ocorrência do fato violento (Izumino, 2004).

Embora a violência de gênero tenha como principal expressão a violência contra a mulher, ela também dá margem a situações de violência em que a vítima é um homem, ou homossexual.

A **violência contra a mulher** é um tipo de violência compreendido dentro da perspectiva de gênero. É a violência de gênero num vetor específico – direcionado à mulher. Ela tem origem num *status* de subordinação que as mulheres e meninas possuem na sociedade. A violência sofrida por mulheres é diferente da violência interpessoal em geral. Os

homens, embora também estejam sujeitos a sofrer violência de gênero, estão mais suscetíveis a serem vítimas de um estranho ou conhecido, enquanto as mulheres, a serem vítimas de violência praticada por um familiar ou parceiro íntimo. A mulher frequentemente está envolvida emocionalmente e é financeiramente dependente daquele que pratica a violência. E estes aspectos têm forte implicação na forma como a violência é sentida e como pode ser combatida (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

A violência contra mulher foi definida em 1993 pelas Nações Unidas como

Qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de sua liberdade, seja na vida pública ou privada (p. 444 - Article 1 - Declaration on the Elimination of Violence Against Women, citado por Heise, Ellsberg & Gottemoeller, p. 3, 1999).

Esse tipo de violência tem sido utilizado de forma ampla, ela abarca a violência na família, inclui o abuso sexual no lar, violência relacionada ao dote, mutilação genital e outras práticas tradicionais que atentam contra a mulher, não necessariamente perpetradas pelo marido. Inclui ainda a violência relacionada à exploração, as violências ao nível da comunidade em geral, no trabalho, em instituições, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada, a violência perpetrada pelo Estado, dentre outras (Sanchis, 2005). Enfim, refere-se a todo tipo de violência respaldada numa diferença de estatuto nos papéis sociais feminino e masculino, no qual a vítima é uma mulher.

Pode-se desenhar, portanto, um tipo de violência mais amplo: a violência de gênero que abarca a violência contra mulher.

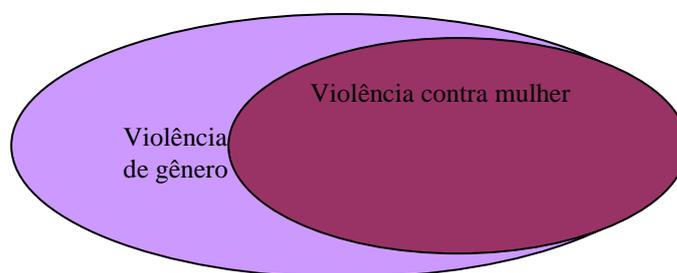


Figura1: Violência contra mulher dentro das violências de gênero

A **violência familiar** ou **doméstica** é um outro tipo de violência que ocorre **ou não** sob um contexto de gênero. Todavia o aspecto principal deste tipo de violência é o contexto

em que ela ocorre – familiar. Ela ocorre dentro do ambiente doméstico, necessariamente entre membros de uma família (família entendida como laços consanguíneos ou laços considerados como tal). Em geral é dirigida aos membros mais vulneráveis da família. Contempla então desde o maltrato infantil até o maltrato a anciãos, independentemente o gênero (Sanchis, 2005).

Violência na relação íntima (ou no casal) é um pouco mais específica, refere-se a agressões nas quais a pessoa que agride mantém (ou mantinha) um relacionamento afetivo, conjugal, vínculo emocional com a pessoa agredida. Comumente, o agressor neste tipo de violência é não apenas o marido ou ex-marido, como também o companheiro ou ex-companheiro (união consensual), noivo e ex-noivo, namorado e ex-namorado, ou seja, pessoas que podem não ter o meio familiar como cenário para a ocorrência da agressão, esta se respalda num vínculo emocional presente ou passado. A violência na relação íntima pode ser entendida, portanto, como um tipo de violência contra mulher, que pode estar situada dentro do tipo de violência familiar. Uma vez que a violência contra mulher pode ocorrer em outro âmbito que não o familiar, e a violência familiar pode ser dirigida a outras vítimas, que não a mulher (Sanchis, 2005).

Abaixo a ilustração que localiza este tipo de violência relacionada em meio às demais

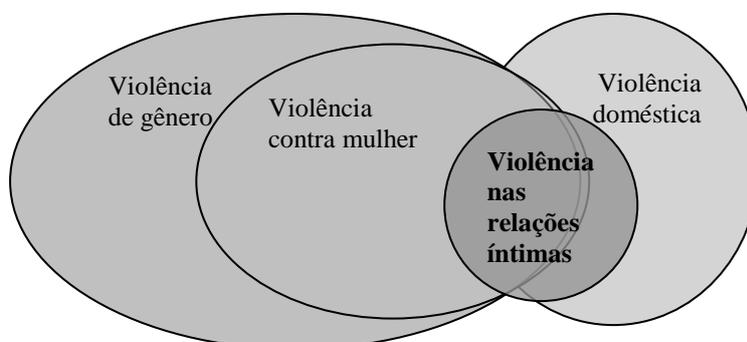


Figura2: Violência nas relações íntimas situada entre outros tipos de violência

Espinosa (2004) utiliza o seguinte conceito de violência na relação íntima:

comportamento hostil consciente e intencional (de caráter não acidental) que, por ação ou omissão, causa na pessoa maltratada um dano físico, psíquico, jurídico, econômico, social, moral ou sexual, atentando assim contra sua liberdade e seu direito a desenvolver-se como pessoa (Cantera, 2003, p. 196 citado por Espinosa, 2004, p. 16).

Os autores deste estudo entendem a violência nas relações íntimas como uma ação intencional dirigida ao parceiro ou parceira, percebida como causadora de dano, na qual se utiliza da força real ou simbólica para machucar, reprimir ou controlar o outro.

Neste estudo será utilizado o termo *violência do homem contra mulher nas relações íntimas*, este será o fenômeno observado: a violência perpetrada numa relação de confiança, numa relação amorosa. É um tipo de violência de gênero e contra a mulher, podendo ser doméstica ou não. Excluem-se dos objetivos desta pesquisa as violências em outras instâncias como: a violência institucional, no trabalho, na rua, e aquelas praticadas por desconhecidos e familiares outros como pai, padrasto, irmão, tio ou a violência da mulher para o homem ou para outra mulher dentro da relação íntima.

Ademais os tipos de violência, há ainda a classificação conforme as expressões da violência – dimensões da violência. Enquanto pode-se caracterizar o tipo de violência a partir do contexto em que ela ocorre e seus atores (perpetradores da violência e vítimas), as dimensões da violência podem estar associadas à forma como o perpetrador age ou ao tipo de dano causado. Aqui será utilizada a classificação a partir do modo como o pólo ativo – agressor – provoca o dano na vítima. Isto é, violência física, verbal, simbólica, sexual, e discriminação sócio-econômica.

Os diversos tipos de violência muitas vezes ocorrem simultaneamente.

A violência **física** está associada aos danos à mulher através de elementos físicos, isto é, através do corpo do agressor (socos, pontapés, golpes, tapas, empurrões, chutes) ou uso de instrumento (armas “brancas” – facas, facões – armas de fogo etc.) este tipo de violência é o mais evidenciado por deixar “marcas concretas”, o dano mais evidente é o próprio dano físico (hematomas, queimaduras, hemorragias, fraturas, mutilações, desfiguração, lesões em órgãos internos ou mesmo a morte).

A violência **verbal** é aquela que causa dano através da fala, são principalmente os gritos, insultos, desqualificação, xingamentos e palavrões dirigidos à mulher. Embora não deixem marcas evidentes podem significar muitos danos à mulher e como consequência sofrimento de ordem psíquica.

A violência **simbólica** não é manifesta através de um corpo físico nem necessariamente de palavras, ela tem como meio de ocorrência símbolos culturalmente difundidos ou a antecipação da ocorrência de outra violência, por exemplo: as ameaças, a hostilidade, a humilhação, a estigmatização. Violências muitas vezes assentadas nas crenças sociais de diferença de estatuto entre homens e mulheres e o consequente poder deles sobre

elas. Este tipo de violência tem como dano previsível o dano psicológico, silencioso e, portanto, ainda não muito audível a muitos que deixam de percebê-lo.

A violência **sexual**, embora envolva elementos da violência física e simbólica, tem como especificidade o estímulo sexual, mais do que qualquer outro como motivador do evento. Pode-se citar a coerção sexual a manter relações que atentam contra sua liberdade, higiene, saúde ou dignidade, por exemplo, a relação sexual forçada, ou estupro, assédio, abuso e exploração sexual.

Um quinto tipo de violência é a **discriminação sócio-econômica**, que se manifesta através dos diferentes destinos sociais encontrados pela menina e pelo menino. Esta violência tem como principal agente as normas sociais, as quais determinam liberdades, possibilidades profissionais, reconhecimento e estímulo financeiro (salários) diferenciados para homens e mulheres, atribuindo às mulheres possibilidades de autonomia reduzidas se comparadas aos homens.

Um novo subtipo da violência contra mulher que vem se destacando recentemente é chamado de *stalking*. Consiste na perseguição incansável praticada por uma pessoa a outra, geralmente por amor ou desamor, na forma de repetidas cartas apaixonadas, *emails*, telegramas, recados por rádio ou jornal, espera de sua passagem por determinado lugar – local de lazer, supermercados etc., divulgação de boatos negativos a respeito do outro para assim ganhar poder sobre ele. Em geral o sujeito ativo é homem e a mulher, passivo (mas há exceções no sentido oposto). Este subtipo, entretanto, não será abordado no presente estudo. (Crowell, Burgess, 1996).

Outro tipo de violência contra a mulher é a sua modalidade passiva, que consiste na violência por omissão. Por exemplo, a negligência e displicência dirigida à mulher, através da desatenção às suas necessidades físicas, emocionais ou sociais.

Quanto às consequências das violências sofridas a mulher pode sofrer dano: físico, psicológico, moral e social (perante o grupo a que pertence). Muitas vezes a classificação da violência utilizada pelos autores em geral é uma mescla do tipo de agressão com o tipo de dano decorrente da agressão.

A vitimização secundária é uma consequência da violência sofrida. Ocorre quando a mulher é obrigada a reviver várias vezes a situação de violência, cada vez que passa por uma instituição de defesa e cuidado: instância da saúde pública, policial, jurídica, psicológica, social, etc. Podendo configurar-se numa violência institucional quando é tratada sem a devida sensibilidade para seu caso, ou culpabilizada pelos funcionários da instituição.

1.3 Aspectos epidemiológicos e fatores culturais da violência contra a mulher

Dentre as formas de violência duas das mais comuns são: o abuso por parceiros íntimos e o sexo forçado. A maioria das mulheres que sofrem violência não sofre apenas uma vez, frequentemente uma atmosfera de terror permeia os relacionamentos abusivos (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

De acordo com um dossiê produzido pela Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (2001), no Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Venezuela, Israel e Cingapura a violência comumente é aprovada em caso de infidelidade feminina. Em outros países, como Egito, Nicarágua, Nova Zelândia, Gana, Índia, a mulher deve ser punida quando não cuida da casa e dos filhos, quando desobedece ao marido ou quando se recusa a ter relações sexuais (Rede Nacional Feminista de Saúde, 2001).

Entre os anos 1997 e 2007, 41.532 mulheres foram assassinadas no Brasil. A proporção de mortes de mulheres em comparação às dos homens é bem menor. Os homens são 92% das vítimas desse tipo de crime (Instituto Sangari, 2010). Porém estima-se que a grande maioria dos assassinatos femininos, em torno de 70% são praticados pelo parceiro (G1, 2009).

A taxa de assassinato feminino no Brasil é de 4,2 por 100 mil habitantes, mais alta do que a maioria dos países europeus que não ultrapassam 0,5 casos por 100 mil habitantes, e mais baixa do que países como África do Sul (25/100.000) e Colômbia (7,8/100.000) (Instituto Sangari, 2010).

Muitas culturas possuem crenças, normas e instituições sociais que legitimam e perpetuam a violência contra mulher. Comportamentos que seriam punidos se dirigidos a um empregado, um vizinho etc. é diferentemente avaliado quando é relacionado a uma mulher, especialmente dentro da família. Muitas culturas disseminam que os homens têm o direito de controlar suas esposas. Na Índia, por exemplo, o marido tem o direito de bater na mulher caso ela cometa um grande erro. Alguns motivos são considerados justificáveis para o homem bater na mulher, como: não obedecer ao marido, responder, não ter comida pronta na hora, não cuidar adequadamente da dos filhos ou da casa, questionar sobre dinheiro ou namoradas, ir a algum lugar sem sua permissão, recusar o sexo ou demonstrar suspeitas de infidelidade (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

A violência contra mulher é um grande problema de saúde pública. Os efeitos da violência contra a mulher podem ser devastadores para sua saúde reprodutiva e ainda para

outros aspectos do seu bem-estar físico e mental. Outros problemas possíveis em mulheres que sofrem violência por um longo período de tempo: dores crônicas, debilidade física, abuso de álcool e drogas e depressão. E também estão suscetíveis a doenças sexualmente transmissíveis. Trata-se de uma violação aos direitos humanos. Talvez a mais penetrante, por existir em todos os países, transcendendo grupos sociais, econômicos, religiosos e culturais (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

Há ainda poucas pesquisas mais específicas sobre violência contra mulheres negras, portadoras de deficiência, lésbicas, imigrantes e mulheres presas.

Crowell e Burgess (1996), destacam que os conhecimentos advindos de pesquisas com mulheres vítimas de violência dizem respeito a um tipo peculiar de mulher e podem traduzir uma realidade diferente das mulheres em geral. Os estudos são realizados geralmente com mulheres que procuraram ajuda, portanto, é possível que estas mulheres tenham sofrido traumas mais severos do que aquelas que não procuram ajuda, e assim representem apenas os piores casos. Por outro lado, é possível que as mulheres que buscam auxílio sejam aquelas que tenham menos medo e menos danos na sua auto-estima. Dessa forma os piores casos permaneceriam escondidos. E ainda, mulheres que aceitam participar de pesquisas podem ser de uma diferente classe social/econômica, etnia daquelas que não participam.

Um levantamento realizado pela Secretaria da Saúde de São Paulo apontou que a violência ocorre principalmente em casa e pelo parceiro íntimo – marido, companheiro ou namorado. Esta pesquisa foi feita através das notificações de violência doméstica nos serviços públicos de saúde no estado de São Paulo e verificou que em 67,8% dos casos o agente causador da violência é o parceiro, e 70,8% da violência ocorre dentro da residência. O tipo de violência predominante é a física (59%), seguida da psicológica (18%), auto-infligida (13%) e sexual (5%) (G1, 2009).

2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E CONJUGALIDADE

Para abordar a temática da violência contra a mulher nas relações íntimas faz-se necessário considerar o conceito de conjugalidade e as mudanças pelas quais este conceito vem sofrendo ao longo dos anos. Por exemplo, a *crise da instituição do casamento*, e outros pontos característicos da relação conjugal. Estes serão os temas abordados a seguir. E ainda, são apresentadas as principais teorias ou explicações utilizadas para compreender a violência nas relações íntimas.

2.1 Crise no conceito de conjugalidade

Desde meados do século XX diz-se que a instituição do casamento está em crise. O aumento do número de divórcios, diminuição dos casamentos formais e as novas modalidades de relacionamento conjugal não significam, porém, que o casamento está fadado à decadência. Pelo contrário representa uma busca de padrões mais satisfatórios e funcionais do relacionamento amoroso. Padrões que possibilitem melhores condições para o processo de diferenciação e desenvolvimento emocional e psicológico dos parceiros.

Até a era industrial o casamento era tido como uma relação permanente, mas que tinha curta duração devido à fragilidade da vida. A maior parte dos casamentos acabava em dez ou vinte anos pela viuvez de um dos cônjuges. Os casais que não se davam bem, por vezes, sonhavam com a libertação através da morte (Diniz Neto, 2005).

Segundo Diniz Neto (2005), a escolha e a formação do casal são marcadas por fatores sociais e familiares, e, por vezes, estes fatores podem ser disfuncionais. Porém, a insatisfação conjugal não implica, necessariamente, em divórcio. Padrões disfuncionais podem mesmo estabilizar uma relação em longos períodos de tempo.

Uma separação não é um evento previsto pelos cônjuges. É o rompimento de uma expectativa de união, é uma descontinuidade na vida dos dois parceiros. Féres-Carneiro (2003) refere que na situação pós-divórcio os homens em geral parecem ter mais dificuldade para se adaptarem à nova realidade, o fato deve-se, para o autor, ao fato de que na maioria das vezes a mulher permanece em casa com os filhos e o homem tem que se adaptar às dificuldades decorrentes das inúmeras perdas relativas à separação. Blomm, White e Archer

(1978) relataram em seu estudo que pessoas divorciadas correm um risco seis vezes maior de cometerem suicídio e apresentam um índice maior de doenças físicas, acidentes de carro e abuso de drogas do que pessoas casadas.

Isso mostra que um processo de separação traz consigo uma forte vulnerabilidade psicológica nos indivíduos. Fatores emocionais disfuncionais antecedentes podem contribuir tanto para a separação como também para a estabilidade de um laço conjugal mesmo disfuncional.

Segundo Miller (1999), o relacionamento interpessoal afeta significativamente nosso bem-estar. Quem mantém boas relações com outros tende a ter ganhos psicológicos, boa saúde física e auto-estima, bem como eficiência do sistema imunológico – maior resistência –, número baixo de psicopatologias e expectativa de vida longa. Por outro lado não se pode afirmar que exista uma relação de causalidade entre relacionamentos disfuncionais e má saúde ou que um relacionamento mal ajustado provoque angústia. Entretanto, estudos longitudinais sugerem que há uma correlação entre tais fatores. Problemas pessoais podem tornar um relacionamento pobre para seus parceiros, ao mesmo tempo, distúrbios no relacionamento podem causar dificuldades pessoais.

Miller (1999) descreve três fontes de problemas que levam ao desenvolvimento de relacionamentos desarmônicos: a) disfunções pessoais que debilitam um membro da díade – insegurança, crenças disfuncionais, ciúmes, solidão/indivíduos solitários e depressão; b) disfunções interacionais, não causam problemas ao indivíduo especificamente, mas sim à interação do casal – comunicação não-verbal, diferenças de gênero/estereótipos, processos atribucionais e traição; c) disfunções relacionais, que danificam a duração do relacionamento de um casal – interdependência gratificante e relacionamentos equitativos.

Lazarus (1992) apontou 24 crenças irracionais a respeito de relacionamento conjugal a partir de estudos de casos, notas de sessões e gravações de depoimentos de pacientes. Ele denominou essas crenças irracionais de mitos conjugais, eles seriam erros cognitivos que levam à insatisfação conjugal. São os seguintes: marido e esposa são os melhores amigos; o romantismo do casal faz o bom matrimônio; quando se sentir culpado, confesse; o marido e a esposa devem fazer tudo juntos; temos que lutar para salvar o casamento; num bom relacionamento, um tem confiança total no outro; você deve fazer o outro feliz no casamento; num bom relacionamento, esposo e esposa podem descarregar “tudo” no outro; os bons maridos consertam tudo em casa e as boas esposas fazem a limpeza; ter um filho melhora um mau casamento; o matrimônio deve ser uma sociedade 50%-50%; o matrimônio pode realizar todos os nossos sonhos; os que amam de verdade adivinham os pensamentos e sentimentos do

outro; um casamento infeliz é melhor do que um lar desfeito; as ambições do marido são mais importantes do que a profissão da mulher; se a(o) esposa(o) quer deixá-lo(a), “faça tudo para impedi-lo(a)”; um amor que já morreu às vezes pode renascer; competição entre marido e esposa estimula o casamento; você deve transformar seu cônjuge numa pessoa melhor; os opostos se atraem e se completam; os casais não devem revelar seus problemas a estranhos; uma relação extraconjugal destrói o casamento; não tenha sexo se estiver com raiva; conforme-se com o que você tem.

2.2 Dinâmica da formação e dissolução da Conjugalidade

Ao se engajar numa relação, cada parceiro experimenta uma reconstrução de sua realidade individual, na construção de uma identidade conjugal. Padrões de relacionamento são formados, que mantêm a relação ao longo do tempo, possibilitando que resista às circunstâncias diversas e às mudanças no curso da vida. A dissolução da conjugalidade, ou o rompimento do relacionamento amoroso ocorre em geral, quando os padrões de manutenção da relação conjugal são modificados. Entretanto, a mudança, de o indivíduo deixar o estado de cônjuge para o estado em que não mais se define assim é um processo longo, podendo durar até anos.

Uma das abordagens mais utilizadas na busca de explicações da dinâmica da conjugalidade é a Teoria Geral dos Sistemas de Von Bertalanffy (1977), segundo a qual não se pode compreender as dificuldades do relacionamento a partir de características individuais dos cônjuges, mas sim da perspectiva da situação sistêmica em que o relacionamento se encontra.

O único preditor efetivo conhecido de estabilidade e satisfação conjugal entre casais de até quatro anos de relação é a intensidade do afeto positivo entre os parceiros. Foi descoberto por Gottman, Coan, Carrere e Sawnsen (1998) através de um método de análise de expressões afetivas. Vem sendo discutido amplamente que a satisfação conjugal não é a ausência de sofrimento conjugal simplesmente. A satisfação conjugal está relacionada a padrões interacionais, às dimensões ecológicas em que vive o casal e o enquadre sociocultural.

Ahrons (1980) desenvolveu um modelo no qual descreve o processo de como se dá o divórcio. Ele mostra que não é um processo simples e pode durar muito tempo em uma ou

outra fase. A primeira fase é a da Cognição Individual, na qual pelo menos um dos cônjuges inicia o processo de separação emocional e o relacionamento se caracteriza por stress, conflitos, acusações, desvalorização do parceiro, depressão e ansiedade. O segundo estágio, que ele chama de Metacognição Familiar é aquele em que a decisão é revelada às famílias extensas. Nesse momento, dependendo do sistema de valores e características da família, pode-se ter uma acentuação da dor e do sofrimento dos cônjuges. A separação do sistema é o terceiro estágio, caracterizado pela separação concreta. Alguns fatores psicossociais como antecedentes familiares, condições econômicas e culturais podem minimizar ou piorar a situação. A Reorganização do Sistema, quarto estágio, consiste no processo de estabelecimento das novas fronteiras, é a reorganização do funcionamento da família. Tem papel muito importante a rede social nesse momento. O quinto e último estágio refere-se à Redefinição do Sistema e representa uma nova autodefinição de família, quando se estabelece um relacionamento continuado cooperativo entre os ex-cônjuges e a família estabiliza-se efetivamente.

Alguns fatores são relacionados positivamente ao ajustamento pós-divórcio. Dentre eles destacam-se educação, nível de emprego e ganhos. A recuperação psicológica não está associada ao quanto o indivíduo ganha objetivamente, mas à percepção subjetiva de sua capacidade econômica. Outro fator significativo é a capacidade de manter a rede de relações sociais como fonte de suporte social. Indivíduos mais conservadores em relação a divórcio tendem a apresentar maior depressão e tristeza no pós-divórcio do que aqueles mais liberais.

2.3 Teorias ou explicações para a violência nas relações íntimas

Paralelamente à sua existência como fenômeno social era provável que se desenvolvessem explicações e até teorias explicativas a respeito da violência no contexto das relações íntimas, seja explicações vulgares – do senso comum – seja explicações do campo científico. Pelo seu caráter complexo e multifacetado, atraiu o interesse de diversas disciplinas: o Direito, a Sociologia, mais recentemente a Saúde Pública, a Psicologia, a Psicanálise, dentre outros.

Algumas teorias se aproximam mais dos aspectos individuais, e outras dos aspectos situacionais ou sociais, como fatores que predis põem à manutenção ou enfrentamento da violência na relação íntima, ora salientando as características do agressor, ora da vítima.

Todavia, é encontrado um volume muito maior de pesquisas enfatizando o agressor do que enfatizando a vítima. É importante destacar que, embora aparentemente o agressor assuma a posição ativa na violência, esta não ocorre ou não perdura sem que haja também uma participação da mulher, seja por ação, seja por omissão.

Os autores deste trabalho concordam com a posição segundo a qual não há, talvez nunca haverá, teoria explicativa única capaz de explicar todos os casos de violência na relação íntima. Todavia, busca-se, após extensa leitura da bibliografia acerca do tema, realizar uma sistematização das informações e verificar através de estudo planejado alguns fatores (pessoais e sociais) associados à manutenção e rompimento deste tipo de violência.

Julia Sanchis (2005) realizou uma ampla revisão da literatura acerca dos estudos sobre a violência contra a mulher na relação íntima. Algumas das principais questões levantadas são: qual é a origem da violência? Quais os mecanismos psicológicos que intervêm nas situações de violência? Eles seriam adequados para conseguir a ruptura com a situação violenta ou, pelo contrário, atuam reforçando ou perpetuando as ocasiões de maltrato?

Para responder a tais questionamentos surgiram diversas teorias ou modelos explicativos da violência contra a mulher na literatura. Sanchis agrupa as diferentes teorias ou explicações em:

- a) análise de fatores individuais;
- b) modelos sócio-culturais – neste grupo ela inclui as Teorias Sociológicas e Psicossociais (de Orientação Sistêmica, da Aprendizagem Social, Modelo Ecológico e Teoria Feminista);
- c) Teorias Psicológicas; e
- d) Teorias sobre a origem do vínculo paradoxal.

A seguir citar-se-á cada grupo de teorias e/ou explicações elencadas por Sanchis acrescidas de outras teorias ou complementadas por outras fontes de pesquisa.

a) Explicações baseadas em fatores individuais

Masochismo – baseado na teoria Psicanalítica de Freud, afirma que a mulher agredida possui tendências psicológicas para o de relacionamento abusivo. Essa teoria explicava por que tantas mulheres permaneciam na relação violenta, e no caso de romper adentravam noutra relação semelhante. Assim, as mulheres buscariam ou provocariam o maltrato ao longo de sua

vida, consciente ou inconscientemente. Algumas críticas a esse conceito referem que é uma especulação tendenciosa e sem referentes empíricos que a avaliem (Sanchis, 2005).

Braghini (2000) realizou uma pesquisa sobre a submissão feminina a situações crônicas de violência doméstica e usou como referencial teórico a teoria psicanalítica, e para tanto, fez menção ao Masoquismo. Este, segundo a autora, tem como mecanismo subjacente o sentimento inconsciente de culpa que acarreta uma necessidade de punição. Trata-se do masoquismo moral, onde o sofrimento é o fator de relevância, diferente do masoquismo erógeno ou original, vinculado à sexualidade. Segundo Braghini (2000) na escolha do parceiro a menina pode levar para a vida adulta os conflitos edipianos não resolvidos, assim, aqueles que tiveram vivências razoavelmente satisfatórias na infância terão relações com o companheiro com afetividade e gratificação sexual, este cenário serve de alívio às tendências sádicas originais e aos sentimentos de culpa delas resultantes. Já aqueles que tiveram uma infância que não possibilitou a reparação da tendência sádica, provavelmente procurarão reproduzir seus conflitos de amor e ódio em outras relações, sendo mais acessível a relação com o parceiro.

Características pessoais – neste tópico incluem-se as pesquisas que explicam a vulnerabilidade das vítimas relacionada a algumas características suas: dependência emocional de seu parceiro (Pizzey, 1974; Rousanville, 1978), baixa auto-estima (Carlson, 1977; Martín, 1976; Ridington, 1977-1978; Star, 1978), atitudes tradicionais (Langley y Levy, 1977), dificuldades econômicas (Strube y Barbor; 1983), e o fato de não possuir as mesmas alternativas e oportunidades que os homens (Pagelow, 1981; Walker, 1979; Aguirre, 1985, Pfouts, 1978, Strube y Barbor, 1984) (Sanchis, 2005). Embora Sanchis (2005) cite todas estas explicações como características individuais, isto não significa intra-individuais, deve-se considerar que algumas delas traduzem aspectos culturais, como as atitudes tradicionais, e alternativas e oportunidades diferentes para homens e mulheres ou mesmo sociais, como as dificuldades econômicas.

Jacobucci (2004) realizou um estudo comparando um grupo de mulheres que realizaram a denúncia na delegacia da mulher e posteriormente romperam o relacionamento com o agressor com um grupo de mulheres que mesmo tendo denunciado mantiveram o vínculo conjugal com o companheiro violento. Um dos achados mais significativos da pesquisa foi que aquelas que permaneciam no vínculo conjugal eram mais propensas à depressão do que as que se separaram. Esta pesquisa mostra o quão aspectos individuais podem ser decisivos no rompimento do ciclo da violência.

Transtorno mental – algumas pesquisas defendem que as mulheres vítimas de violência possuem transtorno mental para permanecer na situação de violência (Gayford, 1975). Entretanto, outros afirmam que o desconhecimento da problemática dificulta a distinção do que é reação psicológica à violência e o que poderia ser característica de algum transtorno mental (Schechter, 1987; Rosewater, 1988; Hermann, 1992) (Sanchis, 2005). Walker (1979) critica esta teoria afirmando que relaciona a questão da violência contra a mulher a características negativas da personalidade. Para Walker, o que os autores identificam como transtorno na realidade são estratégias de enfrentamento pelas quais a mulher consegue proteger a integridade da sua psique.

Psicopatologia do agressor – esta perspectiva considera que os homens que agredem suas parceiras possuem transtornos de personalidade e, portanto, não são responsáveis por sua conduta. Este modelo baseia-se unicamente em variáveis intrínsecas, e daí as principais críticas a ele dirigidas. Destaca-se também o uso de álcool e/ou outras drogas como fator decisivo da violência, mas sabe-se que este fator não é generalizável para todos os casos (Sanchis, 2005). De acordo com Crowell, Burgess (1996), fatores individuais do agressor seriam determinantes – traços de personalidade e psicopatologia, fisiologia e neurofisiologia, características evolutivas do “macho” e, portanto, geneticamente determinadas, atitudes e esquemas de gênero, motivos de poder e sexo, aprendizado social. Estes fatores explicariam por que o homem bate.

Crowell e Burgess (1996) acrescentam ainda as explicações baseadas nos **contextos diádicos**: supõe-se que o contexto diádico, incluindo características da mulher, da comunicação entre o casal e o estágio do relacionamento podem determinar, em parte, a probabilidade da violência. Assim, sugere-se que o homem reprime a violência até que a mulher faça um compromisso emocional como ir morar junto, noivar ou casar, ou engravidar. Esse laço contribui para o sentimento no homem de poder controlar o comportamento da mulher, bem como supõe a diminuição das chances de a mulher deixar a relação. Quanto à comunicação, as pesquisas sugerem que os homens físicos e sexualmente agressores tendem a interpretar erroneamente as mulheres. Observou-se, por exemplo, que homens agressores têm pobres habilidades de comunicação.

Até aqui foram expostas teorias que utiliza explicações baseadas em fatores individuais, ou fatores relativos ao relacionamento em si, sem externar ao ambiente. Há também modelos sócio-culturais, que ampliam os fatores explicativos para o meio externo.

b) Explicações baseadas em modelos sócio-culturais

b.1 Teorias Sociológicas

As teorias sociológicas consideram que a violência é provocada por fatores sociais. E o mais forte deles seria a estrutura patriarcal autoritária. A causa da violência doméstica é a utilização da violência como forma de resolução de conflito somada à desigualdade estrutural dentro da família e da comunidade. Uma das teorias sociológicas é a **Teoria dos Recursos**. Essa teoria concebe a agressão como uma forma de poder (dos homens sobre as mulheres), quando esse poder é questionado a violência se exerce como forma de detê-lo. Na família, tida como um sistema de poder similar a outro qualquer, quando uma pessoa não encontra outro recurso, há muita probabilidade de utilizar a violência para manter seu poder. A violência pode ser um recurso de defesa contra a frustração (Sanchis, 2005).

A **posição feminista radical** é mais uma teoria sociológica que considera que a violência é uma característica do patriarcado. Sistema segundo o qual a hegemonia cultural e política dos homens se apoia no controle social das mulheres (Sanchis, 2005).

A **teoria do Estresse** refere que os maus tratos estão relacionados a estresse e frustração. E que o estresse é motivado por fatores sociais e familiares, levando o indivíduo a reagir de forma violenta dentro da unidade familiar. Farrington (1986) chegou a desenvolver um modelo geral para explicar a etiologia da violência, incluindo um estímulo estressor, uma demanda objetiva, uma demanda subjetiva, a capacidade de resposta do indivíduo ao sistema social para responder ao estímulo, as respostas de enfrentamento do indivíduo, as mudanças no nível de estresse do indivíduo e as possíveis consequências da experiência estressante (Sanchis, 2005).

b) Explicações baseadas em modelos sócio-culturais

b.2 Teorias Psicossociais – Escolas de Orientação Sistêmica

Dentre as Teorias Psicossociais encontram-se algumas baseadas nas escolas de **Orientação Sistêmica**. O sistema seria formado por uma pessoa que maltrata e outra que sustenta esse tipo de relação, e sendo assim, a intervenção deve realizar-se sobre o sistema ou sobre um dos membros que sustenta e dá continuidade ao mesmo. A agressão é resultado de um determinado estilo de interação conjugal. Dentro desta teoria há tendências que destacam características diferentes. Alguns enfatizam a violência como resultado de um aumento de estresse no sistema e a exposição à violência faria com que o sistema voltasse a seu estado de

homeostase até que o estresse aumente outra vez e desencadeie nova violência (Hoffman, 1981; Rousanville, 1978). Outros destacam o equilíbrio do poder na família. Ao se sentir ameaçado pela mulher, por considerá-la mais preparada que ele, o homem recorre à violência para manter seu *status* de dominante (Gelles, 1972; Goode, 1971; Steinmetz, 1977) (Sanchis, 2005).

A Teoria Geral dos Sistemas, desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy, identifica os sistemas como um conjunto de elementos constituídos pelo ambiente e o indivíduo, que forma um todo, cujo objetivo principal é alcançar a estabilidade através de processos homeostáticos.

Teoria das relações – a violência é tida como um problema familiar e não apenas do casal. Há nesta teoria a relação simétrica, na qual as agressões são recíprocas, e as relações complementares, onde a violência serve como um castigo, as condutas são diferentes e se ajustam num equilíbrio em que cada indivíduo ocupa uma diferente posição perante o outro.

A teoria da relação simetria-complementariedade descreve os conceitos sistêmicos da morfogênese e morfostase, respectivamente como se formam e se mantêm o sistema familiar

Teoria do intercâmbio – foi desenvolvida por Gelles (1983) baseada na teoria da aprendizagem sobre o intercâmbio e na teoria do controle social. Gelles propôs um modelo de interação baseada em um intercâmbio de reforços, os indivíduos atuam de acordo com os benefícios reais ou percebidos que os levam a continuar com uma relação.

As **teorias da equidade** são teorias psicológicas importantes de serem mencionadas neste trabalho. Alguns pesquisadores que se dedicaram a este tema foram Adams, Walster e Berscheid, nas décadas de 1960 e 1970. As teorias da equidade foram bastante utilizadas nos estudos sobre percepção de justiça e atualmente no âmbito organizacional, como uma das teorias da motivação. O princípio geral da teoria da equidade é que o indivíduo avalia seus esforços e as recompensas de tais esforços. Comparativamente, ele avalia os esforços dos outros, e as recompensas que os outros recebem.

b) Explicações baseadas em modelos sócio-culturais

b.3 Teorias Psicossociais – Teoria da Aprendizagem Social

As teorias que têm em comum a base na teoria da **Aprendizagem Social** têm como pressuposto que a conduta de praticar delitos é aprendida a partir da interação social em grupos pequenos, que ocorre no processo de socialização, onde são transmitidos os elementos

culturais. O indivíduo aprende a conduta no seu meio e na vida adulta as repetirá, como resultado de aprendizagem, imitação ou identificação. Esta teoria considera a existência de uma forte relação entre a violência sofrida durante a infância e a agressão desferida ou sofrida na vida conjugal (Sanchis, 2005). De fato, alguns estudos sobre violência contra a mulher verificam que as vítimas na vida adulta se não foram vítimas de agressões na infância, mas presenciaram episódios de agressão na família, na maioria das vezes do pai contra a mãe.

A **teoria da violência transgeracional** defende que a violência é uma conduta aprendida e passada de geração a geração. A criança que foi abusada ou maltratada por parentes daria continuidade ao ciclo de violência quando fica mais velha. Diz-se sobre essa teoria que não se sustenta empiricamente. Seria um fator de risco, condicionante, mas não um fator determinante de ser no futuro agressor ou vítima de violência (Sanchis, 2005).

b) Explicações baseadas em modelos sócio-culturais

b.4 Teorias Psicossociais – Modelo Ecológico

O **Modelo ecológico** engloba as variáveis mencionadas anteriormente. Este modelo foi desenvolvido por Urie Brofenbrenner para explicar o desenvolvimento humano em geral e é utilizado por estudiosos da violência familiar. Consiste em descrever um conjunto de sistemas de diferentes níveis onde o ser humano se desenvolve ao longo de sua vida. O modelo ecológico de Brofenbrenner propõe três níveis: o microssistema (onde se localizam as relações pessoais do indivíduo – família, amigos e o próprio indivíduo – e considera características como a história familiar, aprendizagem e resolução de conflitos, autoritarismo, baixa auto-estima, isolamento etc.), neste nível de análise encontra-se como explicativos da violência estruturas familiares autoritárias, forte dissociação entre o mundo público e privado, falta de acordos para a conformação do casal; o exossistema é o nível acima do microssistema, abarca as instituições sociais onde o indivíduo realiza suas atividades – escola, igreja, justiça, sistema de saúde –, este nível de análise investiga a legitimação institucional da violência, meios de comunicação, legislação, apoio institucional para vítimas, formação de profissionais para atender à violência; por fim o macrossistema engloba os dois anteriores e é tido como o sistema da cultura, analisa as crenças e valores acerca da mulher, do homem, da família, dos filhos, do poder e obediência, atitudes sobre o uso da força para resolver conflitos, regras familiares, direitos e responsabilidades, a ideia do patriarcado etc. (Sanchis, 2005).

O macrosistema é o centro das atenções das investigações sociológicas. O sistema das crenças e valores como importantes na compreensão do fenômeno dentro da família particularmente. Estes estudos mostram que não se pode entender a violência por uma variável apenas, mas percebê-lo como um fenômeno multicausal. Um dos modelos mais adequados à temática estudada aqui é o modelo ecológico, por estudar a combinação de fatores pessoais, situacionais e socioculturais.

Dentro do modelo ecológico podem-se localizar algumas teorias explicativas da violência contra a mulher citados por Crowell e Burgess (1996): as **influências institucionais** – da família, escola e religião; a mídia; a influência societal que perdurou por muito tempo com o *status* da mulher como propriedade do marido (até pouco tempo atrás era impossível ocorrer estupro dentro do casamento, presumia-se que era permitido ao marido usar a força para fazer valer seus “direitos” de homem casado). Os **Scripts Sexuais** referem-se a expectativas sobre namoro e relacionamento, que são transmitidos por scripts. Eles reforçam a violência quando estimulam os homens a se sentirem superiores e autoriza-os a serem agressores sexuais e mantém a mulher como responsável pela dimensão do envolvimento sexual. As **Tradições culturais**, de acordo com estudos etnográficos e antropológicos, têm papel crítico na definição e propagação da violência contra a mulher. Em muitas sociedades, por exemplo, é tolerada e até considerada necessária a violência física do marido contra a esposa.

Crowell e Burgess (1996) citam ainda os **Modelos de multifatores**, formados por diferentes classes de fatores – desde individuais até o macronível – para determinar a expressão da agressão e comportamento sexual agressivo em homens. Alguns estudos incluem um modelo biopsicossocial da agressão (McKenry et al., 1995), examinando a contribuição de três domínios preditores: físico (hormônios, substâncias químicas como álcool e drogas), social (eventos negativos durante a vida, qualidade de relacionamentos, renda familiar e suporte social), e sintomas psiquiátricos. Malamuth e colaboradores (1991, 1993, 1995) verificaram que fatores diferentes influenciam o desenvolvimento de agressão não-sexual e agressão sexual contra a mulher. A agressão física teve como melhores preditores relacionamentos estressantes e agressão verbal, enquanto a agressão sexual teve como melhores preditores sexo impessoal e promíscuo, desconfiança nas mulheres somada à gratificação em dominá-las. Hostilidade em geral e defensividade foram verificadas como importantes nos dois tipos de agressão.

Crowell e Burgess (1996) sugerem que estes modelos de multifatores podem auxiliar no desenvolvimento de pesquisas que possam fazer uma conexão entre as variáveis sociais

do macro nível com as variáveis individuais para estabelecer como a cultura se expressa em diferentes indivíduos. Deve-se levar em consideração as experiências anteriores e entender como afetam as experiências futuras, focar os aspectos de gênero presentes na violência contra a mulher, que envolve personalidade e fatores cognitivos, inseridos numa estrutura global. Essa perspectiva leva a violência contra a mulher para o âmbito das relações de gênero. A compreensão desse fenômeno é importante para o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção a futuros casos de mulheres violentadas (Crowell, Burgess, 1996).

b) Explicações baseadas em modelos sócio-culturais

b.5 Teorias Psicossociais – Teoria Feminista

A teoria feminista tem como base a ideia principal de que a violência contra a mulher é consequência da aquisição de identidade de gênero, segundo a qual os homens são socializados para dominar e agredir os homens mais fracos e as mulheres. Esta teoria parte do pressuposto de que a sociedade é patriarcal e se reproduz na família patriarcal, onde o pai é o provedor econômico e o símbolo de autoridade do lugar. Assim, a teoria feminista afirma que os processos econômicos, sociais e patriarcais se desenvolvem direta e indiretamente para manter a ordem patriarcal. O patriarcado é tido como uma estrutura social baseada na desigualdade de poder na qual a mulher é subordinada. Defende-se que a violência contra a mulher seria um mecanismo para manter a situação de desigualdade e subordinação feminina. Essa ação do homem torna-se necessária nos momentos em que ele vê ameaçados seu poder e autoridade (Sanchis, 2005).

Santos e Izumino (2005) fizeram uma revisão crítica das referências teóricas das Ciências Sociais na área da violência contra as mulheres no Brasil e verificaram a existência de três correntes principais que se desenvolveram principalmente a partir dos anos 1980. Torna-se interessante abordar cada uma dessas perspectivas e perceber que os estudos feministas divergem em alguns pontos, não sendo, portanto, tão homogêneos nas concepções que defendem.

A dominação masculina: representada por um artigo de Marilena Chauí intitulado “Participando do debate sobre mulher e violência”, esta corrente traz a ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. Segundo Chauí as diferenças foram transformadas em desigualdades hierárquicas com o fim de explorar, dominar e oprimir. Assim construiu-se um discurso “de fora” sobre as mulheres no qual são tidas como objetos e não sujeitos, sem autonomia e sem liberdade para pensar,

querer, agir e se autodeterminar. Todavia esse discurso é corroborado pelo silêncio das mulheres. As mulheres tornam-se cúmplices da violência não por vontade ou escolha, mas por ter destituída sua autonomia, por terem se tornado instrumentos da dominação masculina, um ser para os outros e não um ser com os outros.

A segunda corrente, denominada de dominação patriarcal, presente nos estudos feministas brasileiros de acordo com Santos e Izumino (2005) é defendida por Heleieth Saffioti e vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. Não seria apenas uma ideologia machista, mas também um sistema de exploração. A autora amplia do campo ideológico para o campo econômico a discussão acerca da mulher. Para Saffioti a mulher não consente com a dominação, ela simplesmente é obrigada a ceder porque não tem poder suficiente para qualquer tipo de escolha, sequer para consentir. Os estudos desenvolvidos na perspectiva de Saffioti concebem a mulher essencialmente como vítima. Santos e Izumino referem-se a essa corrente como uma corrente vitimista.

A terceira corrente é a corrente que traz uma perspectiva relacional. Maria Filomena Gregori é sua principal representante com um trabalho intitulado “Cenas e Queixas”. Seu trabalho realizou uma análise entre os discursos feministas e as práticas das mulheres. Gregori verificou que as falas das feministas referem-se à mulher como vítima da dominação masculina, e que a sua libertação dependeria de sua conscientização como sujeito autônomo e independente do homem. Entretanto, analisando as queixas das mulheres que procuravam a ONG “SOS Mulher” em São Paulo, a autora percebeu que, em geral, as mulheres não buscavam a separação de seus parceiros agressores. A autora defende então que as mulheres não são simplesmente dominadas ou vítimas, ela afirma que a violência pode ser uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre os parceiros. Gregori, diferente de Chauí e de Saffioti, alega que a mulher tem autonomia e participa ativamente da relação violenta. A mulher se representa na queixa como vítima e não-sujeito porque dessa forma obtém proteção e prazer. Para a autora, ela coopera com a visão de “não-sujeito” quando se coloca na posição de vítima, reforçando a reprodução dos papéis de gênero. Entretanto a autora reconhece que o medo alimenta essa cumplicidade, pois aprisiona a mulher na própria vitimização. Gregori não pretende culpabilizar a mulher, mas entender como a violência ocorre e qual significado ela assume na relação. Embora inicialmente o movimento de mulheres tenha reagido contra suas ideias, algumas organizações feministas passaram a utilizá-las nos seus debates. Deixando de utilizar a expressão “mulheres vítimas de violência” e passando a utilizar “mulheres em situação de violência”

Santos e Izumino defendem que, embora a posição de Gregori tenha contribuído nos estudos feministas, não se pode desconsiderar as relações de poder existentes entre os parceiros. E que cada queixa tem características particulares, não podendo generalizar as situações de violência.

As autoras concluem que o conceito de dominação patriarcal é insuficiente para explicar a violência contra a mulher. Deve-se entendê-la como uma relação de poder, dinâmica e relacional, exercida tanto por homens como por mulheres, mesmo que de forma desigual. A ideia de vitimização feminina disseminada entre os anos 70 e 80, se por um lado contribuiu para dar visibilidade ao fenômeno, por outro colocou a mulher numa camisa-de-força, concebendo-a numa posição passiva e impotente frente à situação (Santos, Izumino, 2005).

c) *Explicações baseadas em mecanismos psicológicos*

Algumas teorias dedicam-se a explicar os mecanismos psicológicos que atuam na situação de violência, as explicações para o comportamento paradoxal. São as teorias **psicológicas**. Elas tentam explicar os motivos pelos quais a mulher maltratada não rompe com seu parceiro e continua sofrendo a violência. Dentro desse grupo de teorias encontra-se a **Teoria do Ciclo da Violência**, elaborada por Lenore Walker (1979).

Walker dedicou-se a identificar os fatores psicológicos e sociológicos da síndrome da mulher maltratada. Lenore Walker hipotetizou que influências sociais primárias da mulher facilitariam a condição psicológica denominada *learned helplessness* ou *desamparo aprendido*, descrita por Martin Seligman. O desamparo aprendido seria responsável pelos aparentes déficits emocional, cognitivo e comportamental observados em mulheres submetidas à violência. Estes déficits influenciariam negativamente a mulher a deixar o relacionamento após a ocorrência da violência. A recorrência de agressões acontece segundo Walker, através da natureza do ciclo da violência. Este ciclo é formado por três fases distintas: a tensão, o episódio agudo de violência e a “lua de mel”. A tensão é marcada por pequenos conflitos frequentes, insultos, humilhação, intimidação e provocações mútuas, ameaças. Tais aspectos são ameaças às expectativas dos papéis estereotipados (figura feminina passiva e figura masculina dominadora), necessitando de uma reconfirmação. A reconfirmação dá-se através das agressões (episódio agudo de violência), esta reafirmação dos papéis garante uma harmonia (passageira) entre o casal e possibilita a realização de promessas, e conseqüente idealização do parceiro, negação da vivência de violência e esperança de mudança (lua de

mel), porém, surgem ambivalências e o momento de tensão volta a se instaurar, reiniciando o ciclo (figura seguinte).

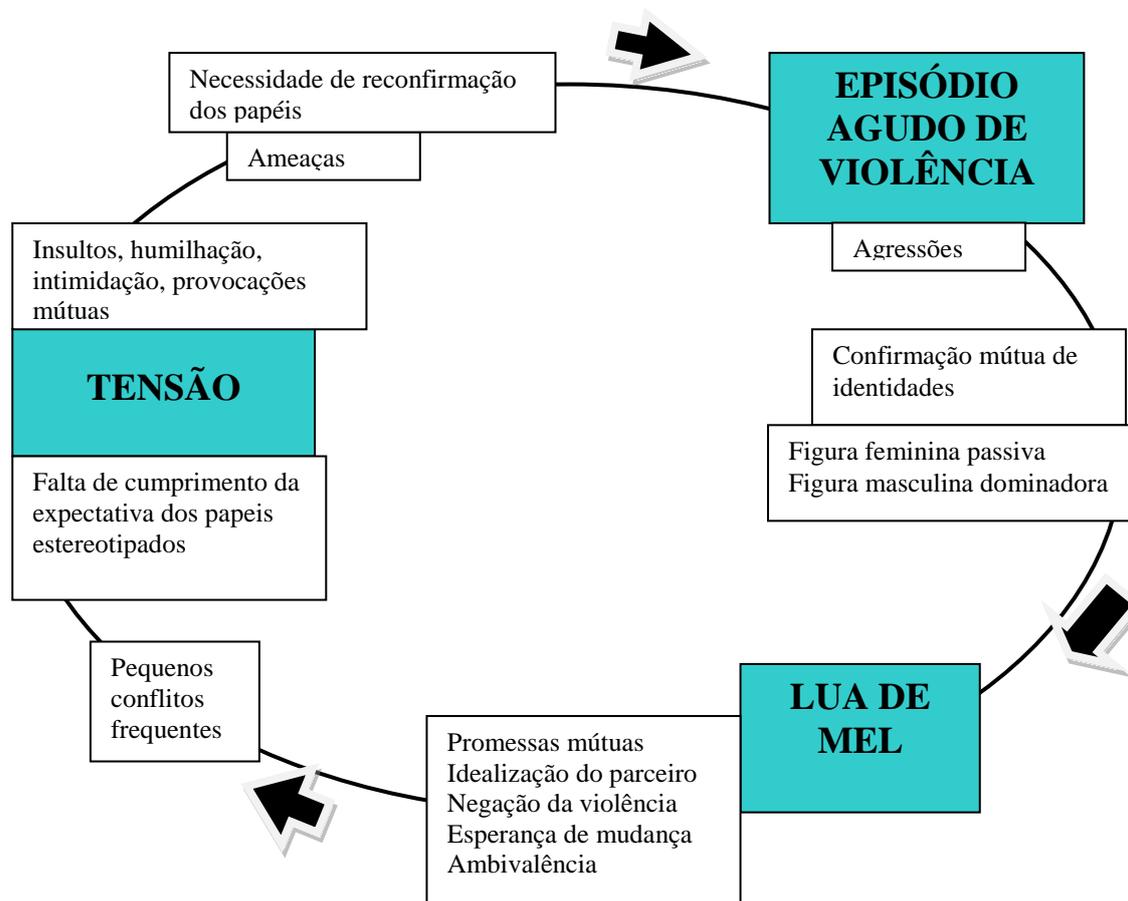


Figura 3: Ciclo da violência de Walker (1979, extraído de Ramos, 2006-2008, p. 147)

Walker considerou ainda características como histórico familiar, socialização dos papéis sexuais, outros relacionamentos que a mulher tenha tido – violentos ou não violentos, histórico escolar, histórico de trabalho, medidas de auto-estima, atribuições de locus de controle, o funcionamento psicológico (*psychological functioning*) atual da mulher, incluindo prováveis tratamentos para suas dificuldades emocionais, sua percepção do funcionamento psicológico do agressor, e ainda tolerância da mulher ao estresse, incluindo sintomas de reações psicofisiológicas generalizadas ao estresse.

Alguns eventos ocorridos no passado da mulher com significativa regularidade seriam pontos que justificam uma provável suscetibilidade da mulher a não obter sucesso para pôr fim às violências. Esta suscetibilidade adviria de uma socialização rígida de papéis sexuais,

que deixariam a mulher adulta com um sentimento de desamparo aprendido, pois ela não teria desenvolvido habilidades apropriadas para sair da situação abusiva. Embora se reconheça que a mulher desenvolva habilidades ou estratégias para proteger-se e evitar que seja mais gravemente machucada ou até morta.

A **Teoria do desamparo aprendido**¹, na qual Walker baseia-se, foi elaborada por Martin Seligman em 1975. As mulheres maltratadas tentariam mudar a situação nas etapas iniciais da relação, mas por fracassarem no seu intento, acabam por acreditar que é impossível mudar a situação conjugal. Seligman desenvolveu esta teoria através de experimentos feitos com animais. Através de tais experimentos o autor concluiu que quando pessoas e animais passam por estímulos que ocorrem independentemente de suas próprias respostas, eles aprendem que seus desempenhos são ineficazes e que eles são incapazes. Quando em outro momento são colocados em situações em que os eventos são objetivamente contingentes, elas se comportam como se ainda estivessem em uma situação não contingente, porque a percepção anterior generalizou-se. Assim, as pessoas adquiririam a crença de que não podem influir sobre os acontecimentos aversivos.

Algumas das críticas a essa teoria é a não diferenciação entre o desamparo “universal” e “pessoal”, isto é, casos em que as consequências são incontroláveis para todos ou só para alguns dos indivíduos; e a ausência de explicação se o desamparo seria global ou específico, crônico ou temporal. Alguns autores a consideram como uma revisão da Teoria da Atribuição de Causalidade, onde a vítima, ao perceber que o evento não ocorreu por acaso, produz uma atribuição causal para explicar a incontrolabilidade dos acontecimentos (Sanchis, 2005).

Outros críticos afirmam que o Ciclo da violência, ou a *Síndrome da Mulher Maltratada* coloca a mulher numa posição de passividade. E ainda, que se deve buscar soluções mais individualizadas ao invés de explicações “inadequadas” (Sanchis, 2005). Numa reedição do seu livro intitulado *The Battered Woman Syndrome* (2009), Walker faz algumas retificações à sua teoria. Ela considera que, considerando algumas críticas feitas ao termo “desamparo aprendido”, o próprio Seligman mudou o nome, inicialmente para otimismo aprendido e em seguida sua ideia passou a integrar o movimento da Psicologia Positiva.

Walker (2009) conclui que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o conceito de “desamparo aprendido” demonstra como alguém pode perder a habilidade para perceber que podem reagir, por outro lado foi um dos argumentos mais utilizados para explicar a jurados como a mulher foi levada a agir usando força letal contra o seu companheiro, em legítima defesa. Muitas feministas criticaram Walker, afirmando que a explicação baseada na síndrome

¹ “Teoría de la indefensión aprendida”, “Desesperanza aprendida” ou “Learned Helplessness”

não “empoderava” as mulheres, nem tampouco explicava todos os sintomas que as mulheres poderiam experimentar. As feministas preferiam utilizar o modelo que incorporava os sintomas clínicos dentro do ambiente que os produziu, a chamada *Abordagem Ecológica*. Walker então realizou uma revisão da sua teoria.

A autora incorporou novos testes padronizados, como o Inventário de Sintomas de Trauma (*Trauma Symptom Inventory*) e a avaliação detalhada de estresse pós-traumático (*Post Traumatic Stress Disorder – PTSD*). Os resultados mostraram que três critérios clínicos para Transtorno pós-traumático estão associados à Síndrome da Mulher Agredida: a revivência do trauma, alta excitação emocional, e entorpecimento e evitação. Ela verificou ainda outros critérios que consistentemente ocorrem em sua amostra de mulheres: relações interpessoais interrompidas associadas ao poder e controle do agressor, isolamento da mulher, imagem corporal distorcida, doenças físicas e problemas sexuais. Walker ainda ampliou suas pesquisas para amostras etnicamente diferentes e mulheres presas.

A **Teoria dos custos e benefícios** baseia-se no modelo de Thibaut y Kelley (1961), Pfouts (1978) e sugere que a decisão de deixar a relação violenta depende de que o benefício total de romper seja maior do que o custo de permanecer em tal situação. A mulher primeiramente analisaria os benefícios em estar com seu parceiro, como estabilidade econômica, “união” da família, qualidade de vida, e em seguida os custos de sofrer uma situação de violência, incluindo danos psicológicos, humilhações etc. (Sanchis, 2005).

A **Teoria da dependência psicológica** assinala que a mulher permanece na relação devido ao compromisso que estabeleceu no matrimônio (Sanchis, 2005).

d) *Explicações baseadas na origem dos vínculos paradoxais nas relações onde existe violência*

Neste grupo de explicações encontra-se a **Teoria da união traumática**, que se assenta sobre os códigos afetivos ou emocionais que cercam o casal para explicar a ocorrência do vínculo paradoxal. Defendem que o desequilíbrio de poder faz com que a mulher maltratada desenvolva um laço traumático com o agressor através de suas condutas de submissão, lealdade e docilidade.

O **Tratamento fatorial de Graham** visa detectar a aparição dos sintomas da síndrome de Estocolmo² em mulheres jovens que foram submetidas a abuso por parte de seus

² Assim denominada devido a um assalto em um banco na cidade de Estocolmo, no qual uma caixa se apaixonou por um dos assaltantes.

companheiros. Esta síndrome é produto de um estado dissociativo que leva a vítima a negar a parte violenta do comportamento do agressor, enquanto desenvolve um vínculo com aspectos que ela percebe como mais positivos. A vítima ignora suas próprias necessidades e volta-se totalmente para as necessidades do agressor.

A **Síndrome de adaptação paradoxal da violência doméstica** baseia-se na estrutura da Síndrome de Estocolmo. Ferenczi associou-o como um mecanismo de defesa psíquico de “identificação com o agressor”, já citado por Anna Freud. Tal vínculo é criado quando uma pessoa que se encontra em numa situação de perigo para a vida, impotente frente ao agressor, chega a identificar-se com ele como meio para afastar-se do perigo, por observar a situação pelo lado do agressor. Montero a denominou “Síndrome de Estocolmo Doméstico” e posteriormente de “Síndrome de Adaptação Paradoxal à Violência doméstica”. Essa síndrome que acometeria a mulher seria a explicação que justifica que elas não reagem buscando a ruptura ou evitação, mas sim desenvolvem vínculos afetivos com os agressores, justificando-os e protegendo-os. A vítima desenvolve uma rede de esquemas e crenças para proteger sua integridade psicológica e recuperar sua homeostase fisiológica e comportamental (Sanchis, 2005).

Há ainda os modelos explicativos do estresse na situação de maltrato. Segundo Sanchis (2005), são os mais representativos dos utilizados atualmente. Esta autora sintetiza as principais características observadas em alguns desses modelos explicativos, como se verá a seguir.

O **Modelo de Mitchell e Hodson** (1986) observa a relação entre os fatores pessoais, ambientais ou contextuais e as medidas de ajuste das mulheres vítimas de violência. Os autores relacionam os estressores, os recursos pessoais, o apoio social, a resposta institucional e as estratégias de enfrentamento com o ajuste psicológico das mulheres que sofrem violência. O **Modelo de Lee Ann Hoff** (1990) postula que existe uma inter-relação entre o estresse e a violência, considerando que: a violência pode ser uma consequência ou resposta ao estresse; a violência pode causar o estresse nas vítimas; o nível de estresse está afetado pela definição ou interpretação que a mulher faz da situação e do apoio social que possui. O **Modelo de Mary Ann Dutton** (1992) destaca as estratégias utilizadas pela mulher para escapar ou sobreviver aos maus tratos, proteger-se física e/ou psicologicamente, diferentemente da maioria das pesquisas que se centram nos motivos que impedem a mulher de abandonar ou romper com a relação violenta. O **Modelo de Nurius, Furrey e Berliner** (1992) relaciona a forma como as pessoas reagem a uma ameaça à percepção dessa ameaça e à capacidade de resposta. A mulher, por exemplo, deve possuir estratégias e recursos para enfrentar a ameaça, do contrário

sua estratégia apenas não será suficiente diante da crise. O **Modelo de Villavicencio Carrillo** (1996) analisa como as variáveis relacionadas no processo de maus tratos estão relacionadas de forma direta ou indireta à saúde física e mental das vítimas (Sanchis, 2005).

No *nível jurídico*, a violência contra a mulher é de interesse principalmente na perspectiva do agressor. Questões acerca da intencionalidade, premeditação etc. são alguns dos fatores a serem analisados para a atribuição de culpabilidade e/ou agravamento da culpa. A violência é percebida, portanto, como produto da vontade individual do agressor.

Já a perspectiva da *saúde pública* visa a analisar os atos violentos que causam dano físico e/ou psicológico, sequelas, perda de capacidade para o trabalho, diminuição da qualidade de vida. E enseja esforços para a criação e desenvolvimento de programas de atenção às vítimas. Estes estudos centram-se na frequência e gravidade das lesões, a delimitação dos grupos de risco e o impacto destas lesões nos serviços de saúde.

Frank (2009) realizou uma revisão sistemática dos artigos científicos publicados entre 2003 e 2007 sobre a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. De um total de aproximadamente seis mil artigos, foram selecionados 171. Os demais foram excluídos por tratarem de outros tipos de violência, ou por tratarem de temas correlatos, como o âmbito da saúde mental e álcool/drogas, os programas e serviços para as vítimas, a violência entre parceiros ou perpetrada pela mulher, a discussão de gênero, a violência no contexto das DSTs, na gravidez, que abordavam as consequências para a saúde da mulher.

Os resultados da pesquisa realizada por Frank indicaram que aproximadamente 40% dos artigos selecionados referem-se a pesquisas realizadas nos Estados Unidos (n=75). 86,5% dos artigos analisados tinham um enfoque quantitativo. No que tange aos tipos de violência abordados nas pesquisas verificou-se a violência física como a mais abordada (90% dos estudos) e o comportamento controlador como o menos abordado (47%). O abuso emocional e a violência sexual foram abordados em proporções semelhantes (69% e 68% respectivamente).

Uma pesquisa realizada em 2009 buscou levantar a opinião dos brasileiros sobre a violência contra a mulher. Esta pesquisa envolveu participantes homens e mulheres de todas as regiões do Brasil e dos variados níveis de escolaridade. Dentre os resultados mais interessantes podem-se destacar os seguintes: 55% dos entrevistados conhecem casos de agressões a mulheres; 78% declararam conhecer a Lei direcionada aos crimes contra a mulher, a lei chamada de Lei Maria da Penha; os motivos citados para a mulher continuar na relação com o agressor foram falta de condições econômicas para viver sem o companheiro (24%), preocupação com a criação dos filhos (23%), medo de ser morta caso rompa a relação

(17%), falta de auto-estima (12%), vergonha de admitir que é agredida (8%). Esta pergunta específica quando observada em cada região separadamente apresenta um índice diferenciado. Na região Nordeste 20% dos participantes responderam o medo de ser morta como justificativa para continuar com o agressor, enquanto na região sul essa resposta representou 11% do total de explicações para a manutenção do relacionamento violento.

Foi perguntado se a mulher pode confiar na proteção jurídica e policial que existe hoje no Brasil para não ser vítima da violência doméstica, 46% respondeu que sim e 56% respondeu que não. Como causas da violência doméstica os participantes responderam que era devido a problemas com bebida, alcoolismo (38%), porque o homem brasileiro é muito violento e se considera dono da mulher (36%), porque a mulher provoca o homem, não tem auto-estima (16%), por problemas econômicos, financeiros (8%). Para prevenir a violência e tornar a relação entre homem e mulher com respeito os entrevistados responderam que as alternativas eram que os pais dêem o exemplo aos filhos com um relacionamento respeitoso e igualitário (48%), leis duras para punir o companheiro violento (19%), campanhas educativas de prevenção da violência contra a mulher na TV e no rádio (13%), mudanças na criação dos filhos, especialmente os meninos (11%) e debates nas escolas, empresas, clubes e igrejas para falar sobre o assunto com a sociedade (8%) (Ibope / Instituto Avon, 2009)

3. FATORES RELACIONADOS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS

Esta seção é dedicada especialmente ao modelo teórico que norteou a pesquisa empírica, elaborado a partir do levantamento da literatura referente à violência nas relações íntimas. Inicialmente é feita uma explanação breve sobre alguns aspectos da dinâmica da relação violenta para em seguida apresentar o modelo. O modelo é composto pelas dimensões e estágios do relacionamento violento. Cada dimensão do modelo é descrita detalhadamente: cognitiva, relacional e cultural, e são delineados os estágios do relacionamento violento – início, permanência e rompimento. Apresenta-se ainda a teorização sobre a importância das dimensões em cada estágio.

3.1 A dinâmica da relação violenta

A relação violenta envolve comportamentos de ambos os parceiros. Gregori (1993) prefere utilizar o termo “mulheres em situação de violência” ao invés de “mulheres vítimas de violência”. A autora considera que a violência é um tipo de comunicação, mesmo que perverso, entre o casal. Num estudo por ela realizado percebeu-se que muitas mulheres alegavam na queixa na delegacia que não pretendiam se separar do marido agressor, mas apenas que a delegacia intervisse para que cessassem os episódios agressivos.

As mulheres que se encontram numa relação violenta não buscam necessariamente a separação do agressor, como erroneamente pode-se pensar *a priori*, como também elas nem sempre são vítimas absolutamente passivas, elas utilizam estratégias para se protegerem e protegerem os filhos. Algumas resistem, outras fogem, e outras tentam manter a paz atendendo às vontades do marido. As respostas da mulher estão limitadas, frequentemente, às opções possíveis, avaliadas por ela. Aquelas que se separam e retornam citam razões como: medo de retaliação, a falta de outros meios financeiros para viver, preocupação com os filhos, dependência emocional, falta de apoio da família e dos amigos e a esperança que “ele vai mudar”. Em países em desenvolvimento, mulheres citam ainda a não aceitação de ser solteira ou separada como barreira adicional à separação, mantendo-se em casamentos destrutivos (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

Ao mesmo tempo há o medo do estigma social, que a impede de buscar ajuda. Pesquisas mostraram que entre 22 e 70% de mulheres abusadas disseram que nunca tinham falado nada sobre a violência antes de serem perguntadas na entrevista. Algumas falaram com os membros da família ou amigos e poucas contataram a polícia (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

Apesar dos obstáculos, muitas mulheres abandonam o parceiro agressor, mesmo depois de muitos anos, depois que os filhos crescem. A média de tempo que a mulher “espera” em um relacionamento violento é cinco anos. Mulheres mais novas são mais aptas a deixarem o agressor mais cedo (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

Estudos sugerem uma série de fatores que impulsionam a mulher a deixar um relacionamento abusivo: quando a violência vai se tornando mais severa ou quando ela percebe que ele não vai mudar, ou quando a violência passa a se direcionar para as crianças. Elas também citam como cruciais na decisão de deixar o parceiro quando possuem suporte emocional e material da família e dos amigos (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

Camino (2005) sugere que, a transição de um grupo minoritário passivo para grupo minoritário ativo depende de dois fatores. O primeiro seria a aquisição da consciência da arbitrariedade de sua situação e o segundo, a probabilidade percebida de mudança numa situação social. Pode-se fazer uma analogia da ideia de Camino para compreender a transição a posição da mulher como atriz passiva, conformada com a relação violenta para a posição de atriz ativa, que reage e rompe o relacionamento abusivo.

Sair de um relacionamento abusivo é um processo, que frequentemente inclui períodos negativos, de culpa, tolerância, antes de perceber o abuso como um padrão e identificar-se com outras mulheres em situação semelhante. Este é o começo do desligamento e recuperação. Muitas mulheres deixam o parceiro e retornam várias vezes antes de deixá-lo definitivamente. E infelizmente, deixar o parceiro não significa necessariamente estar segura. A violência às vezes continua ou pode até aumentar depois que a mulher deixa o agressor. De fato, o risco de uma mulher ser assassinada é muito maior imediatamente após a separação (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

3.2 Um Modelo Teórico Integrativo

O fenômeno da violência contra mulher é complexo e multifatorial. Envolve questões individuais, relacionais, culturais, jurídicas, sociais, morais, de saúde, de política, de segurança pública etc. Propõe-se aqui um modelo teórico que reúne determinadas dimensões que se relacionam com o aspecto temporal, atribuindo-lhes um papel na dinâmica da relação para a permanência ou ruptura do relacionamento violento.

Dentro deste modelo há os atores diretos e indiretos. Os atores diretos são a mulher (como pólo “passivo”, vítima) e o homem (pólo ativo, agressor); os atores indiretos encontram-se no contexto imediato em que a violência se desenvolve – a família, os amigos e no contexto mediato – os grupos sociais (trabalho, igreja etc.). Como se pode ver, este é um fenômeno que está para muito além da relação apenas do homem e da mulher da díade.

As dimensões explicativas do enfrentamento/manutenção da violência sofrida pela mulher são: a Dimensão Cognitiva, a Dimensão Relacional e a Dimensão Cultural³. Estas três dimensões possuem níveis estruturais distintos, num gradiente que vai desde o intra-individual até o nível mais amplo – societal. São elencados também os estágios do processo da relação violenta: o antes/início, o durante e o depois/rompimento do relacionamento abusivo.

3.2.1 A Dimensão Cognitiva

A primeira das três dimensões possui um nível de análise intra-individual, ela diz respeito ao *self*, às crenças individuais, sentimentos e aspectos em geral do indivíduo. No caso do modelo aqui apresentado, embora se considere importante também abordar os aspectos cognitivos do agressor, por uma questão de recorte do objeto de estudo, referir-se-á exclusivamente à vítima. Nesta dimensão estão incluídos traços de personalidade que possam favorecer a entrada e permanência na relação violenta: debilidade do *self*, crenças disfuncionais, auto-estima, auto-eficácia, lócus de controle. A principal característica dessa

³ Entende-se que todas as dimensões citadas têm seu caráter social, pois é no solo do social que cada uma delas adquire seu significado e se torna saliente ou não. Poder-se-ia denominá-las, portanto, de dimensões sócio-cognitiva, sócio-relacional e sócio-cultural. Por questões práticas serão utilizados nesse trabalho os termos cognitiva, relacional e cultural simplesmente.

dimensão seria a existência de uma disfuncionalidade cognitiva responsável por uma certa justificação ou conformidade com a situação de violência, partindo de elementos intraindividuais.

O conceito de *self* foi utilizado por muitos pesquisadores. O conceito citado por Symonds (1951 – *The ego and the self*), por exemplo, se refere à maneira pela qual o indivíduo reage a si mesmo. É constituído por quatro aspectos: como a pessoa percebe a si mesma, o que ela pensa de si, como se avalia e como ela tenta se realçar e se defender, através de suas ações. Para Carl Rogers o *self* possui propriedades tais como: estabelecer interação do organismo com o meio, introjetar valores dos outros como também percebê-los de forma distorcida, subsidiar reações do organismo ao ambiente, inclusive quando as experiências não condizem com a estrutura do *self*, e são tidas como ameaçadoras.

O *self*, segundo Rogers, é resultado da interação com o meio, particularmente, como resultado das intenções avaliadoras com outros, um padrão conceitual, organizado, fluido, mas consistente de percepções de características de relações do “eu” e do “me”, com os valores vinculados a esses conceitos. Experiências incoerentes com a organização ou estrutura do *self* podem ser percebidas como ameaças e a estrutura pessoal tende a ir se organizando, muitas vezes de forma rígida, para manter-se. Uma das formas de defesa construída pelo *self* é a negação das ameaças. Assim, a auto-imagem vai se tornando cada vez menos congruente com a realidade do organismo.

Neste trabalho não se utilizará o conceito de *self* de algum autor específico, mas a compreensão ampla de *self*, como um conjunto de esquemas, crenças interdependentes que formam a percepção que o indivíduo tem de si. A concepção de *self*, portanto, abrange características psicológicas como: auto-estima, auto-conceito, controle percebido, eficácia percebida e crenças disfuncionais.

Crenças disfuncionais ou esquemas disfuncionais são a essência de transtornos ou síndromes sintomáticas⁴. Segundo a terapia cognitiva dos transtornos da personalidade (Beck, Freeman, Davis e cols. 2005), as pessoas processam os dados sobre si mesmas e sobre os outros influenciadas por suas crenças e pela sua organização cognitiva. Todavia, o indivíduo pode utilizar esses dados sob um viés na interpretação, revelando a existência de crenças disfuncionais e/ou de debilidade do *self*.

⁴ Segundo a quarta edição revisada do *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (American Psychiatric Association, 2000 citado por Beck et al (2005), os transtornos mentais são classificados em dois grandes eixos: o Eixo I, das síndromes sintomáticas convencionais, no qual se encontram o transtorno depressivo maior e o transtorno de ansiedade generalizada, por exemplo; e o Eixo II, onde os transtornos de personalidade são classificados.

Esquemas são estruturas que integram eventos e atribuem significados a eles. O seu conteúdo pode ter a ver com relacionamentos pessoais, atitudes em relação a si mesmo e aos outros ou com categorias impessoais (Beck et. al, 2005).

Segundo Peçanha (2005), ao longo do desenvolvimento do indivíduo, o modo de interpretar as situações cotidianas o leva à formação de esquemas que o auxiliam a avaliar, codificar e categorizar os eventos externos e internos.

Os esquemas são organizados conforme suas funções: esquemas cognitivos (abstração, interpretação e recordação), afetivos (geração de sentimentos), motivacionais (desejos e anseios), instrumentais (preparam para a ação) e de controle (automonitoramento, inibição e direção de ações).

O conteúdo dos esquemas são as crenças. Judith Beck (1997) descreve dois níveis de crenças – as crenças centrais (formadas durante o processo de desenvolvimento humano, são o nível mais elementar de crenças e de convicção a respeito do *self*) e as crenças intermediárias (representadas por regras, suposições que norteiam seus comportamentos). O indivíduo desenvolve determinadas crenças intermediárias para não ativar algumas crenças centrais negativas. Por exemplo, um indivíduo pode desenvolver a regra “eu devo ser forte o tempo todo” para não ativar suas crenças centrais de desamparo. O ativamento de crenças centrais disfuncionais deixa o indivíduo vulnerável ao desenvolvimento de transtornos mentais. Num nível superficial das cognições emergem os pensamentos automáticos, isto é, pensamentos rápidos e instantâneos que têm um reflexo determinante nos comportamentos e emoções.

As crenças constituem o “eu posso” e o “eu não posso”. Por exemplo: as crenças “é errado bater em alguém”, “devemos obedecer às autoridades”, “não devemos chorar em público” são traduzidas nas ordens “não bata”, “faça o que mandarem fazer”, “não chore”. A auto-avaliação por sua vez, implica em fazer julgamentos de valor sobre si mesmo: bom-mau, valioso - sem valor, digno de amor – indigno de amor. As auto-avaliações e auto-instruções derivam-se de estruturas mais profundas: o auto-conceito e os auto-esquemas (Beck et al, 2005).

Albert Ellis é o autor da chamada Terapia Racional-Emotiva que se baseia principalmente na premissa estoíca de que “a perturbação emocional não é criada pelas situações, mas pelas interpretações dessas situações” (Epicteto, século I d.C. citado por Lega, 2007). O modelo que Ellis desenvolveu em 1955 tem como eixo principal a maneira de pensar do indivíduo. A forma como o paciente interpreta seu ambiente e suas circunstâncias e as crenças que desenvolveu acerca de si mesmo, dos outros e do mundo em geral. Ellis

denominou de irracionais essas interpretações ou crenças quando são ilógicas, pouco empíricas e dificultam a obtenção das metas estabelecidas pelo indivíduo. A terapia racional-emotiva envolve uma compreensão sobre a base do funcionamento cognitivo do ser humano chamada de modelo ABC. “A” é o acontecimento ativador, “B” (do termo em inglês belief) é a crença pessoal sobre o acontecimento ativador, sua interpretação ou avaliação (que pode ser racional ou irracional) e “C” as consequências demonstradas pelos sentimentos pessoais e os comportamentos. Ellis acrescenta ainda o “D” de dispute, que seria a forma de combater as crenças (quando forem irracionais) através do uso de métodos lógico-empíricos da ciência (Lega, 2007).

Algumas crenças disfuncionais ilustrativas do transtorno de personalidade dependente: “Eu preciso das pessoas para sobreviver, ser feliz”, “Eu preciso ter uma fonte constante de apoio e encorajamento”. Tais crenças sustentam a estratégia de cultivar relacionamentos dependentes (Beck et al, 2005).

Lazarus (1992) listou 24 crenças disfuncionais relativas à conjugalidade, às quais ele denominou de *Mitos Conjugais*. Estes mitos seriam capazes de conturbar relacionamentos e piorar a interação entre os companheiros. Em geral, as crenças são desenvolvidas desde a infância, por influência dos pais e da cultura. Dentre os mitos elencados por Lazarus estão: temos que lutar para salvar o casamento; um casamento infeliz é melhor do que um lar desfeito; se a(o) esposa(o) quer deixá-lo(a), “faça tudo para impedi-lo(a)”; um amor que já morreu às vezes pode renascer; você deve transformar seu cônjuge numa pessoa melhor; os casais não devem revelar seus problemas a estranhos; conforme-se com o que você tem.

Uma possível crença disfuncional foi encontrada por Izumino (2004) em sua pesquisa, no item Ocupação. A autora observou que muitas das mulheres que se declararam donas de casa colaboravam com o orçamento doméstico, algumas chegavam a contribuir em proporção igual ou superior ao homem, e mesmo assim não declararam ter ocupação.

Crenças referentes à necessidade do outro para ser feliz, ou de que se abandoná-lo não encontrará outra pessoa, outro parceiro, são crenças disfuncionais que explicam e justificam a permanência da mulher na relação violenta até em casos onde a mulher é auto-suficiente e independente financeiramente.

Segundo Saffioti (2002) homens e mulheres oscilam entre sentimentos de onipotência à impotência, porém de formas diferentes. Os homens têm esses sentimentos generalizados, vivenciam-nos com maior ou menor intensidade em todos os setores da vida, enquanto as mulheres os experimentam em situações específicas. Elas seriam onipotentes como mães – acreditam que são capazes de transformar seus filhos em pessoas por elas idealizadas. E, da

mesma forma, crêem poder mudar seus maridos. Este seria, para a autora, um fator relevante na permanência da mulher na relação violenta – “ela deseja continuar pondo em prática sua onipotência” (Saffioti, 2002, p. 335).

De acordo com Baptista (2001), o indivíduo comete alguns erros cognitivos ao avaliar os eventos. Tais erros foram descritos por Beck em relação à depressão, entretanto, podem ocorrer em outros transtornos mentais em diferentes graus⁵.

Estas falhas no processamento da informação podem explicar determinados vieses de interpretação, base para as crenças irracionais/disfuncionais. Alguns destes erros são: **Inferência arbitrária**: ocorre quando o indivíduo chega a uma conclusão mesmo quando as provas são contrárias às conclusões ou sem provas suficientes para comprová-las; **Abstração seletiva**: o indivíduo focaliza-se num detalhe do fenômeno ocorrido e ignora aspectos importantes ou mais relevantes deste evento; **Hipergeneralização**: o indivíduo chega a uma conclusão com base apenas em alguns dados isolados e amplia a conclusão para outros eventos; **Personalização**: consiste numa tendência do indivíduo a se considerar como o causador ou responsável por certas ocorrências, mesmo não havendo nenhuma relação entre ele e o ocorrido; e **Pensamento absolutista/dicotômico**: tendência em fazer avaliações das situações, pessoas ou coisas de maneira absolutista e extrema, por exemplo, excelente ou péssima, sucesso ou fracasso total (Baptista, 2001).

Peçanha (2005) acrescenta mais três tipos de distorções cognitivas: **Leitura de Pensamento**, um tipo de inferência arbitrária em que uma pessoa acredita saber o que a outra está pensando e sentindo, sem chegar a se comunicar diretamente com ela; **Maximização e minimização**, julgar um caso ou circunstância como tendo maior ou menor importância do que é adequado; **Rotulação**, tendência a representar a si ou outro em termos característicos globais, com base em ações passadas.

O conceito de crenças irracionais ou disfuncionais utilizado por Ellis é um conceito amplo, de crenças em geral. Há, entretanto, outros tipos de crenças, mais específicos, estudados na psicologia social e que são pertinentes ao estudo da disfuncionalidade cognitiva no relacionamento íntimo violento.

Auto-eficácia é um tipo de crença que tem grande importância na decisão de se manter na relação violenta. O conceito de auto-eficácia percebida utilizado por Bandura refere-se a

⁵ Não se pretende, nesta apresentação de um modelo compreensivo da posição da mulher num relacionamento violento, defender a ideia de que a mulher em situação de violência é portadora de um transtorno mental. Pelo contrário apresenta-se uma perspectiva segundo a qual estes erros cognitivos – característicos de transtornos mentais – estão presentes em todos os indivíduos que vivem “normalmente” em sociedade, em menor ou maior grau. Eis o tênue e estreito limiar entre o normal e o patológico.

uma atitude de autoconfiança, percebida pela mulher, para poder sair da situação e enfrentá-la, é um juízo de capacidade. Não se pode confundir com o conceito de auto-estima, que é um juízo de auto-valorização (Sanchis, 2005).

Entende-se a auto-estima como:

a avaliação que o indivíduo faz de si mesmo. Expressa uma atitude de aprovação ou de repulsa de si e engloba o auto-julgamento em relação à competência e valor. É o juízo pessoal de valor revelado através das atitudes que um indivíduo tem consigo mesmo, sendo uma experiência subjetiva acessível às pessoas através de relatos verbais e comportamentos observáveis (Coopersmith, 1967 citado por Avanci, Assis, Santos, Oliveira, 2007).

A auto-estima é avaliada segundo os níveis: baixo, médio e alto. A baixa auto-estima caracteriza-se pelo sentimento de incompetência, de inadequação à vida e incapacidade de superação de desafios; a alta expressa um sentimento de confiança e competência; e a média flutua entre os sentimentos de competência e incompetência.

Auto-estima é a avaliação que a pessoa realiza e mantém sobre si própria, ela implica um sentimento de valor com componentes predominantemente afetivos. Segundo Vaz Serra (1986 citado por Romano, Negreiros, Martins, 2007) a auto-estima é o aspecto mais importante do auto-conceito. De acordo com Pelham e Swann (1989 citado por Romano, Negreiros, Martins, 2007), a auto-estima é composta por três componentes: a tendência para experimentar estados afetivos positivos e negativos; as concepções de si, de suas forças e debilidades; e a forma como as pessoas internalizam sua auto-imagem, a discrepância entre a auto-imagem ideal e real de si próprio.

3.2.2 A Dimensão Relacional

Esta dimensão constitui-se basicamente de elementos presentes na relação da mulher com outras pessoas, seja o parceiro (ator direto), seja os familiares, amigos e colegas de trabalho (atores indiretos), além de experiências anteriores com a violência. A dimensão relacional está representada pelas trocas sociais que a mulher realiza diariamente e aspectos objetivos como comportamentos e ações. Embora esteja associada às crenças (intra-individual), esta dimensão vai além do nível individual, transborda para o nível inter-individual.

A principal relação que se pode destacar é a relação da mulher e seu parceiro. Esta relação pode ser, em grande medida, um comportamento funcional e esta *funcionalidade comportamental* é um tema importantíssimo para compreender a manutenção de um relacionamento abusivo. Um comportamento é funcional quando cumpre uma função, quando é efetivo para a manutenção de um *status quo*. No caso específico da situação de violência na relação íntima, por mais que aparente ser perverso, é possível dizer que há alguma funcionalidade para o homem em agredir a mulher (seja para manter ou reafirmar seu poder, identidade que ele supõe ser “do homem”, ou para punir algum comportamento da mulher).

Há também funcionalidade para a mulher. Esse caráter funcional não seria necessariamente em apanhar, mas em se submeter à violência do parceiro, sem expressar reação contrária a ela. Não que esta seja uma escolha espontânea, mas, na sua percepção, seria mais difícil sua vida longe do agressor íntimo. Eis algumas possíveis “vantagens” de manter-se na relação: manter o *status* de mulher casada, uma vez que em muitas culturas a mulher “separada” não é bem vista e conseqüentemente não há apoio social para o rompimento da relação; ausência de apoio familiar; ter a garantia da manutenção do lar, nos casos em que o homem é o principal provedor do orçamento doméstico, não afastar o pai dos filhos, etc. A Dimensão Cognitiva certamente interage com essa dimensão, procurando justificar e explicar a permanência numa relação que faz a mulher sofrer, mas nesta Dimensão Relacional é dado destaque especial à perspectiva do contexto social, de como fatores relacionais, objetivos e práticos favorecem a durabilidade da relação violenta.

A literatura aponta que a denúncia do agressor, muitas das vezes, é mais uma tentativa de restabelecer uma idealização de relação do que propriamente a busca por punição ou pelo fim do relacionamento, ou desencadeada por motivos adversos. Segundo Seade (1987) e Azevedo (1985) as mulheres, após registrarem a queixa, voltam dias depois para retirá-la porque fizeram as pazes com o marido agressor⁶; Para Gregori (1993) a denúncia feita pela mulher é uma tentativa de reordenamento de sua vida conjugal, mais do que busca de punição para os agressores; Izumino (2004) notou que o motivo da denúncia nos processos de Lesão Corporal não foi a agressão diretamente, mas outros fatores como privação econômica, descoberta de amante, falta de conforto para os filhos ou alguma ameaça a eles.

Para além da relação da mulher especificamente com seu parceiro, há também a relação com outros indivíduos do meio social em que ela convive e o posicionamento destas

⁶ Pela lei Maria da Penha, (Nº. 11.340/06) sancionada em 2006, a mulher que foi vítima de violência, não pode, uma vez feita a queixa, retirá-la durante o inquérito policial (delegacia), mas apenas no processo judicial, perante o juiz (Art. 16).

peessoas perante a situação de violência. Os amigos, colegas, familiares podem servir de apoio para o rompimento da situação de violência como para o rompimento. Estas pessoas influenciam o relacionamento do casal e também são transmissores das crenças socialmente compartilhadas (dimensão cultural). Os grupos sociais funcionam como uma interface entre a dimensão relacional e a dimensão cultural, que será descrita a seguir.

Os dois fatores descritos até o momento não devem ser compreendidos como meios de culpabilizar ou atribuir à vítima a responsabilidade pela permanência no relacionamento violento. São elementos que podem auxiliar na compreensão da posição que a mulher se encontra no relacionamento. Supõe-se que estes dois fatores exercem grande influência na decisão de deixar o companheiro violento: as crenças irracionais, e aí se incluem a baixa auto-estima e as crenças acerca da necessidade do companheiro, da não capacidade de viver longe dele – crenças retroalimentadas pelo ciclo da violência –; e a funcionalidade comportamental – os ganhos e perdas relacionados à manutenção ou rompimento na/da relação violenta, avaliados pela mulher, por exemplo, o medo de ser assassinada, o provimento das necessidades do lar, a percepção de apoio social para o rompimento da relação.

Estes dois elementos devem servir de orientação para direcionar ações, políticas e intervenções pontuais em situações de violência no contexto das relações íntimas.

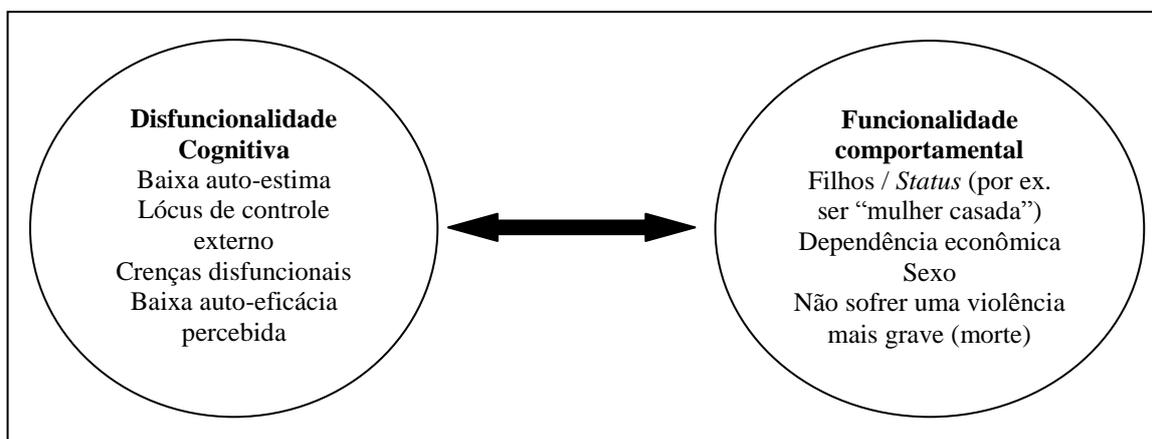


Figura 4: Disfuncionalidade cognitiva e funcionalidade comportamental

3.2.3 A dimensão Cultural

Trata-se da terceira dimensão explicativa e ao mesmo tempo, pano de fundo para as duas primeiras. Este fator é o mais rígido, está imanente à cultura de uma comunidade, tem caráter de verdade e é a própria ideologia de uma determinada população. Neste caso o nível de análise é o intergrupalo e societal. É como a violência, por exemplo, é concebida socialmente. Ou o que é definido como violência e o que não é considerado como tal. Estas crenças podem ser encontradas facilmente na mídia, no senso comum, na literatura, nos textos científicos, e certamente, nos grupos sociais: amigos, colegas de trabalho, familiares, instituições policiais e jurídicas. As crenças sociais amplamente compartilhadas podem reforçar as crenças individuais sobre autonomia da mulher ou não perante a sociedade, *status* de igualdade em relação ao homem etc., e também podem interferir na significação atribuída pela mulher ao fato de manter-se ou separar-se do parceiro, por exemplo, se ela percebe como muito importante ou não ser uma mulher casada, se ela adere ou não à crença de que a mulher não consegue criar os filhos sem o pai na casa.

Segundo Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999), muitas mulheres afirmam que não denunciam seu agressor porque não percebem apoio da família e dos amigos. Além do temor de represálias, preocupação com os filhos, dependência econômica do parceiro ou ainda devido a experiências mal sucedidas na tentativa de denunciar. Todas essas explicações, de algum modo, remetem a relações humanas que desmotivaram a mulher a denunciar. Todas essas explicações, de algum modo, remetem a relações humanas que desmotivaram a mulher a denunciar.

A literatura polariza a violência contra a mulher, dicotomizando suas interpretações, ora apresenta a imagem de uma vítima indefesa, desprotegida e dependente, passando da negação de seu problema para o desamparo aprendido e adaptação resignada de sua situação, ora aborda as características do homem agressor, desconsiderando a atmosfera de crenças sociais e o contexto restritivo à mulher na sociedade (Espinosa, 2004).

É importante verificar ainda o papel das Identidades Sociais, o quanto o indivíduo se sente parte de um grupo social (ser homem e ser mulher, por exemplo) e o que a norma social estabelece como conveniente a esse papel. As mudanças nas crenças sociais normatizadas são explicadas por Moscovici, na sua Teoria das Minorias Ativas, segundo a qual uma minoria, desde que consistente poderia provocar mudanças significativas nas crenças da maioria. Este é o exemplo da Teoria Feminista, que, principalmente ao longo das últimas três décadas, vem

alcançando direitos até então inexistentes para as mulheres e provocando mudanças no papel atribuído à figura feminina. A ideologia (ou as crenças sociais mais amplas) caso seja caracteristicamente voltada para a submissão e subalternidade da mulher perante o homem, favorece a perpetuação do relacionamento abusivo, dependendo da relação que se estabelece com a disfuncionalidade cognitiva e com a funcionalidade comportamental.

O modelo teórico aqui proposto é de que estes três fatores, de diferentes dimensões, se relacionam mutuamente resultando na decisão de abandonar ou permanecer na relação violenta. São: disfuncionalidade cognitiva – funcionalidade comportamental – crenças sociais amplas (Figura 5).

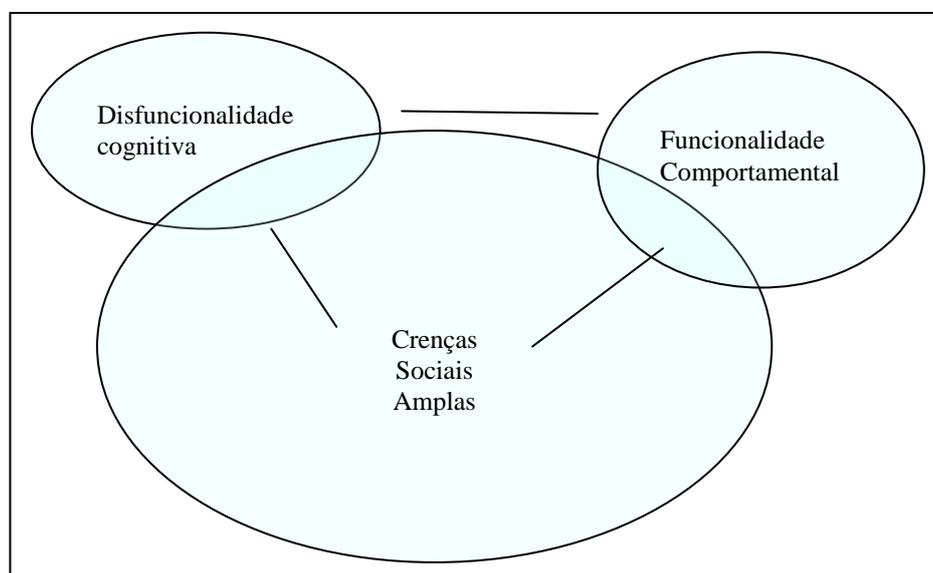


Figura 5: Disfuncionalidade Cognitiva – Funcionalidade Comportamental – Crenças Sociais Amplas

3.2.4 Os estágios do relacionamento violento

Serão destacados neste modelo três momentos distintos: o início do relacionamento que pode ou não ter episódios de violência (início), o estabelecimento do ciclo da violência, onde se sucede episódio de violência e reconciliação (durante) e o rompimento deste relacionamento (depois). Cada dimensão descrita anteriormente tem importância e interação de forma diferente nas diferentes etapas do processo.

a. O Início

O primeiro momento é caracterizado pela “escolha” do parceiro e, neste momento as dimensões cognitiva e cultural merecem maior atenção. As crenças individuais da mulher, sobre si, sobre relacionamento, sobre família etc. poderão favorecer a aproximação da mulher a homens mesmo caracteristicamente violentos. Diante de possíveis sinais de agressão (gritos, ameaças, comportamento impulsivo, personalidade controladora, ciúmes exacerbados), uma mulher com boa auto-estima, crenças racionais, boa auto-eficácia percebida provavelmente romperá rapidamente tal relacionamento. Já uma mulher com crenças disfuncionais, auto-estima baixa, super idealização do parceiro provavelmente adentrará no ciclo da relação violenta.

A dimensão cultural, formada pelas crenças sociais compartilhadas também exerce grande importância nesse estágio. Uma cultura de crenças fortemente machistas e uma adesão forte da mulher a estas crenças favorecerão a entrada numa relação com um homem que apresente característica dominadora.

b. A Permanência

O segundo estágio ou “durante” é marcado por uma complexa interação entre as três dimensões – cognitiva, relacional e cultural -, caracterizado pelo ciclo da violência, já mencionado anteriormente, detalhado por Walker (1979). O ciclo se configura em torno das três fases: tensão, episódio agudo de violência e lua de mel. Neste momento se inter-relacionam as características do homem, da mulher, e da relação. Destacam-se os ganhos e perdas avaliadas pela mulher em manter-se na relação ou romper, explicadas pelas Teorias da equidade e da troca social. Os ganhos em não romper constituem o elemento aqui chamado de funcionalidade comportamental.

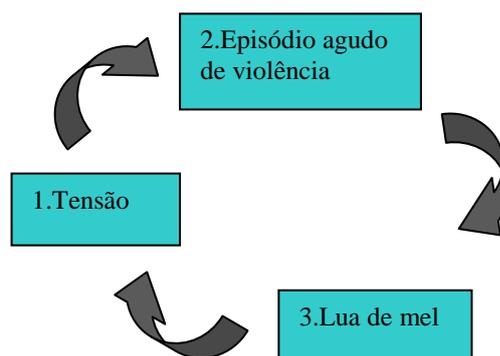


Figura 6: Ciclo da violência segundo Walker (1979) (simplificado)

A situação de violência seria, para Mesterman (1998) e Gregory (1996) uma tentativa de restaurar o poder perdido ou nunca alcançado, ou ainda a confirmação mútua da identidade.

Embora coexista a diferença de estatuto, de força física e poder dentro da relação, a mulher não está totalmente passiva na dinâmica da violência do relacionamento. A maioria delas também é ativa. Reagem, na medida de suas possibilidades, seja através de provocações, ameaça da denúncia e até comportamentos violentos similares ao masculino.

A denúncia feita pela mulher, na maioria das vezes, não significa o fim da relação, nem visa, necessariamente, a punição do parceiro. Antes se mostra como tentativa de recuperação do relacionamento (ou da idealização que tem desse relacionamento). Para Gregori (1993), a queixa é mais uma tentativa da mulher de reordenamento da vida conjugal do que busca de punição para os agressores. Segundo Seade (1987) e Azevedo (1985), as mulheres voltam dias depois de registrarem a queixa para retirá-la porque fizeram as pazes com o marido agressor. De acordo com Brandão (1996), a suspensão do processo (retirada da queixa) não seria um ato contraditório à denúncia, mas um elemento que pode favorecer o retorno da reciprocidade rompida, que é muitas vezes o seu interesse principal.

Segundo uma pesquisa⁷, mulheres agredidas por pessoas conhecidas recorrem mais à polícia do que aquelas que foram agredidas por pessoas desconhecidas, refutando o argumento de que o medo e a vergonha de tornar pública a agressão seriam o motivo delas não recorrerem à ajuda policial. Elas denunciam porque querem renegociar o pacto

⁷ PNAD – Vitimização, realizada pelo IBGE em 1988 na região Sudeste. Das 567.635 pessoas agredidas fisicamente no ano, 44,77% eram mulheres. Destas, 62,39% praticadas por parentes ou conhecidos. E destas (agredidas por parentes ou conhecidos) 51% recorreram à polícia, enquanto 65% das que foram agredidas por desconhecidos não recorreram à polícia (Soares, 1993).

doméstico, enquanto em relação a um desconhecido a denúncia não é feita porque não há nada a ser provado ou resgatado (Soares, 1993).

Quanto às supostas explicações para que a mulher nem chegue a prestar a denúncia: as delegacias de polícia seriam o último recurso que as mulheres encontram para interromper o ciclo de violência que estão vivendo (Izumino, 2004). Schraiber e d'Oliveira (1999) afirmam que uma boa parte das pessoas que vivem em situações de violência já tiveram diversas decisões e ações no sentido de romper a violência, mas muitas vezes não foram bem sucedidas nas instituições às quais recorreram, a denominada Rota crítica (Organização Panamericana de Saúde) repleta de desencontros, desestímulos e falta de acesso na tentativa de uso de Delegacias, advogados e outras instituições.

Muitas mulheres afirmam que não denunciam porque temem represálias, preocupam-se com os filhos, dependem economicamente do parceiro, não percebem apoio da família e dos amigos, preocupam-se com a inaceitação social de ser solteira (ou separada). Estas seriam questões de funcionalidade comportamental, isto é, de maiores ganhos em manter-se na relação do que em separar-se. Há ainda explicações relativas à esperança de que ele mude, este seria um aspecto típico de disfuncionalidade cognitiva. Outra característica disfuncional é a negação, de 22 a 70% das mulheres maltratadas não tinham percebido isso antes que alguém lhes tivesse perguntado (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

A relação violenta é um ciclo de ambivalências que se retroalimenta. Sofrer agressões do parceiro e manter-se na relação é uma condição contraditória. Não faz sentido cognitivamente. Para sanar esse conflito de pólos opostos o indivíduo (mulher agredida) lança mão de algo que se contraponha a essa contradição ou que justifique manter-se em tal situação.

Status social devido à condição de “mulher casada”, dependência econômica, são exemplos de funcionalidades comportamentais que atenuam a dissonância existente na relação violenta. Para tanto, cognitivamente, estas funcionalidades atuam distorcendo o paradoxo através da idealização de relação e negação da violência, crenças na mudança, percepção do parceiro como “bom pai de família”. Tem-se então uma contradição sustentada por uma funcionalidade, ou como é expresso naquele ditado popular: “ruim com ele, pior sem ele”.

c. O Rompimento

Nem sempre a agressão por si basta para a quebra do ciclo da violência. É preciso uma quebra nesta estrutura, seja pelo “empoderamento” ou fortalecimento da mulher (abalando a disfuncionalidade cognitiva) seja pela diminuição da funcionalidade comportamental do relacionamento violento. Um exemplo do momento em que a perda da funcionalidade comportamental provoca mudança no ciclo do relacionamento violento é quando os atos violentos passam a ser direcionados também aos filhos. Estudos mostram que é diante de tais situações que algumas mulheres decidem denunciar seus parceiros (Oliveira & Carvalho, 2005).

Izumino (2004) verificou em sua pesquisa que o motivo desencadeador da denúncia não foi a agressão, mas outros fatores: privação econômica, descoberta de amante, falta de conforto para os filhos ou alguma ameaça a eles. Tais aspectos estariam relacionados, segundo o modelo proposto, à funcionalidade comportamental.

A dimensão das crenças sociais mais amplas ou da ideologia, como descrito acima, pode colaborar para o reforço das crenças disfuncionais ou para a funcionalidade comportamental da relação violenta. Isto é, a cultura atual de combate à violência contra mulher (principalmente a efetiva física) tem despertado os indivíduos para uma consciência contra a violência, diferentemente de algumas décadas atrás, nas quais a defesa da honra ou o direito do homem sobre a mulher era praticamente inquestionável. O conceito de violência contra mulher vem sendo apropriado pelo senso comum, de forma a aceitar mais facilmente a queixa de uma mulher agredida do que em tempos anteriores, que só ocorria em extremos altíssimos⁸.

As crenças irracionais/disfuncionais constituem um dos pontos centrais deste modelo. Entretanto elas não são algo que se constroem num vácuo social. Se por um lado as crenças carregam consigo idiosincrasias de cada indivíduo (dimensão cognitiva), por outro recebem influência direta da relação que a mulher estabelece com o parceiro (a dimensão relacional) e a relação dessa mulher com as crenças sociais mais amplas, as ideias compartilhadas pelo seu grupo de como a mulher deve ser, como deve se comportar (dimensão cultural).

A força das crenças irracionais/disfuncionais está diretamente relacionada à permanência da mulher na relação violenta. Como já foi dito, as crenças são esquemas,

⁸ As mulheres entravam com pedido de divórcio junto à Igreja no século XVIII apenas quando já estavam cansadas de muitos maus-tratos, abandono e descaso do marido (Izumino, 2004).

entretanto, as crenças disfuncionais modelam erros cognitivos. São crenças desestruturantes, que a um nível grupal diminui a afiliação do indivíduo no grupo, e a nível individual diminui a saúde do indivíduo, porque geram sofrimento e conflito interno.

Supõe-se que as crenças irracionais de maior destaque na entrada do relacionamento violento na mulher são os esquemas auto-referentes. Isto é, crenças acerca de si, em geral autodepreciativas, e aí se podem relacionar a auto-estima, o controle percebido, percepção de auto-eficácia e outras crenças disfuncionais como as típicas do transtorno da personalidade dependente e/ou depressiva. Estas características predominantemente individuais serão importantes na decisão da mulher de envolver-se com o agressor em potencial, imaginando ao lado dele superará as dificuldades que ela vive.

Então a mulher adentra na relação, e diante de situações de violência, as crenças disfuncionais auto-referentes terão significativa importância para a sua manutenção. Aliada a estas estará um novo tipo de crença irracional, o esquema hetero-referente dirigido ao parceiro. A idealização do parceiro reflete uma tendência a minimizar o comportamento do mesmo, justificar o comportamento violento como circunstancial, que não foi devido a características do parceiro, mas sim das circunstâncias⁹. Além desses fatores subjetivos, há os fatores relacionais, reforçadores da manutenção da relação: porque o parceiro é o mantenedor da casa, pelo medo de ser morta por ele, caso resolva se separar, preocupação com os filhos, falta de apoio familiar e social em relação à separação.

Hipotetiza-se que o último estágio – a saída do relacionamento violento – ocorre principalmente quando há uma quebra na funcionalidade comportamental. Por exemplo, as mulheres que abandonam o parceiro agressor quando este passa a agredir também os filhos. Deste modo, devido a uma mudança comportamental do agressor, ela desenvolve uma percepção de perda maior em relação a manter-se do que em romper, isto é, perdas maiores do que ganhos. Assim ocorre um desequilíbrio, uma espécie de quebra no “contrato” estabelecido subliminarmente. Pode acontecer também outro fator relacionado às perdas e ganhos: a mulher perceber apoio social para o rompimento e assim avaliar como mais positivo abandonar do que continuar se submetendo às agressões. Isto é, ela reavalia a importância da relação, percebe que dispõe de condições para sobreviver sem o parceiro, econômica, emocionalmente e em segurança, seja graças ao apoio familiar e de amigos ou ao apoio institucional de órgãos estatais ou não que dêem as respostas que ela necessita ao seu problema.

⁹ Essa forma de justificar os comportamentos do parceiro pode ser explicada também através da Teoria de Atribuição de Causalidade (ver Erro Fundamental de Atribuição: Ross, 1977).

Neste caso supõe-se a influência da dimensão cultural. As dimensões não são estanques, todas são sociais, e todas são interpretadas cognitivamente. A ruptura pode ocorrer inclusive a partir de uma mudança nas crenças disfuncionais/irracionais, uma mudança cognitiva, ou através do “empoderamento”.

A importância de cada dimensão relacionada aos estágios do relacionamento está exposta na figura a seguir.

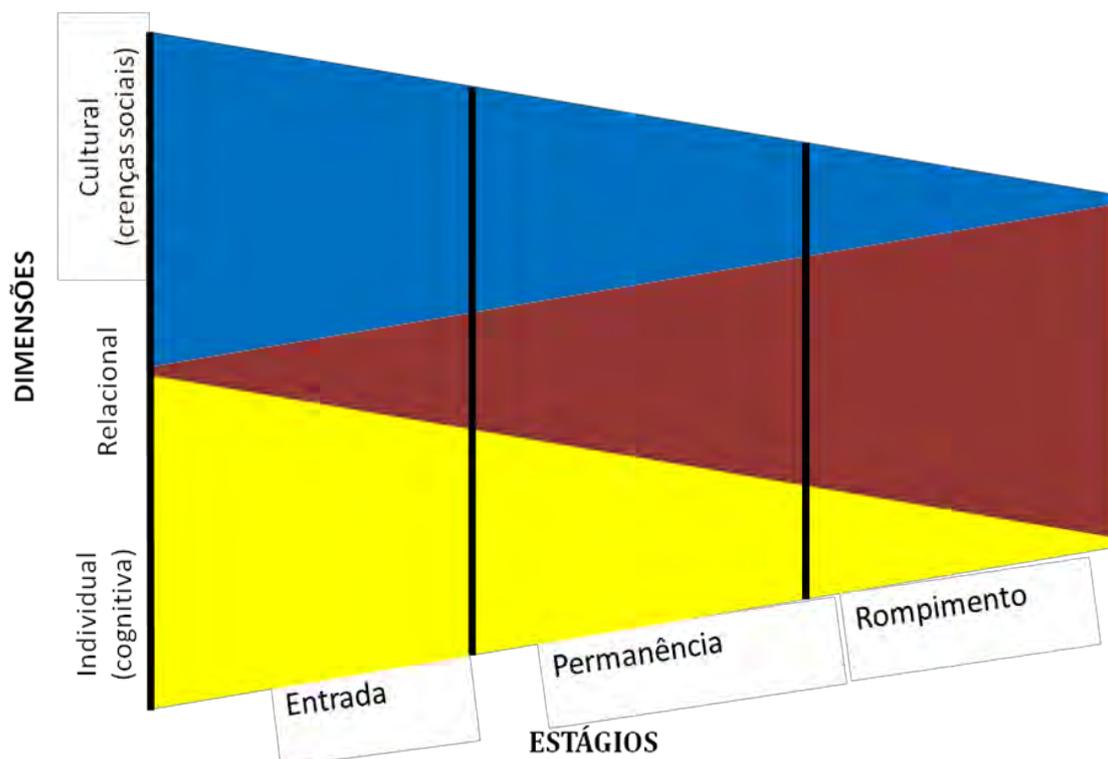


Figura 7: Relação entre as dimensões de significação da violência contra a mulher em cada estágio de desenvolvimento do relacionamento violento.

Supõe-se que as dimensões individual e cultural têm papel importante no início do relacionamento, quando começam a surgir as primeiras manifestações (mais sutis) da violência. Caso a relação tenha continuidade o fator relacional sofrerá um crescente de relevância. O ciclo da violência se estabelece, podendo durar muitos anos, numa complexa dinâmica entre as três dimensões. Esta dinâmica poderá ser quebrada, no entanto devido a fatores relacionais: ou à diminuição significativa de ganhos percebidos na manutenção da relação ou ao surgimento/percepção de apoio social para o rompimento.



**ESTUDO EMPÍRICO: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA
NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS**

Picasso

4. PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A seguir, iniciando a parte empírica do estudo, está descrito o método utilizado na pesquisa empírica. O delineamento do estudo – objetivos, instrumentos e procedimento adotados.

4.1 Justificativa

Em todo o mundo é alta a ocorrência de violência contra a mulher. Estima-se que uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência na vida. Este problema usualmente era velado ou naturalizado. Atualmente, embora suas dimensões sejam ainda imprecisas, o tema vem despertando interesse e ocupando espaços científicos e não-científicos. Inicialmente foi objeto dos estudos da Segurança Pública e mais recentemente dos Direitos Humanos e da Saúde Pública. Trata-se de um problema que afeta a saúde reprodutiva da mulher, bem como seu bem-estar físico e mental. E que encontra ressonância em áreas diversas do conhecimento: Sociologia, Serviço Social, Direito, Psicologia, Psicologia Social, Enfermagem, Teologia, Linguística, Literatura, dentre outras.

Este estudo pretende contribuir com a discussão do fenômeno a partir de um recorte específico do mesmo: a violência nas relações íntimas, isto é, aquela perpetrada pelo companheiro, marido, namorado, noivo. Uma vez que esta é a modalidade mais frequente de violência contra a mulher¹⁰. Busca-se fazer uma relação entre os aspectos sociais e culturais – tão amplamente já discutidos nos estudos dessa temática – a aspectos subjetivos e individuais da mulher. Espera-se que possa lançar contribuições para a compreensão e auxílio às vítimas de violência, no sentido de favorecê-las a buscar alternativas ao relacionamento abusivo.

Esta pesquisa foi dividida em três etapas: primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre a temática da violência contra a mulher no contexto das relações íntimas; a segunda etapa consistiu na proposição de um modelo teórico que auxiliasse na compreensão da relação violenta e de suas diferentes fases (início, manutenção e

¹⁰O dado refere-se também à violência praticada por ex-companheiro, ex-marido, ex-namorado, ex-noivo. Esta pesquisa trata especificamente da violência perpetrada durante o relacionamento, ou melhor, ao relacionamento no qual ocorreu violência.

rompimento); e a terceira etapa corresponde ao desenvolvimento de um estudo empírico abordando parte do modelo proposto. Concernente ao estudo empírico, foram delineados os seguintes objetivos.

4.2 Objetivos

Objetivo Geral

Este estudo tem como finalidade maior investigar os fatores relacionados à permanência e ao rompimento do relacionamento íntimo violento, na perspectiva da mulher em situação de violência. A pesquisa caracteriza-se como estudo de casos múltiplos, ora os casos são tomados individualmente, ora são comparados uns com os outros, destarte os três primeiros objetivos específicos relacionam-se aos casos individualmente e o último relaciona-se aos pontos comuns aos casos.

Os objetivos específicos estão descritos a seguir:

Objetivos Específicos

- I. Investigar, em cada história da casuística, indicadores de disfuncionalidade cognitiva da mulher, que justificavam/justificam o seu comportamento e o comportamento do seu parceiro;
- II. Identificar, em cada história da casuística, indicadores de funcionalidade comportamental que “compensavam/compensam” a permanência da mulher no relacionamento violento;
- III. Observar, em cada história da casuística, o apoio social percebido pela mulher em relação à decisão de permanecer ou romper a relação;
- IV. Comparar as histórias da casuística em função do papel e importância da disfuncionalidade cognitiva, da funcionalidade comportamental e do apoio social percebido, quanto à permanência e/ou à ruptura da relação violenta.

4.3 Expectativas do estudo

A respeito do Objetivo I foi elaborada a seguinte expectativa:

➤ Serão percebidos nas histórias das mulheres indicadores de alguma(s) característica(s) individual(is) disfuncional(is), como crenças irracionais/disfuncionais baixa auto-estima, locus de controle externo, baixa eficácia percebida, relatados por ela quando falar sobre os primeiros indícios de comportamento violento.

Esta expectativa baseia-se em estudos como o de Jacobucci (2004), que verificou que num grupo de mulheres que permanecem no relacionamento violento, 87% delas apresentam traços de depressão, desde o tipo leve até o grave. Todavia os sintomas depressivos podem ser motivo do não rompimento do ciclo violento e/ou consequência dos sucessivos episódios de violência.

A disfuncionalidade cognitiva está diretamente relacionada à percepção de si perante os outros. Crenças auto referentes acerca de sua auto-estima, confiança ou percepção de eficácia para encarar os obstáculos, conflitos e percepção de que os acontecimentos estão sob o seu controle ou sob controle de forças externas direcionarão o comportamento da mulher, para manter-se ou para separar-se do parceiro.

As crenças disfuncionais estão relacionadas à percepção de *self*. Por exemplo, as crenças características do transtorno de personalidade dependente giram em torno da necessidade de apoio, proteção. O indivíduo se percebe como indefeso, fraco e incompetente, necessitando de uma figura de apoio. Esta crença disfuncional central pode conter esquemas que sustentem excessiva submissão ao controle dos outros, obediência, busca de aprovação, excessivo envolvimento emocional e proximidade com pessoas significativas, auto-sacrifício etc. (Santos, 2005).

As crenças disfuncionais adaptam a mulher ao relacionamento. Servem para atenuar ou negar o conflito presente na fase da construção da tensão (primeira fase do ciclo de Walker) e a motivam a acreditar nas promessas do parceiro na fase da lua de mel (terceira fase do ciclo). A disfuncionalidade cognitiva favorece a justificação do comportamento do companheiro e as sucessivas reconciliações.

Esta expectativa prevê ainda a observação de elementos que indiquem uma acentuação da(s) característica(s) cognitiva(s) disfuncional(is) da mulher a partir do início dos episódios de violência e durante o relacionamento violento. Os primeiros episódios de violência representam situações traumáticas das quais a mulher não possui controle e isso diminui sua motivação para responder a posteriores situações traumáticas. Este é o princípio da Teoria do

Desamparo Aprendido (Learned Helplessness) de Seligman (1975). O autor concluiu que quando um organismo enfrenta um acontecimento desagradável que é independente de suas respostas, aprende que não pode agir para modificá-lo. A mulher, no caso, adquire a crença de que não pode influenciar os acontecimentos aversivos, e assim desenvolve o sentimento de desamparo.

Walker (2009) defende que a violência pode ser prevenida através de fortalecimento cognitivo, reforço e desenvolvimento de sentimentos de auto eficácia e autoconfiança. Ela afirma que mesmo tendo desenvolvido o desamparo aprendido a partir de abusos na infância ou no relacionamento íntimo, é possível que meninas sejam protegidas. Aprender a focar no lado positivo das experiências mais do que no lado negativo é uma das estratégias sugeridas por Walker. Outra estratégia é ajudar a promover os pontos fortes em cada criança e assim desenvolver sua auto eficácia. Uma terceira estratégia é ajudar as pessoas a desenvolver flexibilidade para resolver problemas utilizando diferentes métodos para que saiba mudar sua forma de agir caso seja necessário. E principalmente, ensinar a resolver conflitos sem utilizar coerção mental ou força física.

Esse trabalho de fortalecimento da mulher é chamado pelo movimento feminista de empoderamento (empowerment). Esta mudança cognitiva pode favorecer a ruptura por parte da mulher. A manutenção das crenças disfuncionais de baixa eficácia, baixa autoestima e baixo senso de controle, por outro lado, favorecem a permanência da mulher na relação violenta. O empoderamento é potencializado pelo suporte de outras pessoas que mostram à mulher modelos, possibilidades de viver sem violência.

A respeito do Objetivo II foi elaborada a seguinte expectativa:

➤ No estágio da permanência serão evidenciados elementos que indiquem “benefícios” percebidos pela mulher em permanecer na relação violenta, contrapondo-se aos “custos” dessa permanência. O rompimento será precedido por uma diminuição dos benefícios ou aumento dos custos para a manutenção da relação violenta.

Esta expectativa baseia-se na pesquisa de Jong *et.al.* (2008), na qual foram encontradas algumas explicações da mulher para a desistência da denúncia: para manter a família unida, por necessidade econômica ou mesmo o medo de que as consequências da denúncia sejam piores do que a própria situação de violência – que haja risco para si ou para os filhos. Outra pesquisa, feita com a população em geral apontou como principais motivos da manutenção do relacionamento violento: a falta de condições para viver sem o companheiro, a preocupação com os filhos e o medo de ser morta se rompesse a relação. Estes itens citados totalizaram 64% das respostas dos entrevistados (Ibope/Instituto Avon, 2009); tais aspectos,

referentes aos “ganhos” da manutenção da relação violenta, adiamento ou desistência da denúncia encontram-se condensados naquilo que se está denominando nesta pesquisa de funcionalidade comportamental.

O modelo custo-recompensa descreve que, ao experimentar uma excitação emocional desconfortável o indivíduo é motivado a reduzi-la (Goldstein, 1980). Pode-se pensar que de uma forma simplista, este modelo preveria que a mulher vítima de violência buscasse rapidamente uma alternativa para a situação desagradável, separando-se do parceiro. A diminuição da tensão, porém, pode ou não ser alcançada com a ruptura do relacionamento. Caso a ruptura seja, em si mesma, causadora de maior desconforto emocional do que a própria violência. Isto pode ocorrer se a mulher avaliar que há custos muito altos para a sua separação, por exemplo, o provimento do lar é garantido pelo marido ou uma mulher separada é mal vista perante seu grupo social.

A mulher pode ainda redefinir a situação, de tal modo que a excitação se reduza. Atribuindo-lhe significado diverso, por exemplo, justificando o comportamento do parceiro como influência de fatores externos ou mesmo culpabilizando-se pelo ocorrido.

Na apresentação da Teoria do Ciclo da violência, em 1979, Walker já considerava a análise dos custos psicológicos e recompensas do relacionamento violento e sugeria mais investigações a respeito deste tema. Entre o grupo de mulheres que se mantinham no relacionamento com o agressor e mulheres que já haviam se separado, a autora verificou diferenças na descrição da primeira fase do ciclo (tensão). As mulheres que ainda mantinham-se com o parceiro reportavam menos evidência de tensão crescente precedendo o incidente violento do que o grupo de mulheres que já haviam se separado. Foram levantadas duas possibilidades para esta diferença: a diferença no nível de tensão de fato haveria e desencadearia o rompimento, ou seria um viés por parte da mulher que se mantém no relacionamento (Walker, 2009).

A respeito do Objetivo III foi elaborada a seguinte expectativa:

➤ O apoio social para o rompimento do relacionamento violento percebido pela mulher será relevante na decisão em denunciar/romper, a percepção de falta deste apoio estará associada à manutenção do relacionamento violento.

O apoio social pode ser abstrato ou concreto. As crenças socialmente compartilhadas acerca dos papéis sexuais, do casamento, do papel de esposa, da igualdade de estatuto entre homens e mulheres constituem o apoio social *abstrato* ou subjetivo. Já o apoio social *concreto* ou objetivo é referente às instituições sociais: a família, (incluindo-se os próprios filhos), a instituição religiosa, os amigos, o suporte policial e jurídico. A percepção

de apoio para manter-se no relacionamento ou rompê-lo será apontada pela participante como importante para uma ou outra decisão. O apoio social, logo, reflete a atmosfera cultural das crenças a respeito do papel social da mulher.

A respeito do Objetivo IV foi elaborada a seguinte expectativa:

➤ Para ocorrer o rompimento definitivo terá havido uma mudança substancial na funcionalidade comportamental. Isto é, diminuição ou perda dos “benefícios” que mantinham a mulher na relação abusiva ou aumento significativo dos “custos”, por exemplo o agravamento da violência.

Esta expectativa apóia-se em pesquisas como a de Izumino (2004). Em seu estudo com processos de uma vara criminal a autora verificou que alguns dos motivos citados pela mulher para a denúncia de lesão corporal praticada pelo parceiro íntimo foram: privação econômica, descoberta de amante, falta de conforto para os filhos ou ameaça a eles. Espera-se que as mulheres que romperam o relacionamento há muito tempo apresentem uma compreensão mais ampla da violência, compreendendo-a não como algo simplista – agressor-vítima – mas de forma dinâmica, em que os dois “cônjuges” são sujeitos que, mesmo com poderes diferentes, atuam no contexto da relação violenta. Por outro lado, as mulheres que denunciaram o agressor recentemente apresentarão uma fala mais emocional, associada aos episódios agudos de violência.

4.4 Tipo de estudo

Consiste num estudo exploratório, descritivo e analítico. É um estudo predominantemente qualitativo que se caracteriza como um estudo de casos múltiplos. Segundo Cozby (2003) o estudo de caso fornece uma descrição de um indivíduo ou de um grupo, como uma empresa, escola ou vizinhança. Serve para informar sobre condições raras ou difíceis de serem estudadas de outras maneiras. O presente trabalho trata-se de um estudo de casos múltiplos, isto é, o estudo de vários casos tomados individualmente. São casos de relação íntima violenta sob a ótica da mulher. A interpretação dos eventos descritos em estudos de caso é um desafio ao pesquisador, uma vez que pode dar margem a inúmeras possibilidades de explicações diferentes. Entretanto, este tipo de estudo, de acordo com Cozby (2003) pode sugerir ideias que levem a hipóteses a serem posteriormente testadas. Os estudos de caso são a estratégia preferida quando as questões colocadas são do tipo “como” e “por

que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos do contexto da vida real (Yin, 2005). Donald Campbell (2005) cientista social americano, conhecido por seus trabalhos sobre metodologia, afirma que nosso arsenal metodológico das ciências sociais também necessita de uma metodologia humanística de estudo de caso, que busque a validade e que, apesar de não fazer uso da quantificação ou dos testes de significância, trabalhe sobre as mesmas questões e compartilhe os mesmos objetivos do conhecimento.

4.5 Amostra

A amostra foi composta por 12 mulheres. Ao todo foram contatadas 25 mulheres. Os critérios de inclusão na pesquisa eram: ser mulher, maior de 18 anos, reconhecer-se como alguém que vivenciou pelo menos um relacionamento íntimo violento¹¹ e aceitar participar do estudo. Foram excluídas quatro mulheres da pesquisa: uma delas por ter havido problemas técnicos na gravação do áudio da primeira parte da entrevista, outra por não ter sido encontrada para a segunda parte da entrevista e duas porque seus relacionamentos não se caracterizavam como relacionamento íntimo violento. Entende-se como relacionamento íntimo uma ligação afetiva mais ou menos duradoura que tenha características de cunho amoroso/sexual, e relacionamento violento como aquele em que tenham ocorrido episódios de algum tipo de violência: seja física (tapas, empurrões, socos etc.), simbólica (humilhações, depreciações), verbal (gritos) e/ou sexual (sexo forçado ou carícias indesejadas). Nove mulheres rejeitaram participar da pesquisa. Cinco delas recusaram-se afirmando que não gostariam de falar sobre o assunto, que não gostam de lembrá-lo ou mesmo que não tinham tempo ou lugar apropriado para a realização da entrevista. Quanto às demais mulheres (quatro) foi realizada a tentativa de primeiro contato por telefone e o número informado por elas era inexistente ou a ligação não era atendida.

A amostra foi de tipo não-probabilística e por conveniência. As mulheres foram contatadas de maneiras diferentes: algumas foram indicadas por membros do núcleo de pesquisa, outras foram indicadas por outra participante, formando assim uma rede social, outras foram indicadas por instituições que atendem mulheres vítimas de violência – Gerência

¹¹ Das 12 participantes, 11 reconheciam-se como vítimas de violência em relacionamento íntimo heterossexual e uma de relacionamento íntimo homossexual.

Executiva de Medicina e Odontologia Legal – GEMOL, Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra – CRMEB, ambas localizadas em João Pessoa-PB. As mulheres indicadas pela rede social em geral tinham um longo tempo de separação do companheiro agressor, já aquelas advindas da GEMOL tinham como característica a denúncia recente da violência; algumas mulheres atendidas no CRMEB haviam rompido o relacionamento há um tempo médio, superior a um ano, outras se separaram há pouco tempo, menos de um ano, e outras ainda conviviam com o parceiro.

O detalhamento da amostra com os dados biodemográficos: idade, escolaridade, renda, profissão e religião encontra-se na apresentação dos resultados.

4.6 Instrumento de Coleta de Dados

Foi utilizada uma entrevista em profundidade (Anexo 1), realizada em dois momentos distintos. A primeira parte era formada pela questão aberta “como foi a sua experiência com a violência, desde o início?”, a partir da qual a participante falava livremente sobre o relacionamento, do início até como se encontra atualmente, relatando todos os pontos que considerava importantes.

Num segundo momento, após algumas semanas, era agendada e realizada a segunda parte da entrevista. Nenhuma mulher recusou-se a participar da segunda parte da entrevista. Esta se iniciava com o levantamento dos dados sócio-demográficos da participante, questionando-a sobre a importância de alguns deles na permanência ou não na relação, e logo após eram feitas algumas perguntas sobre pontos que não ficaram muito claros na primeira parte da entrevista. O intuito da segunda parte era aprofundar assuntos específicos, de interesse da pesquisa. As perguntas da segunda parte da entrevista tinham por base as informações já prestadas anteriormente pela mulher na primeira entrevista. Estas perguntas tinham o objetivo de aprofundar aspectos importantes descritos pela participante sem estimulação direta na primeira parte da entrevista. Eram alvo de questionamento principalmente aspectos cognitivos, comportamentais e relativos ao apoio social percebido. Algumas perguntas específicas foram feitas no segundo encontro, e para manter o padrão na coleta dos dados, tais perguntas eram iguais para todas as entrevistadas (ver Anexo1).

Em geral a segunda parte da entrevista era mais longa que a primeira, as mulheres se sentiam mais à vontade para falar, fruto do *rapport* realizado antes da primeira entrevista provavelmente.

4.7 Procedimento de Coleta de Dados

Nos casos em que a participante foi indicada por alguma pessoa do núcleo de pesquisa ou por outra participante – rede social – foi solicitado que esta pessoa falasse com a provável participante sobre a pesquisa e lhe perguntasse se ela permitia que fosse dado seu número de telefone à pesquisadora. Após a anuência da futura participante em ceder o número do telefone era realizado o primeiro contato por telefone, momento em que era agendado um primeiro encontro. No encontro a entrevistadora falava sobre os objetivos da pesquisa, os cuidados éticos como o anonimato da participante e a sua liberdade em participar ou não da pesquisa e ainda da importância de sua participação no auxílio a outras mulheres que vivem em situação de violência na relação íntima. Se fosse de interesse da entrevistada a entrevista era realizada naquele mesmo momento, do contrário era agendado um novo encontro para a realização da pesquisa efetivamente.

Nos casos das mulheres indicadas por instituições foi concedida a autorização prévia para o acesso aos dados das mulheres, para posteriormente o contato ser feito diretamente com a mulher, por telefone, daí em diante seguia-se o procedimento comum, mencionado anteriormente.

O cuidado no contato e na aceitação espontânea em participar da pesquisa tinha como objetivo favorecer que a mulher se sentisse mais a vontade para contar sua história e, conseqüentemente, o *rapport* entre a entrevistada e a entrevistadora, isto é, um clima de confiança, respeito, simpatia e cooperação de ambas as partes. Da mesma forma era agendada a segunda parte da entrevista, esclarecendo à mulher que esta tinha o objetivo de aprofundar e esclarecer algumas informações oferecidas por ela na primeira parte da entrevista. A entrevista ocorria no local mais conveniente para a participante, sempre preconizando locais livres de interrupção por terceiros, barulho ou qualquer outro incômodo, possibilitando à mulher sentir-se à vontade para falar. Os lugares onde as entrevistas ocorreram foram: residência da participante, local de trabalho da participante e instituição onde a participante recebe atendimento psicoterapêutico.

Como padrão de coleta de dados, todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, que foi responsável também pela transcrição do áudio destas.

4.8 Procedimento de Análise de Dados

O áudio das entrevistas, 17h45min de gravação, foi cuidadosamente transcrito, resultando num arquivo de texto de 228 laudas. Cada parte da entrevista durou em média 40min, resultando em média 1h20min de gravação para cada participante.

Foram realizados dois tipos de análise. A primeira foi uma análise individual. Os casos foram tomados um a um, observando-se como se configuravam dentro do modelo teórico apresentado, se apresentavam um ou outro elemento presente na teoria – disfuncionalidade cognitiva, funcionalidade comportamental, apoio social – e se corroboravam as expectativas ou não. Para esta análise foi realizada uma descrição geral do caso, em seguida o recorte de cada caso de acordo com os fatores descritos no modelo teórico proposto: os três momentos distintos do relacionamento (início, permanência e rompimento nos casos em que houve) e as três dimensões de análise (individual relacional e cultural). E por fim eram destacados os principais elementos explicativos da permanência e da ruptura do casal.

Após a análise dos casos separadamente, foi feito o estudo comparativo dos casos, buscando-se semelhanças e diferenças nos mecanismos utilizados por cada mulher, que favoreciam a manutenção ou o rompimento do relacionamento. Este tipo de análise de casos múltiplos se assemelha a uma técnica denominada por Yin (2005) como síntese de casos cruzados. Esta técnica trata cada estudo de caso individual como um estudo separado. A análise começa investigando se diferentes casos parecem compartilhar alguma semelhança e se merecem ser considerados exemplos do mesmo “tipo” de caso geral. Verificou-se a saliência de cada dimensão, como cada uma está posta na fala das entrevistadas, de que forma estão relacionados ao momento da entrada, ao tempo de permanência no relacionamento violento, e ao rompimento do mesmo. a partir de então se pôde discutir a relação entre os dados encontrados e o modelo proposto.

4.9 Considerações Éticas

O projeto da pesquisa foi submetido à análise pelo Comitê de Ética da UFPB. Anterior ao início da coleta de dados foi requerida autorização dos responsáveis pelas instituições visitadas. E cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2), antes de iniciar a coleta de dados, momento em que era destacada a sua liberdade para participar ou não do estudo, bem como sua anuência para a gravação da entrevista. Sempre era destacado o sigilo das informações prestadas e anonimato dos dados, de acordo com a Resolução nº. 196/96 que regulamenta as questões éticas relativas a pesquisas envolvendo seres humanos.

Vale salientar que a entrevistada ou a entrevistadora poderia encerrar a entrevista a qualquer momento, caso julgasse necessário. E ainda, a entrevistadora procurou previamente alguns espaços de atendimento profissional disponíveis na cidade caso se verificasse a necessidade de encaminhar a entrevistada para acompanhamento psicológico em decorrência da participação na pesquisa. Esse cuidado foi pensado por se entender que o tema da pesquisa é deveras invasivo e poderia provocar ansiedade ou intensas emoções frente às lembranças da violência. Embora algumas participantes tenham demonstrado certo desconforto ou emoção durante a entrevista não houve nenhuma ocorrência de encaminhamento para atendimento especializado, algumas das entrevistadas, principalmente as de rompimento recente, eram acompanhadas pelo Centro de Referência da Mulher à época da entrevista, o órgão dispõe, dentre outros serviços, de atendimento psicológico.

5. A ANÁLISE DOS CASOS

Os casos que serão relatados a seguir referem-se às 12 mulheres que constituíram a amostra deste estudo. Todas foram entrevistadas em dois momentos distintos conforme referido anteriormente no procedimento de coleta de dados. Algumas mulheres da amostra separaram-se do companheiro agressor há muito tempo, outras há pouco tempo e ainda houve casos de mulheres que ainda mantém o vínculo com o parceiro agressor. Os casos estão apresentados segundo a ordem em que as mulheres foram entrevistadas.

Será apresentada a análise dos casos de violência detalhadamente. Esta análise foi subdividida em duas partes. A primeira consiste na análise individual caso a caso. Para tanto, o caso é descrito objetivando uma apreensão geral do contexto da relação violenta a partir da narração da entrevistada. Para melhor compreensão foram feitos os recortes temporal – início, permanência e ruptura (quando houve ruptura) de cada caso. Após a descrição da história da relação violenta, é feita a análise nas diferentes perspectivas dimensionais (cognitiva, relacional e cultural), os principais mecanismos utilizados pela mulher ao longo do relacionamento. Por conseguinte, é discutido o papel que os mecanismos tiveram para a manutenção e ruptura dos relacionamentos estudados.

A segunda parte da análise corresponde ao estudo comparativo dos casos. Esta análise busca observar semelhanças e diferenças entre os casos, bem como os fatores comuns aos mesmos que favoreceram a permanência ou rompimento do relacionamento violento.

5.1 Descrição e análise de cada caso

A seguir todos os casos estão apresentados, individualmente e de forma resumida, a partir da história do relacionamento contada pela participante. Cada mulher tem sua forma de falar sobre a sua experiência com a violência. Algumas, principalmente as mulheres cujos episódios de violência foram poucos, descrevem detalhadamente o episódio: o que o precedeu, como ocorreu, o que fizeram em seguida etc. Isso também aconteceu em alguns casos para relatar o primeiro episódio de violência. Outras mulheres falavam do processo como um todo, sem se ater a eventos específicos, referindo-se a um certo padrão de acontecimentos, sem entrar em muitos detalhes. Para a descrição de cada caso foi escolhido

um nome fictício referente à mulher entrevistada, os nomes foram escolhidos a partir da música “Ela é bamba”, de Totonho Villeroy, interpretada por Ana Carolina. Para maior esclarecimento do leitor cabe informar que as palavras ou expressões apresentadas entre aspas são trechos literais da fala da entrevistada. Quando da necessidade da autora destacar alguma expressão no texto é utilizado o estilo de fonte *itálico*. Em todos os casos os filhos serão referidos no gênero masculino a fim de evitar detalhamento desnecessário da composição familiar da entrevistada.

*Caso 1 - Dora*¹²

Descrição do caso

Início – Dora conta que o início do seu relacionamento deu-se porque havia atração entre os dois. Houve a paquera entre os dois e então o rapaz, dois anos mais novo, terminou um namoro para começar a namorá-la. Embora o rapaz tenha dito que achava ridículo um homem que tem ciúmes da namorada, logo no começo do namoro teve uma crise de ciúmes por vê-la acompanhada de um amigo. Nessa ocasião Dora ficou chateada, mas achou que tinha sido apenas um mal entendido. Ela o achava muito bonito e havia “química” entre os dois. Dora começou a evitar certas situações que o deixavam com ciúmes, e assim foi parando de fazer coisas das quais gostava, como dançar, por exemplo, mesmo que fosse com o irmão dela. Todas as vezes que o namorado ficava com raiva chamava muito palavrão com ela. A primeira vez que isso aconteceu, ela ficou paralisada, com vergonha, pois estava com pessoas conhecidas. Eles (o casal) se afastavam, mas depois ele retornava pedindo desculpas. Ela concordava e pensava que ele mudaria com o tempo.

Permanência – Dora evitava magoar o namorado, evitava “dar motivos” para ele reclamar, mas mesmo assim outras situações de ciúmes ocorriam, chegando a desencadear um episódio em que ele lhe deu um empurrão e rasgou sua roupa, que estaria chamando a atenção de outros homens. Dora conta que se afastava dele depois desses acontecidos, dizia que estava tudo acabado, mas ele vinha pedindo para ela não fazer isso, dizendo que a amava. Ela conta que pensou até em se envolver em novos relacionamentos no período em que estavam separados, mas o ex-namorado sempre a seguia e observava se ela estava com outros homens. Ela achava que se ela se aproximasse de outros homens ele poderia fazer algo na frente dos

¹² Casualmente, Dora é personagem de um dos casos clínicos de S. Freud.

outros, que a deixaria constrangida, e assim ela não se envolveu com ninguém e acabou voltando o namoro, cedendo às insistências do rapaz. Ele prometia não fazer novamente e os amigos incentivavam o relacionamento dos dois. Casaram-se e por um tempo houve apenas a agressão verbal: palavrões. Para evitar os palavrões Dora sempre se calava diante de alguma raiva ou discordância do casal. Aos cinco anos de casados e oito anos de relacionamento, ocorreu um episódio agudo de violência física. Durante uma discussão, o marido disse que iria vender um objeto de Dora, do qual ela gostava muito; ela reagiu e disse que não permitiria e que iria chamar a polícia. Ele estourou em agressões físicas, com murros e pontapés e quebrou objetos de estimação de Dora. Dora saiu de casa, foi para a casa da mãe, que apoiou a separação. Depois de um curto tempo ele começou a ir atrás de Dora, pedindo para recomeçar. Dora recebeu conselhos dos amigos e da família para não voltar para ele, ela pensava como aquilo matava o amor que ela sentia por ele, que ele não a valorizava. Por outro lado via que o filho sentia falta do pai. O marido ia atrás dela nos lugares que ela frequentava. Ela diz que todos gostavam muito dele e que após algum tempo, a família e até mesmo quem inicialmente a aconselhou a abandoná-lo passou a sugerir que Dora lhe “desse uma segunda chance”. Dora refletia se estava sendo muito radical em negar-lhe uma chance e acabou voltando para o marido, dois meses depois da separação. As discussões, ciúmes e conflitos recomeçaram no relacionamento, e quando iniciava uma discussão ela se calava para “evitar” (discussão, briga). Ele queria controlar o dinheiro de Dora, reclamava das coisas que ela comprava, tanto que Dora resolveu esconder as coisas compradas por ela para ele não ver. Aproximadamente um ano e meio depois do retorno os dois discutiram, Dora queria ir a um determinado local e ele não queria, Dora pediu para ele levá-la, ele recusou-se e ela respondeu que se a situação fosse com os amigos dele ele levaria. O marido de Dora ao ouvir isso a empurrou, ela bateu num ferro de passar que estava ligado e se queimou. Dora saiu de casa novamente, ela havia prometido no episódio anterior que se ele a agredisse novamente seria o fim do relacionamento. A família apoiou a sua saída. Até que o marido a procurou de novo e ela decidiu voltar. Ela já estava “sentindo falta” (referindo-se à atividade sexual) e pensou que foi apenas um empurrão, diferente da outra vez, que a violência foi muito maior, descontroladamente. Eles passaram um tempo muito bem até que entraram em crise novamente. Ele vendeu uma propriedade sem o consentimento de Dora, ilegalmente. Ele voltou a sair bastante com os amigos e certa vez Dora resolveu fazer o mesmo. Passou uma noite na casa de uma amiga e não contou a ele onde esteve.

Rompimento – Quando ele percebeu que ela tinha passado a noite fora, pegou suas roupas e saiu de casa. Dora acha que ele fez isso porque pensou que ela tinha o traído. Assim aconteceu a separação definitiva. Posteriormente ocorreu a separação judicial.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Dora refere (hoje) que logo no início o namorado apresentara indícios de agressividade e na época ela pensou ter sido um mal entendido. “quando a gente começou a namorar, mais ou menos uma semana, eu já digo assim, se eu fosse mais experiente, eu tinha detectado aí. (Hoje)... eu já digo o ponto, é aí que você tem que dizer êpa! Parou! Mas é com o tempo que a gente aprende”

Durante a entrevista Dora apresenta sua opinião sobre o motivo da permanência: “Tu quer saber por que que a gente fica né? É porque, eu acho que é só porque gosta, da pessoa. Você começa a ter uma dependência física da pessoa, o amor. É tipo assim, você ama aquela pessoa. E você pensa assim: ele muda, depois ele muda.”

Nota-se que Dora apresenta uma crença disfuncional na mudança do comportamento do parceiro, mudança que ocorreria com o tempo, não havia nenhum indicativo concreto de como ou por que ele mudaria.

Dora conta que pensou em desistir antes do casamento, mas desistiu porque não queria frustrar a expectativa dos familiares:

“Eu sabia que eu tava botando, levando o pé pra a força, eu sabia que aquilo ia ser a desgraça da minha vida, mas o que que eu pensei: minha família, (...) todo mundo já tava sabendo, uma coisa que já tava planejada há quase seis meses, eu vou decepcionar todo mundo e dizer: vai ter não. Aí eu fiquei pensando em dar satisfação pra as pessoas. Eu fiquei com vergonha com o constrangimento. Aí eu pensei, faz mal não, eu caso. Aí na primeira que ele aprontar eu me separo. Então eu já entrei com prazo de validade. Só que aí é complicado.”

Durante o relacionamento Dora começou a utilizar estratégias de evitação da ocorrência de violência. Para não chegar ao ápice da violência física, quando ele começava a agredi-la simbólica e verbalmente ela se calava: “eu me calava pra evitar”, “começava uma discussão e eu calava. Ficava muda, muda. Ele ficava ali, falava e pronto.” Outro mecanismo

utilizado por Dora era esconder algum provável objeto que poderia vir a ser estímulo de discussão: “Se eu comprasse (algo) diferente, ‘isso é caro!’ Eu comprava as coisas e escondia. E as meninas diziam: como é que tu faz uma coisa dessas? Eu dizia é pra evitar, pra evitar.” A estratégia de Dora evitava o agravamento do conflito, evitava que avançasse para um episódio de violência física, mas não sanava a origem do atrito conjugal. Este tipo de comportamento não extingue a tensão, que se acumula também em Dora. Os episódios de violência em geral ocorreram em situações nas quais ela não se conteve como rotineiramente fazia e enfrentou o companheiro.

Embora o parceiro depreciasse constantemente Dora, e isso lhe causasse sofrimento, Dora se utilizava de algumas estratégias cognitivas para lidar com essa situação e sustentar sua **auto-estima**:

“Ele dizia que eu era gorda pra baixar minha auto estima. Aí mesmo eu sabendo que aquilo ali era um jogo psicológico pra me deixar mal”; “ (Eu) dizia pra mim mesmo, assim, dizia pra mim mesmo assim, lá dentro no meu pensamento, na hora que ele tava dizendo ou depois que ele saia que eu tava morrendo de chorar porque aquilo me fazia muito mal, então eu corria pra dentro do quarto e morria de chorar de desgosto. Na verdade era desgosto dele. Aí eu ficava dizendo pra mim eu sou linda, você é linda, você é gostosa, (...) é inveja, é mentira, é inveja, tudo que eu queria poder dizer pra ele eu dizia, porque assim eu me aliviava, eu botava pra fora quando ele saia (...). Muitas vezes eu me olhava no espelho e dizia é linda, é linda, você é linda”. Esta estratégia de Dora provavelmente a ajudava a manter uma percepção positiva de si, que viria a lhe favorecer na decisão da separação. Na fala a seguir Dora descreve o que sentia com as depreciações do parceiro e como ela interpretava tudo o que estava lhe ocorrendo:

“Eu não sei te explicar, é uma coisa que maltrata muito, que talvez isso que tenha feito eu pensar na minha vida, buscar minha auto-estima a tal ponto de não precisar mais dele nem fisicamente”.

A religião de Dora representou para ela um papel de suporte. Ela não esperava mudança do companheiro, mas sua religião era um suporte emocional: “Como se fosse assim, você procura um ombro de alguém e você chora, chora e desabafa, aí pra mim era aquele suporte emocional que eu precisava”.

Quanto a crenças relacionadas ao **controle percebido** Dora afirma “Nunca fui dependente nem emocional, nem física, nem material dele. Nem quando eu não trabalhava eu não deixava ele por outra razão (...) porque assim, você vai casar, aí na primeira briga você

vai pra a casa dos outros? Então, deixa eu me estabelecer..ta entendendo? Mas não por dependência dele”.

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

Observa-se na história de Dora alguns indicativos de funcionalidade comportamental. Isto é, os ganhos provenientes da relação. Primeiramente, desde o início do relacionamento, Dora cita a “química” existente entre os dois: “Porque a gente tinha uma atração física, que bombava (...) Aí ele sabia o meu ponto fraco. Ele sabia que o meu ponto fraco, a única coisa que fazia eu voltar pra ele, era isso.”

Havia, na opinião de Dora, a importância da presença do pai na vida do filho, “o filho ama o pai, o pai ama o filho. Se ele fosse um pai ausente, mas ele era um pai que quando chegava, jogava ele pra cima”. “(Houve uma época que) eu já tava vendo que não dava mais, só que nessa época eu achava que (o filho) não tinha condições emocionais de a gente se separar”. Quando perguntada sobre quais as coisas mais importantes na sua relação, que os mantinham juntos Dora respondeu: “... mas isso (atração física) foi só até um certo ponto, depois de uma certa fase, não era mais por isso, era mais por conta de (filho), é tanto que quando ele chegou num ponto de amadurecimento pra aguentar a barra, a gente se separou”.

O filho foi, na opinião de Dora, motivo do retorno ao relacionamento e adiamento da separação: “resolvi (...) que não ia voltar pra ele. Passei quatro meses. Meu filho começou a adoecer, sentindo falta dele”; “eu sentia que ele (filho) não aguentava, aí quando eu dizia que a gente ia se separar, que papai ia ter uma casa, eu ia ter outra, papai ia morar na casa de vovó, aí ele caía no pranto, dizia ‘não, não, eu queria você com papai!’ ”

Percebe-se aqui que Dora apresenta duas principais funcionalidades no seu relacionamento: a atividade sexual conjugal e a presença do pai para o filho. Segundo Dora foi o fortalecimento do filho o principal impulsor para a separação. Embora, como foi descrito anteriormente, o estopim da separação tenha sido uma saída de Dora de casa, na qual ela passou a noite fora sem explicar ao marido onde esteve. O ocorrido se deu após a venda de um patrimônio do casal pelo companheiro de Dora sem o consentimento dela, que desencadeou uma crise no relacionamento.

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Dora destacou em sua entrevista a todo tempo a importância do apoio familiar, para o casamento, para o rompimento e para a reconciliação.

No momento da primeira separação a mãe a recebeu em casa, a acolheu e aconselhou: “Ela falou, olha, nunca mais você sai daqui pra viver com ele. Nunca mais você tira o pé daqui pra voltar pra ele, você tá entendendo?”

Dora ponderou quanto a prestar queixa contra o companheiro. Pensou nas opiniões das pessoas da delegacia: “eu fiquei com vergonha de assumir que eu tinha passado por aquilo. Por aquela situação (...) chegar numa delegacia e o povo pensar que você gosta, então você pensa em tudo isso”. Interessante observar que quanto à questão de denunciar Dora preocupou-se com a crença social, o olhar e as inferências que as pessoas da delegacia fariam a respeito dela. A postura dos profissionais pode aproximar ou afastar uma mulher vítima de violência das instituições que têm como perfil o trabalho com esse público. O medo de ser apontada, julgada ao invés de acolhida, atendida pode ser decisivo na decisão de procurar ajuda policial ou não.

Dora omitiu os comportamentos violentos do parceiro. As pessoas próximas a ela não sabiam de outros episódios semelhantes. Então, quando ocorreu a primeira separação após o casamento, Dora recebeu apoio inicial para manter-se separada, mas após sucessivas tentativas do companheiro a família de Dora e alguns amigos passaram a aconselhá-la a dar uma *segunda chance* ao companheiro.

“Mainha disse assim: vamo fazer um negócio, faça o seguinte, converse com ele. Como foi a primeira vez, eu nem tinha contado (a outra violência) quando a gente namorou, nunca contei pra ninguém não, como foi a primeira vez, converse com ele, se você, você dá uma chance a ele, e deixa claro, minha mãe, deixa claro que é uma chance, que na próxima vez, se ele pelo menos levantar a mão, é definitivo. E (colega de trabalho), assim, depois de um tempo, que ele ia lá atrás de mim, ela disse ‘minha filha, por que você não dá uma chance a ele? Todo mundo tem direito a uma segunda chance’”. Dora afirma ter se sentido muito pressionada pelos familiares a reconciliar-se, já quatro meses após a agressão e separação. Na separação definitiva os grupos familiares não foram mencionados.

Os processos cognitivo, relacional e cultural mais ilustrativos do caso Dora estão apresentados na figura a seguir.

a) Início		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional e debilidade do <i>self</i>	“É tipo assim, você ama aquela pessoa. E você pensa assim: ele muda, depois ele muda.”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Porque a gente tinha uma atração, física, que bombava”
Cultural	-	-
b) Permanência		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional	“Começava uma discussão e eu calava. Ficava muda, muda. Ele ficava ali, falava e pronto.”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“(Houve uma época que) eu já tava vendo que não dava mais, só que nessa época eu achava que (o filho) não tinha condições emocionais de a gente se separar”.
Cultural	Apoio social para permanecer	“Você dá uma chance a ele, e deixa claro, minha mãe, deixa claro que é uma chance”
c) Rompimento		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Fortalecimento cognitivo de Dora	“Talvez isso (depreciação do parceiro) que tenha feito eu pensar na minha vida, buscar minha auto-estima a tal ponto de não precisar mais dele nem fisicamente”
Relacional	Perda da equidade	“Tinha um esquema de vender (o patrimônio) e eu ficar sem nada”
Cultural	-	-

Figura 8: Dimensões e processos mais característicos do Caso Dora.

Dora utilizava estratégias para manter uma percepção positiva de si. Entretanto, no início do relacionamento ela não atribuía muita importância ao comportamento ciumento do companheiro, acreditando que ele mudaria. Ela afirma que permanecia no relacionamento porque a atração sexual era muito forte e porque se preocupava com o filho, que sentiria muito a falta do pai, no caso de uma separação. Estas eram as *funcionalidades comportamentais* que seriam diminuídas com o passar do tempo e com o crescimento do filho. O estopim da separação foi que após o companheiro de Dora vender um patrimônio do casal sem o consentimento de Dora, Dora passou a noite fora de casa, sem o marido. Depois desse comportamento de Dora o próprio companheiro a deixou, e embora ele tenha tentado reconciliar-se novamente, ela não o aceitou mais.

Caso 2 – Isaura

Descrição do caso

Início – Após o rompimento de um casamento, Isaura começou o relacionamento no qual sofreu agressão. Na sua cabeça “aquilo tinha que dar certo”, logo que já havia se separado uma vez anteriormente. Seus pais pregavam que casamento tinha que ser para sempre e por isso ela não queria se separar novamente. Isaura já tinha filhos do casamento anterior e teve mais filhos no novo relacionamento. Ele tinha um temperamento prepotente, agressivo e impaciente, mas nunca era estúpido com ela. Como Isaura queria “viver em paz” começou a ceder, se omitir, mudou-se com ele para outra cidade para trabalharem e se afastou dos pais.

Permanência – Ela sempre cedia e com o tempo ao invés de respeito passou a ter medo dele. Quando os filhos foram se tornando adolescentes, Isaura e o marido começaram a divergir na concepção de educação dos filhos. Isaura achava que os filhos poderiam fazer certas coisas e ele discordava. Ela ficava dividida entre agir de acordo com a opinião dela ou concordar com o marido, em nome da convivência. Até que numa época em que Isaura estava grávida e o relacionamento dele com os filhos de Isaura do outro casamento não ia bem, ele procurou o ex-marido de Isaura, pai dos filhos dela, e mandou que ele fosse buscá-los. Expulsou os filhos do casamento anterior de Isaura da casa em que moravam. Se Isaura decidisse ir junto com os filhos não teria como cuidar da gravidez, que era de risco. Isaura decidiu ficar, mas a partir daquele momento ela estava separada dele dentro da mesma casa. Os dois trabalhavam juntos, mas ele a impedia de retirar dinheiro para mandar para os filhos e até de se comunicar com eles. Depois do nascimento do bebê, Isaura estava feliz, com esperança e quis tentar uma convivência melhor em família. Os dois reconciliaram-se, apesar do coração de Isaura não estar tranquilo com a distância dos filhos. Mas ela voltou a liderar sua casa, voltou ao papel de esposa. Certa vez Isaura economizou uma quantia em dinheiro a partir do que o marido lhe dava para comprar as coisas do bebê recém-nascido e mandou o dinheiro para os filhos. Outro dia quando Isaura chegou em casa ele estava embriagado. Ela lhe pediu que parasse de beber por causa do trabalho. Então ele começou a dizer que não ia parar de beber, que não confiava nela e que ela era uma traidora. Ela não entendeu e perguntou do que ele estava falando. Ele falou que ela tinha roubado-o para mandar dinheiro

para os filhos. Isaura confirmou e disse que ele não tinha o direito de chamá-la de ladra. Ela começou a organizar algumas coisas para sair de casa e voltar depois quando ele estivesse melhor. Então ele disse que ela não iria a lugar algum, jogou um objeto nela, que atingiu também o bebê que estava no seu colo. Puxou-lhe o cabelo e lhe bateu muito, na cabeça principalmente. Ele já havia lhe falado anteriormente que sabia táticas de tortura que não deixavam marcas. Quebrou alguns objetos na cabeça dela e Isaura viu que ele estava procurando a arma que ele tinha em casa. Então ela fugiu. Foi para a casa da mãe. Isaura não quis ir até a delegacia. Sentia vergonha e medo. Ela não acreditava que tinha chegado àquele ponto. Para ela esse tipo de violência acontecia com quem vive sem apego a nada, sem objetivo na vida, com pessoas que vivem sem amor, mas não com ela que era de família e aprendeu sobre o respeito ao ser humano. Então Isaura entrou na justiça com pedido de separação. No início teve que voltar para casa porque, segundo o advogado, ela perderia os direitos caso se afastasse do lar.

Rompimento – Isaura não suportou muito tempo e acabou saindo de vez. Quando ela e os filhos precisavam de dinheiro e iam pedir ao agora ex-marido, ele dava apenas uma parte, para que Isaura ficasse sempre lhe pedindo, era uma forma dele humilhá-la. Ele também agrediu verbalmente a filha de Isaura. Até hoje ele não foi punido judicialmente por nenhuma das violências porque segundo Isaura, ele tem muito poder político.

Análise do caso

Isaura relata que o companheiro não era violento com ela, embora ela “cedesse” às vontades dele para manter o casamento. Esta atmosfera de medo, descrita por ela, foi tomada aqui como o estágio de **permanência** do relacionamento violento. Uma vez que, conforme o ciclo da violência de Walker esta seria a fase de tensão. A tensão precede o episódio de violência e se caracteriza por pequenos conflitos, insultos, intimidação, ameaça etc. Isaura conta que ele não era arrogante com ela, porém aquele comportamento dele era percebido por ela como ameaçador, daí sua reação de ceder.

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Logo no início da entrevista Isaura relatou que era seu segundo casamento e que tinha muitas expectativas, era uma “segunda oportunidade” que a vida estava lhe oferecendo e não se permitia errar de novo. Esta característica presente no início do relacionamento de Isaura pode ter favorecido a sua conformidade ao que ela chama de temperamento forte do marido. O casamento que ela idealizou inicialmente começou a ter conflitos, e sem saber como resolver, Isaura passou a ceder e calar. Não lhe passava pela cabeça naquele momento romper outro relacionamento.

Isaura refere como pensava e agia quando começou a perceber o temperamento do companheiro: “ele gritava muito, ele mudava a fisionomia, e isso me intimidava. E muitas vezes eu ficava quieta, calava e não rebatia uma coisa, porque eu tinha medo da reação. Eu passei a conviver com esse medo. E até mesmo medo que ele fizesse alguma coisa com um filho meu. Me sentindo assim, de ele perder a paciência. Porque eu sabia que se ele fizesse eu acho que eu não sei até que ponto eu iria, tá entendendo? Então pra não destruir nada eu ia me omitindo, certas coisas.” “A gente batia boca, mas era aquela história, eu parava quando eu via que ele tava fora do normal.”

O clima de tensão tornou-se constante no relacionamento de Isaura. Ela não percebia formas de resolução do conflito nem cogitava sair do relacionamento, então tentava manejar as diferenças. Na maioria das vezes cedendo. Esta estratégia, como dito no caso Dora, não resolve o problema conjugal, pois acumula tensão de ambos os lados. A dificuldade de conversar sobre as divergências refletem debilidade do *self* para lidar com o conflito.

As falas a seguir mostram como Isaura mantinha-se no relacionamento amparada numa crença disfuncional de mudança do parceiro, mesmo que em alguns momentos ela percebesse que esta expectativa era difícil de ser realizada: “Eu achava assim que não ia dar certo, vou fazer dar certo! Mas eu no meu íntimo, que vai ser muito difícil (...). Eu não queria admitir mais que esse relacionamento desse errado, tá entendendo? Porque eu já tinha tido um fracasso no primeiro relacionamento. Não que eu tivesse fracassado, mas tinha fracassado a relação. Eu não me sentia fracassada, eu sentia que eu tinha uma outra oportunidade na vida. Sabe? Não vai dar certo, mas vou tentar remediar, vou tentar ajustar, e **eu sempre me ajustava a ele**, eu sempre me ajustava ao que ele queria”; “No começo do relacionamento, eu sabia que ele era uma pessoa difícil, mas eu achava que o fato da família, do amor, é... tudo assim pudesse fazer uma pessoa mudar.”

Após a separação, depois de todo esse tempo, Isaura avalia toda essa experiência como positiva. Ela afirma que tudo que viveu, a situação trágica da violência, foi necessária para ela sair de uma relação que hoje ela percebe como disfuncional, que a diminuía e ela não percebia na época: “À medida que eu tive que tomar decisões eu fui ficando mais forte, eu fui pensando mais, analisando mais, eu fui crescendo. Até chegar ao ponto de entender que aquilo ali tinha sido necessário pra que eu pudesse resgatar minha vida. Perceber isso. Quando eu cheguei nesse ponto, eu não senti mais nada, mais revolta, mais nada, eu: graças a Deus estou salva! De uma coisa que eu achava que tava perdida. Presa, **afundada num negócio que não tinha nenhum sentido**. Entendeu? Foi o que me salvou. Mas foi preciso sofrimento pra isso. Um sofrimento que eu não vou dizer que é válido porque você num quer ver ninguém sofrer. Mas um sofrimento necessário”.

Esta ressignificação que Isaura dá à sua separação é uma mudança cognitiva pós rompimento. Certamente não influenciou o rompimento em si, mas é provável que tenha sido importante para a manutenção da separação. Esta mudança parece ter *imunizado* Isaura de possíveis recaídas e reconciliações posteriores, comuns em muitos casos de violência nas relações íntimas.

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

A principal funcionalidade comportamental observada na história do relacionamento, contada por Isaura é os filhos, associada ao provimento do lar possibilitado pelo companheiro e pelo trabalho que ela desenvolvia junto dele. Desde a separação de Isaura e seus filhos do primeiro casamento, sentida por ela como uma grande agressão, o filho era o motivo para continuar na relação violenta.

“Eu vi que... e o pior de tudo uma escolha. Porque eu tinha que escolher entre ter o meu filho, eu não podia, eu não tinha condições financeiras, a gente ganhava bem ali, a gente vivia bem, mas eu não tinha condições financeiras de ir sozinha e ter meu filho. A gente trabalhava com muito dinheiro, mesmo com essa gestação e meus pais não tinham condições pra segurar, de sustentar isso, e lá era minha casa, meu emprego, tudo meu era lá, (...), então se eu saísse de lá eu ia trabalhar onde? grávida, sem poder... tudo isso passou na minha cabeça, muito rápido, entendeu? com sentimento de dor, desespero, acho que foi uma mistura

de tudo. E um dos meus filhos disse Mainha num se preocupe não, a gente volta pra lhe buscar.”

Isaura continuou o relacionamento, embora se considerasse separada dentro da própria casa ela afirma como imaginou que seria sua relação com o companheiro daí por diante: “Eu pensava assim, que a minha vida iria se tornar assim, um tipo de mulher que fosse viver por uma conviv.. uma conveniência, da situação. Eu nunca me imaginei nesse tipo de mulher, mas naquele momento, eu pensei que isso que iria acontecer comigo.”

Entretanto a ocorrência do episódio agudo de violência desencadeou a quebra definitiva do ciclo. Naquele momento rompeu-se qualquer equilíbrio entre os custos e benefícios do relacionamento.

“Logo no começo, quando eu fui pra o lugar onde eu fiquei **refugiada**¹³ (...) eu senti dor. Dor em todos os sentidos. Dor no corpo, aquela dor no corpo, a dor da humilhação. Extremamente, me sentindo humilhada, porque tinha sido tudo na frente dos meus empregados, é... impotência. Por não poder voltar aquilo tudo pra trás. Aí... medo, muito medo, porque como ele tava armado, ele tava me procurando (...) Esse medo foi o sentimento mais forte. É... depois, decisão. Eu decidi imediatamente (...) Quero ir embora pra casa dos meus pais (...) eu num quero ficar aqui, eu quero ir embora.”

Os filhos de Isaura tiveram um papel de ser uma fonte, de onde ela buscaria forças para prosseguir após a separação. “eu tenho plena convicção hoje de que o que me deixou mais forte, mais pra lutar e pra sair, foi o meu filho menor (...) por ser menor, tinha um ano e seis meses. E eu precisava lutar pra manter ele vivo. Porque eu já tinha passado por um momento difícil na gravidez, que se eu não tivesse perdido meus filhos pra manter ele vivo na minha barriga, quer dizer, aquilo tudo que eu fiz, o sacrifício todo que eu fiz, deixando meus filhos irem pra longe de mim (...). E não seria justo, depois que eu, é, não lutasse por ele, já que eu tinha feito meus filhos sofrerem. E eu achava que era eu que tinha feito. No papel de mãe, entendeu?” “(o filho menor) foi assim uma meta maior pra eu me manter inteira (...). (os filhos mais velhos) tiveram um papel importante assim, como amigos, é, e ao mesmo tempo não era, porque eu não queria depositar neles, tanta coisa, então eu não... eu não desabafava muito com eles, eu não reclamava, eu não... ta entendendo? Quando eles chegavam perto de mim eu procurava ficar mais calada, pra não parecer outra coisa. Até mesmo porque eu precisava dar a eles um exemplo de guerra”. “Olhe, meus filhos foram responsáveis pela minha estrutura.”

¹³ Grifo nosso, destaque para o termo utilizado por Isaura, relatando o ocorrido de forma semelhante a uma situação de guerra.

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Já desde o início do relacionamento, Isaura refere que foi difícil para a família aceitar, porque era um segundo casamento e sua família, tradicional, não aceitavam bem uma separação. Entretanto ela percebe que o pai a apoiava, enquanto a mãe não. “O problema de minha mãe era assim porque era o segundo casamento, tinha que dar satisfação às pessoas, ela tava muito mais preocupada com a repercussão do que com o conteúdo da coisa.”

O companheiro de Isaura não era muito favorável à aproximação dela com a família: “toda vez que eu ia visitar (os pais) e alguma coisa, era indesejável, e sempre tinha um clima ruim. Então pra evitar determinados... situação, aí eu preferia ficar mais distante ainda, foi um erro também. Certos erros que eu cometi, que hoje eu não cometeria.”

Isaura deixa bastante claro que percebia o apoio familiar, principalmente na figura do pai: “eu vim me embora pra cá, com muita dificuldade, porque eu achava que junto da minha família eu estaria melhor. Apesar de viver isso, de que o papel financeiro não pôde existir (...) eu não contava muito com ela (mãe), entendeu? Agora ele, eu contava sempre assim, achando que ele podia me ouvir, podia me acompanhar, em determinadas situações, como na justiça mesmo, quando eu tinha que ir pra audiência, era um período terrível pra mim, horrível, ter que contar de novo, ver aquelas coisas, ouvir mentiras, e voltava aquele sentimento todinho. Nessa parte o meu pai participou muito comigo”.

Quanto aos amigos Isaura refere que não falava muito com eles sobre o relacionamento e não costumava se deixar influenciar pelos outros, esta seria uma característica sua: “eu nunca fui muito assim de sentar e contar, minha historia com amigos, e contei, mas não querendo que elas, é... agisse nada, nem dê nenhuma solução, assim, a titulo de desabafo mais, sabe. Quando eu começo a sentir que a pessoa ta começando a tomar um partido, aí eu começo a tirar... é uma coisa instintiva minha, eu começo a diminuir e a trancar.” (...) “Isso também é ruim. Num é que seja ruim, mas é difícil, que recai em cima da gente mesmo, é uma responsabilidade muito grande de, você fica, eu sempre fico analisando muito, será que essa decisão que eu to tomando, eu to agindo certo?”

Isaura fala que teve alguns amigos que se afastaram quando ela começou a passar por dificuldades após a separação, que talvez não fossem amigos realmente.

Os principais processos de cada dimensão (Cognitiva, Relacional e Cultural) observados a partir da entrevista de Isaura, estão condensadas na figura a seguir, separadas em cada estágio do relacionamento.

a) Início		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional e debilidade do <i>self</i>	“Eu achava assim que não ia dar certo, vou fazer dar certo! Mas eu no meu íntimo, que vai ser muito difícil (...). Eu não queria admitir mais que esse relacionamento desse errado
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Nós éramos guerreiros na verdade, trabalhávamos muito”
Cultural	-	-
b) Permanência		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional	“E muitas vezes eu ficava quieta, calava e não rebatia uma coisa, porque eu tinha medo da reação. Eu passei a conviver com esse medo.”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“... uma escolha. Porque eu tinha que escolher entre ter o meu filho (e separar-se dele), eu não podia, eu não tinha condições financeiras”
Cultural	Apoio social para permanecer	“Meus pais pregavam que casamento tinha que ser pra sempre”
c) Rompimento		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Reelaboração cognitiva	“Entender que aquilo ali tinha sido necessário pra que eu pudesse resgatar minha vida. Perceber isso. Quando eu cheguei nesse ponto, eu não senti mais nada, mais revolta, mais nada, eu: ‘graças a Deus estou salva!’”
Relacional	Perda da equidade	“Como ele tava armado, ele tava me procurando (...) Esse medo foi o sentimento mais forte. É... depois, decisão. Eu decidi imediatamente (...) Quero ir embora”
Cultural	Apoio Social para romper	“Eu achava que junto da minha família eu estaria melhor (...) ele (o pai), eu contava sempre”

Figura 9: Dimensões e processos mais característicos do Caso Isaura.

Caso 3 – Emília

Descrição do caso

Início – Ele foi o primeiro namorado de Emília. Ela o conheceu quando tinha 14 anos. Emília era a filha caçula e única filha mulher do casal. Quando ela nasceu, seus pais já tinham

uma certa idade e a criaram com muito cuidado. Emília namorou esse rapaz durante seis anos. Durante o namoro ele sempre a respeitou muito, mas logo na primeira semana após o casamento a relação mudou. Após o casamento os dois mudaram-se para outro estado. Na cidade nova em que foram morar Emília não tinha amigos, não estudava nem trabalhava porque ele não queria. Emília conta que não sabia o que era sexo e hoje afirma que sua primeira vez foi um estupro, que foi estuprada a vida toda. As relações sexuais aconteciam mesmo quando ela não queria, com violência. Emília tentava fazer contracepção (tabelinha), mas ele não respeitava. Algum tempo depois do casamento eles voltaram a morar em João Pessoa. A primeira vez que ocorreu violência física, Emília estava com quatro meses de gestação. Ele lhe insultou e ela respondeu que não era o que ele estava dizendo, que ele que era. Ele então partiu pra cima¹⁴ dela com murros em sua cabeça. A reação de Emília foi apenas chorar.

Permanência – A partir de então sempre quando ele chegava bêbado em casa, batia nela. Emília não contava nada para a família. Ela e o marido moraram uma época próximo à casa da mãe de Emília e mesmo assim ele não respeitava os familiares de Emília, constantemente chegava bêbado; depois foram morar próximo à casa da sogra de Emília. Ele não ajudava a comprar as coisas para os filhos nem roupas para Emília. Ele agredia também os filhos, que apanharam muito do pai ao longo da vida. Certa vez Emília tentou intervir e teve o braço fraturado pelo marido. Houve outra agressão a um dos filhos na qual foi preciso Emília levá-lo ao serviço de saúde, mas não contava o motivo da *doença* ao médico por medo da reação do marido. Ela também apanhava dele e por isso não podia fazer nada para defender os filhos. Emília conta que morava próximo a uma escola e ninguém na época denunciou a violência que ela sofria, na sua opinião se fosse hoje em dia alguém teria denunciado. Emília não denunciava porque não tinha para onde ir, tinha medo. Ela até chegou a fazer uma queixa na delegacia da mulher, mas na delegacia disseram que ela entregasse a ele um papel dizendo que ele estava sendo chamado pela delegada. Emília ficou vários dias com o papel, mas não teve coragem de entregar a ele, acabou retirando a queixa. Ela não tinha onde se esconder, ele dizia que se ela o denunciasse ele a mataria e mataria os filhos. Ele dizia que se ela se separasse dele, não lhe daria pensão. Ela conta que não podia deixar a casa e romper com o marido porque não tinha trabalho. Por não poder fazer nada, Emília “adormeceu para o mundo”, não tinha coragem para trabalhar, não deixaria os filhos com ele e ele não a deixava sair de casa. Quando ele estava fazendo uma refeição ela tinha que ficar ao lado, se faltasse

¹⁴ Expressão bastante comum entre as mulheres, utilizada para dizer que alguém avançou até outra pessoa com o objetivo de machucá-la com agressões físicas.

alguma coisa na mesa ele quebrava ou amassava o que tinha na frente. Emília vivia assustada, tinha medo que ele chegasse em casa e ela estivesse parada. Quando imaginava que ele estava chegando se levantava logo para fazer alguma atividade doméstica. Quando Emília pedia dinheiro a ele, em troca tinha que ter relações sexuais, o mesmo ocorria quando ela queria ir para a igreja ou sair para algum lugar. Ele dizia que ela estava indo atrás (interessada) do padre. As amigas de Emília da igreja tinham que pedir permissão a ele para Emília sair, como se ela fosse uma criança. Ele a chamava de frígida e de “sapatão” por não querer saber dele. Então Emília começou a participar de algumas oficinas oferecidas pela prefeitura e percebeu como “a coisa era pra ser” (referindo-se ao relacionamento conjugal, aos direitos da mulher). O marido de Emília sempre a depreciava. Dizia que ela era doida, ignorante, idiota. Debochava porque ela fazia os cursos, mas não ganhava dinheiro. E Emília dizia consigo que iria sair daquela situação. Emília diz que aos poucos foi “acordando”. Ela dizia que só precisava de uma oportunidade.

Rompimento – Emília conseguiu um trabalho, época em que seus filhos também já trabalhavam. Pouco tempo depois os filhos disseram a Emília que iriam sair de casa, que se ela quisesse continuar na casa com o pai deles, ela continuasse; mas eles iriam sair. Emília ficou sabendo que o marido estava com uma namorada, ela afirma que foi então “a gota d’água”, foi o que lhe deu forças para romper o relacionamento. Ela e os filhos saíram de casa, e depois disso o marido a procurou várias vezes, “ficou doido”, pedindo para ela voltar. Emília soube que ele dizia que iria matar todos. Emília solicitou ao juiz que seu ex-marido não a procurasse mais e o juiz assim determinou. Emília conta que todos que a conhecem valorizaram sua separação porque todos sabiam do seu sofrimento, embora poucas soubessem do seu sofrimento “na cama”. Uma pessoa da igreja que Emília frequentava a apoiou dizendo que Deus não quer o sofrimento de ninguém, mas outras diziam que ela tinha que tentar se reaproximar do marido. Atualmente Emília encontra-se um pouco afastada de sua religião porque para a religião é considerado adultério o fato de ela estar em outro relacionamento.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Emília viveu muito tempo o relacionamento violento. Ela passou 31 anos casada. O período foi longo e Emília provavelmente sofreu todos os tipos de violência citados: verbal,

simbólica, sexual e física. Emília não detalhou muitos episódios, considerou o processo como um todo. Um aspecto cognitivo falado por ela na primeira entrevista e aprofundado na segunda parece ser bastante característico de como Emília lidava com a situação. Ela disse que havia “adormecido para o mundo”. Esse “adormecer” pode ser compreendido como uma defesa ou reação a uma situação da qual ela não tinha controle ou não percebia saída naquele momento, uma anestesia para a realidade. Emília não reagia, não procurava soluções, não imaginava que poderia fazer alguma coisa diante da violência do companheiro.

Não há elementos suficientes para inferir se Emília teria entrado num processo depressivo ou de desamparo aprendido, entretanto há indicativos de que Emília, naquele momento possuía baixa eficácia percebida, e não percebia controle interno sobre todos aqueles acontecimentos. Ela define o que era esse “adormecer”: “É deixar acontecer, é você só ali, ali, ali. Só aceitando, eu aceitei tudo (...) num tinha uma lâmpada acesa na minha cabeça, aceitei tudo, tudo. Assim abestalhada. Porque eu sempre aceitava: sim, sim, tinha medo. Pronto: foi... eu não tinha, assim, ele matou minhas forças, eu não tinha força pra falar, pra sair, já, pra nada.”

Há indicativos também de baixa auto-estima durante o relacionamento: “Eu acho que eu não era ninguém (risos). Tinha raiva, ódio, vontade de ir me embora, ir embora, de me matar, de morrer. Quantas vezes eu não desejei morrer? Desejei a morte a ele também...” e via seus filhos apanharem também: “Eu não sei não como é que eu aguentava uma vida daquelas. Num sei meu Deus, num sei, a pessoa vê o homem matando, batendo, judiando, dando de murro, de corda, cipó, sandália, de tudo, e queimando, botando fogo, com mangueira, de tudo eu passei”.

Como Emília não via solução partindo dela diretamente, esperava a solução a partir dos filhos, isto é, controle externo: “Quando eles crescessem e fossem trabalhar me tirassem daquilo”.

Parece ter havido um processo de empoderamento no caso de Emília. Pouco tempo antes da separação, depois de muito tempo de relacionamento, o companheiro de Emília não exercia mais um comportamento tão controlador sobre ela. Emília começou a frequentar grupos de mulheres no bairro e no Centro de Referência da Mulher, e daí então, segundo ela, começou a “despertar”. Nos grupos havia oficinas sobre, entre outras coisas, direitos das mulheres. Emília passou a ver que não era obrigada a continuar vivendo da forma que vivia: “Eu vi que o mundo era outra coisa, é pra a gente ser livre, sair e chegar a hora que quiser.”

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

A funcionalidade comportamental do relacionamento de Emília era a própria sobrevivência, dela e de seus filhos. Esta dimensão está estritamente relacionada às outras duas: Emília não se sentia capaz de sustentar-se e a seus filhos sem ele. Ele mantinha a casa e exigia algo em troca, a funcionalidade comportamental da relação de Emília lhe custava grande sofrimento: “Ele trabalhando, ele fazia a feira. (...) Carne, essas coisas, nunca faltou em casa não. Agora teve época que quando eu não queria ter relações ele não fazia a feira. Era. Aí segurava pra não fazer a feira, só pra eu ter relações com ele. Porque tudo era trocado, tudo era trocado. Aí como é que a pessoa vai gostar? Apanhava, aí ia pra a cama com aquele cachorro. Sem carinho, sem amor, é estupro! A vida... e eu não sabia que era estupro. Ele me estuprou a vida toda e eu não sabia. Desde a primeira vez eu não sabia.”

Durante muito tempo Emília não cogitava a possibilidade de separação, ela apenas pedia a Deus que ele melhorasse. Aqui se verifica novamente que Emília atribui a outro, no caso a Deus, o poder de interferir na vida dela e modificar. Emília confunde o passado antigo e o tempo em que passou a frequentar os grupos de mulheres: “Passei vários anos rezando, entregando minha vida a Deus. Pedindo que Ele me ajudasse a que, assim, que eu tivesse paciência e encontrasse um trabalho pra eu sair daquela vida. Não! Eu pedia pra ver se ele melhorava. Pedi vários anos pra ele melhorar. Nunca pensei assim, eu achava difícil né, de eu deixar. Porque eu não tinha trabalho. Pedia pra ele melhorar. Era aquele negócio de ficar, porque casou, que ficasse, porque a igreja assim, **a gente casa e não é pra sair.**”

Esta fala de Emília é uma mescla de todas as dimensões. Ela pedia a Deus que ele melhorasse, pois Emília mesmo não acreditava poder fazer algo no sentido da mudança dele, nem na dela e dos filhos (controle percebido); depois, após frequentar os grupos passou a desejar um trabalho, pois não poderia se separar do companheiro sem ter garantido seu sustento (funcionalidade comportamental do relacionamento). Por fim Emília revela que a crença de que o casamento deveria ser para sempre era muito forte para ela (crenças sociais).

Emília afirma que não se separava porque não tinha trabalho, não tinha casa, não tinha como criar os filhos sozinha: “Eu não sei porque eu não tinha pra onde ir com eles (...). Minha mãe morreu cedo também, eu não queria ir pra a casa de irmão, se eu tivesse uma casa pra ir eu saía, mas não tinha pra onde ir”.

Atualmente, separada, Emília afirma que se sente mais livre, diferente de como vivia antes: “eu agora quero passear, quero andar, é ir pra a calçadinha na praia (risos), e... porque

eu era muito de casa. Eu era presa também, minha mãe, aí só quando eu ia assim pra o cinema, tinha que ir com a família dele também”.

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

A opinião das outras pessoas da comunidade onde Emília morava com o companheiro é mencionada por ela, o apoio deles à sua decisão parece ser um reforçador para seu rompimento: “ Quando cheguei lá todo mundo admirado, porque eu era outra, porque eu mudei, num é mais aquela, num sei o que, tá todo mundo feliz, porque tão dizendo que eu fiz uma coisa boa. E se eu tivesse, se não tivesse dado certo? Tava tudo em cima de mim nera não? Era. Se não der certo tá todo mundo... Ave Maria” (...) Num era todo mundo, mas sempre a gente pensa que tem alguém que vai achar que tava errado né? Mas como o povo me conhecia, gostava de mim, via eu sofrendo (...), eu sei que não apareceu ninguém, ninguém pra ser contra porque eu deixei ele. Foi todo mundo a favor. Eu encontrei amigos dele que “mas você, olhe se você voltar eu dou uma pisa¹⁵ em você, num sei o que...”

A família de Emília a ajudava nas despesas quando ela precisava, mas não interferiam opinando sobre o seu casamento: “Toda vida minha família me ajudou, meus irmãos e meus pais. Só que, nunca chegaram pra dizer assim: eu vou tirar ela daquele sofrimento. Nunca veio a isso não. Também eu não dizia que eu apanhava, mas eles sabiam que ele era ruim. Sabia. Agora era o medo. Acho que era o medo que o povo tinha dele. Ele era machão.” Os amigos a aconselhavam a sair, mas Emília não via solução: “muita gente aconselhava muito pra separar, sair dele. Mas eu não tinha coragem não. A gente é que tem que decidir né? Se a gente tiver força e trabalho, pra sair, né? Porque aquela coisa: eu não tinha casa, ele não tinha casa, a gente morava na casa da mãe dele (...), se eu tivesse uma casa pra ir eu saía, mas não tinha pra onde ir.”

Algumas pessoas da religião de Emília, que não conheciam detalhadamente a história, lhe diziam que tentasse reconstruir a relação: “Na igreja sempre eu conversava com as pessoas, mas ainda tinha mulher que dizia, ‘quando chegar em casa dê um beijo nele’ (...) ‘ô mulher, quando chegar em casa, dê um beijo nele’. Como é que eu podia chegar em casa e dar um beijo nele? Deus me livre.”

¹⁵ Expressão regional que significa surra.

Quanto a estas divergências, entre separar-se e obedecer às leis da igreja Emília pensou o seguinte: “eu botei na cabeça que Deus não deixou, Ele não deixou nada ruim, a gente é que procura. Ele não ia querer o filho dele sofrendo a vida toda, sendo infeliz. Porque o casamento tava sendo ruim pra mim e pra ele. Que eu olhava assim pra ele, eu já tinha pena do desprezo que eu já tinha dado, que eu num gostava mais dele. Num queria mais ele. Ele já tinha moído tanto, judiado tanto comigo que eu já não gostava mais dele.”

O rompimento definitivo parece ter sido impulsionado pelos filhos de Emília, eles decidiram sair de casa e a pressionaram para sair também: “quando eu saí mesmo foi os meninos que tiveram coragem de sair, que eles disseram que se eu quisesse ficar ficava, mas eles mesmo não iam ficar mais ali não.”

O surgimento do fato da relação extra-conjugal do companheiro de Emília foi o fator decisivo para a saída dela da casa. Não pelo fato em si, por ciúmes ou algo semelhante, mas utilizou aquela informação para justificar o rompimento para as pessoas, talvez Emília entenda que a traição seja uma justificativa mais aceitável para sua decisão (e a violência que ela viveu durante tanto tempo não fosse):

“Assim, sei lá, eu criei coragem, eu criei raiva dele mesmo. Que eu já não gostava e foi confusão, confusão. Todo dia, todo dia (a outra mulher telefonava para a casa de Emília), aí eu me danei, eu quis sair. Por causa daquilo sabe? Aí eu num sei como foi, pra mim assim, eu, porque **pra fora** era como que eu tivesse com ciúme, mas não era ciúme, eu inventei mais aquilo, mas deixe que eu já queria sair”.

Os principais processos que favoreceram o início, a permanência e o rompimento do caso Emília estão sintetizados na figura a seguir, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional na mudança	“Eu pedia (a Deus) pra ver se ele melhorava. Pedi vários anos pra ele melhorar.”
Relacional	-	-
Cultural	Ausência de Apoio social	“Minha família não fez pra me tirar, e eu não contava assim, (...) eu tinha medo, a família toda tinha medo dele”
b) Permanência		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares

Cognitiva	Crença irracional	“Eu não tinha, assim, ele matou minhas forças, eu não tinha força pra falar, pra sair, já, pra nada.”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Nunca pensei assim, eu achava difícil né, de eu deixar. Porque eu não tinha trabalho”
Cultural	Apoio social para permanecer	“Era aquele negócio de ficar, porque casou, que ficasse, porque a igreja assim, a gente casa e não é pra sair.”
c) Rompimento		
Dimensão	Processos	Trechos exemplares
Cognitiva	Mudança cognitiva	“Depois que eu acordei eu disse ‘não, vou ter que sair mesmo’! (...) eu vi que o mundo era outra coisa, é pra a gente ser livre, sair e chegar a hora que quiser. Vestir a roupa que quiser (...), coisa normal, não é anormal. Isso é coisa normal.”
Relacional	Perda da equidade	“Assim que eu comecei a trabalhar eu me separei”
Cultural	Apoio Social para romper	“Quando eu saí mesmo foi os meninos que tiveram coragem de sair, que eles disseram que se eu quisesse ficar ficava, mas eles mesmo não iam ficar mais ali não.” “Todo mundo me valorizou porque eu deixei ele, todo mundo achou bom, todo mundo que conhecia ele, porque sabia do meu sofrimento. Eu era o couro e o osso”

Figura 10: Dimensões e processos mais característicos do Caso Emília.

Caso 4 – Terezinha

Descrição do caso

Início – Este é o quinto “casamento” de Terezinha. No relacionamento anterior a este, o seu companheiro teve um caso com uma garota que estava morando na casa dela e a ajudava. Seu ex-companheiro assumiu um relacionamento com essa garota e rompeu com Terezinha. Terezinha estava “muito carente” quando conheceu o atual companheiro. Ela diz que ficou com ele por raiva do ex e foi ficando só por ficar. Logo no início Terezinha aceitou que ele fosse morar com ela, mesmo sem ela conhecê-lo muito bem, Terezinha não sabia muito sobre sua origem, sabia apenas que ele era separado. Mas seus filhos diziam que ele era

muito bom para ela. Terezinha mudou-se para a casa da mãe dela e resolveu levá-lo junto. Mas lá ele começou a ter problemas com um filho de Terezinha. Alugaram várias casas e em todos os lugares ele fazia confusão com as pessoas, pois ele “não leva desaforo pra casa”. Terezinha começou a perceber os defeitos dele e a se perguntar onde ela tinha se metido. Ela perguntou por que ele havia se mudado da cidade que morava anteriormente e ele disse que houve uma confusão e não poderia voltar, e Terezinha foi percebendo que o relacionamento começou com algumas falhas. Terezinha resolveu construir sua casa para deixar de pagar aluguel. Ela acha que a partir dali ele começou a se sentir dono da casa. Terezinha diz que a história dele é muito triste. Ela começou a “estudar” o caráter dele. Ele sofreu rejeição da mãe desde quando era muito novo. Ele é muito carente e por isso é arrogante, quer ser mais do que os outros, quer viver uma vida que não é a dele. Um dia eles foram para a cidade onde moram os filhos dele porque ele sentia muita falta dos filhos. Chegando lá ele disse que tinha uma casa maravilhosa para os filhos irem morar com ele; Terezinha reclamou porque na opinião dela ele teria que conquistar o amor dos filhos e não querer comprá-los. E assim ele trouxe dois filhos para morarem com ele e com Terezinha. Terezinha não recebe seus parentes em casa porque ele tem ciúmes de todos, dos filhos de Terezinha, dos netos de Terezinha, ela explica que os ciúmes são porque “ele é muito inseguro”. Vez ou outra ele criticava os filhos de Terezinha e elogiava os dele. Mas Terezinha também o viu rejeitar um dos seus próprios filhos e depreciar outro. Certo dia ele chegou em casa com muitos amigos pedindo que o filho (filho dele, que tinha ido morar com os dois) preparasse comida para ele e para os amigos e bateu na cara do filho. O filho então ligou para Terezinha que estava no trabalho. Terezinha ficou bastante revoltada, ligou para ele. Ele começou a xingá-la, dizendo que ele que mandava na casa. Ela respondeu que ele não mandava. Quando ela chegou em casa ele começou a espancá-la. Ele até pegou uma faca e ela lhe perguntou se ele iria matá-la. Ele então jogou a faca longe. Alguém chamou a polícia, quando os policiais perguntaram se estava acontecendo alguma coisa, ele disse que não, mas o filho disse que sim e o companheiro de Terezinha fugiu. O filho dele voltou a morar com a mãe.

Permanência – Depois de alguns dias o companheiro de Terezinha ligou para ela dizendo que estava muito arrependido. Terezinha chegou a ir à delegacia com as testemunhas, mas após esperar por mais de quatro horas, decidiu voltar para casa, ela entendeu que aquilo era um sinal de que Deus não queria que ela desse continuidade à queixa policial. Quando ela o viu, ele estava muito desfigurado. Terezinha decidiu reconciliar-se com o companheiro. Ele lhe perguntou se ela tinha dado queixa e Terezinha respondeu que sim, que a partir de agora se ele dissesse pelo menos que ela era feia ele iria preso. Ele prometeu que não iria mais

fumar nem beber, disse ainda que: “a única pessoa que me ama de verdade é você, porque eu fiz tudo isso e você me perdoou”. Ela o aceitou de volta, contrariando toda a sua família. Terezinha esperava que ele valorize a chance que ela está lhe dando. Ela acha que ele deve ter a chance de corrigir o seu erro, e sonha que vão terminar a casa que começaram a construir juntos. Estão muito bem, “estamos em lua de mel”. Na segunda parte da entrevista, feita algumas semanas após a primeira parte, Terezinha contou que de vez em quando os dois entram em atrito porque ele “não sabe aguentar calado”, faz muita confusão com os outros, até se um amigo de Terezinha passar por ela e falar com ela. Terezinha contou que no dia anterior à entrevista ele quis “vir pra cima” dela, pra bater nela porque Terezinha havia reclamado que ele passou o dia todo dormindo e não fez nada em casa. Mas ele “deu uma freada” porque ela disse que se ele batesse nela novamente ela não pensaria duas vezes e ele iria para a cadeia. Ela contou que ele lhe faz ameaças constantemente, de matar os filhos de Terezinha caso ela se separe dele, e este é o motivo que a mantém no relacionamento. Embora sua família seja contra e não reconheça que ela está com ele para proteger os seus filhos e seus irmãos que também são alvo das ameaças dele.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Terezinha apresenta uma justificativa bem racional para sua permanência com o companheiro. Principalmente na segunda parte da entrevista que ocorreu algum tempo depois da reconciliação, ela admite que os dois não vivem bem. Parece que a primeira parte da entrevista fora realizada no momento que se caracterizaria como “lua-de-mel”, segundo a Teoria de Walker, e na segunda parte já estariam adentrando à fase de tensão. Ao final da primeira parte ela demonstra esperanças e alegria, “estamos em lua-de-mel”, entretanto na segunda parte ela apresenta-se mais insatisfeita com a relação: “Eu sou feliz só eu e Deus assim, mas em termo de relacionamento, eu, eu não sou feliz não”.

A posição de Terezinha diante da situação é confusa. Ela atribui diferentes significados à sua experiência com o relacionamento violento. Ora se coloca de forma ativa, ora se coloca de forma passiva (como se nada pudesse fazer diante da situação). Ela justifica o

comportamento violento do companheiro devido à infância sofrida dele, sente-se como alguém que deve ajudá-lo, “dar-lhe a mão” (postura ativa) e que se ele fizesse uso de outra droga (crack) já teria se separado dele. Diferentemente, em outro momento se coloca como alguém que está pagando por uma escolha errada que fez e se revela impotente diante da situação (postura passiva). Credita a Deus o poder de ajudá-la, transformando ou tirando o companheiro da sua vida, e diz suportar o sofrimento para proteger seus filhos, objeto de ameaças por parte do companheiro.

Todo o tempo Terezinha explica o comportamento violento do parceiro a partir dos “traumas” que ele teria, devido à sua infância: “Quer dizer, ele cresceu com aquele trauma, de revolta, e hoje em dia, (...) ele se envolveu em muita coisa errada, no fundo é uma pessoa boa, sabe? (...) Mas é uma pessoa no fundo triste e se sente, ele se sente muito sozinho, é a carência muito grande, sabe, por conta da infância.”

Observa-se aqui que Terezinha utiliza um mecanismo cognitivo de redução de responsabilidade do parceiro, ela atribui a causas externas (uma infância de abandono e negligência) o comportamento agressivo dele. Este mecanismo reduz a tensão e culpa de Terezinha por ter se envolvido com uma pessoa agressiva. Pois, a partir desta percepção o seu companheiro deixa de ocupar a posição de culpado e passa a ser compreendido por ela como vítima das circunstâncias.

Terezinha justifica (e assim imobiliza seu poder de interferência na realidade) até mesmo as possíveis reações do companheiro caso ela se separasse. Ela argumenta com base na infância difícil que ele teve: “Ele já tem esse problema de rejeição, então eu vou chegar pra ele pra separar, vai tomar o teu destino e eu vou tomar o meu? É tragédia filha! Ele tem capacidade de pegar uma arma e me matar, fazer alguma, se matar, ele tem”.

Este mesmo mecanismo cognitivo é utilizado por Terezinha em outro momento da entrevista, assim como ela busca explicações externas para o comportamento do companheiro, ela também busca soluções externas, no caso, em Deus: “Eu creio assim, que Deus vê tudo que eu passo. E não é possível que (...) Deus não tem poder pra trabalhar na vida de um ser humano?” Esta expectativa de que as mudanças na vida de Terezinha advirão de algo externo caracteriza o que se denomina de controle externo. A crença que só Deus seria capaz de trazer a felicidade de Terezinha é verificada em outros trechos da entrevista: “Minha felicidade só Deus mesmo que pode determinar agora. É. Só Deus mesmo é que pode (...). Eu acho que a minha felicidade mesmo, total, da minha vida só são essas duas soluções: ou Deus transforma ele por completo, ou a morte. Então, eu não vou mandar matar, eu vou entregar nas mãos do Senhor.” Terezinha não se mostra muito confiante de poder agir para uma mudança: “eu, só

espero que Deus, transformar ele completamente. Mas que, se ele não quiser nada mesmo com Deus, e se Deus quiser levar eu vou aceitar”.

A família de Terezinha diz que ela deveria abandoná-lo, mas ela não concorda com a opinião deles, ela acredita estar obedecendo a um princípio religioso de ajudar alguém que precisa e que ela pode contribuir para a transformação dele: “Se tem uma pessoa na minha vida que ele é viciado, é um drogado, eu não posso soltar e deixar. Ta entendendo? Mas ali, eu com a convivência, conversando, entregando na mão de Deus, sempre dando, né, Deus te ama, vamo pra igreja...”

Entretanto ela deixa transparecer que caso ele se envolvesse com outro tipo de droga sua reação seria diferente: “Se ele vivesse no crack ele já tinha desaparecido há muito tempo da minha vida.” A posição de Terezinha é muito confusa, provavelmente por estar imersa no relacionamento; ora ela se percebe como alguém que está agindo em favor de uma causa, ora ela afirma que não tem alternativa, e ainda, ela assegura que se a situação fosse mais adversa ela o abandonaria prontamente.

Mais uma postura, disfuncional de Terezinha, consiste em acreditar que ela tem que arcar com as consequências de uma “atitude” errada que teve: “eu nem conhecia ele, eu já botei ele dentro da minha casa pra morar comigo. (...) Eu pago o preço por isso até hoje (...) por conta de uma atitude errada que eu tive, que eu tô pagando por esse preço (...), esse relacionamento de fato, não era da vontade de Deus”. Esta concepção de punição merecida novamente coloca Terezinha à parte do controle de sua vida. Novamente Terezinha apresenta-se como alguém que não tem nenhum poder de interferir num *curso normal da vida*, no qual as pessoas que cometeram um “erro” não podem privar-se do respectivo castigo.

As ameaças do companheiro de Terezinha estão mais bem detalhadas na dimensão seguinte: a dimensão relacional.

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

Terezinha relata que quando iniciou o seu relacionamento com o companheiro estava “carente, volúvel” (referindo um sentimento de vulnerabilidade), que a levou a envolver-se com o parceiro. Esta “carência”, após o término do relacionamento anterior, da traição, indica uma provável fragilidade ou sentimento de dependência de Terezinha, uma necessidade de ter outra pessoa consigo. Este é o quinto casamento de Terezinha, ela relata que todos os outros

foram relacionamentos abusivos, sofreu agressões, traições e exploração financeira. Ao mesmo tempo que esse aspecto tem um caráter cognitivo – é uma percepção que Terezinha tem de si – tem também um caráter relacional, isto é, representa um ganho que Terezinha percebe no relacionamento. O companheiro supre uma “carência” sua.

Quando perguntada sobre as coisas mais importantes no seu relacionamento Terezinha responde que é a companhia, saber que terá alguém quando chegar em casa: “a companhia em algumas coisas assim, de não tá só. Mais é o costume que você pega com uma pessoa, de tá com aquela pessoa. Mais o costume... A companhia, de você saber que vai chegar em casa e vai ter aquela pessoa ali”.

Terezinha mencionou que no início ele era muito bom, “comprava as coisas”. Embora ela trabalhe e não dependa da renda (informal) do companheiro, esta pode ser mais uma das funcionalidades do relacionamento. Porém ela refere que o comportamento do companheiro mudou ao longo do tempo: “Eu não compro nada pra dentro de casa. Tudo é por conta dele. Antigamente ele ‘não, compre que depois eu dou o dinheiro’. Aí quando chegava pra pagar o cartão eu pagava e ele não (...). Aí quem pagava era eu. Aí pronto, aí hoje em dia eu tomo café almoço e janta, se ele comprar as coisas pra dentro de casa eu ainda faço, e ele come. Se ele não comprar também ele pode... vai tomar só água o dia todinho” “(...) Agora, quando ele pega em dinheiro ele não deixa faltar nada. Nada, nada, nada. Compra tudo do bom e do melhor. Barriga cheia ele.” Aqui Terezinha demonstra assertividade frente ao companheiro, diante de uma questão objetiva – a participação do companheiro nas despesas da casa – ela impõe sua opinião e simplesmente não aceita ou não justifica o comportamento dele. Assertividade esta que não se verifica frente ao comportamento possessivo, controlador e impulsivo do companheiro.

A relação de Terezinha com o companheiro é marcada por ameaças. Quando ela começou a dar indícios de que poderia romper o relacionamento ele passou a ameaçar matar os filhos e irmãos dela. Anteriormente a essa pergunta, quando Terezinha falava sobre os filhos, ela comentou das ameaças que o companheiro fazia: “ele começou a dizer, começou as ameaças: se você me deixar eu mato seus filhos”

Terezinha foi perguntada se as ameaças a faziam permanecer com ele, ao que ela respondeu: “eu fico mais por conta disso aí. Num é tanto o amor assim, que eu acho que a carne um dia Deus tira, mas é mais por conta das ameaças, e eu não quero jamais prejudicar ele. Eu não vou na delegacia dizer ‘olhe ele ta me ameaçando fazer isso, isso.’ (...) vida eu só tenho uma, vida dos meus filhos também. (...) A gente vê o que acontece, né, na reportagem, aí é o que a gente mais vê, pensa assim: não tem coragem de fazer não, aí de repente...então

eu temo tudo isso. Então eu, eu, faço tudo isso por amor à minha família, por amor aos meus netos, e por amor também à vida dele, e eu deixo de viver a minha.”

Não se pode afirmar se o caso de Terezinha apresenta características de racionalidade ou irracionalidade cognitiva. Não se pode referir categoricamente que seu medo das ameaças do parceiro é algo racional ou não. Ela parece estar convencida de que o companheiro pode realmente cometer algo contra seus familiares, isto faz supor que seu medo é racional. Entretanto Terezinha relatou situações em que ela é assertiva, por exemplo na questão objetiva da manutenção da casa, na qual ele não mostrou grandes preocupações com a reação do companheiro. A falta de assertividade de Terezinha para com os assuntos afetivos pode estar relacionada ao possível sentimento de dependência que ela pode ter desenvolvido. Uma necessidade de estar com outro, para não se sentir sozinha, para não se sentir “carente”. Assim sendo, este ponto seria indicativo não de uma funcionalidade, mas sim uma disfuncionalidade cognitiva.

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

No início do relacionamento, Terezinha recebeu apoio dos filhos: “meus filhos me deram a maior força, ‘Mainha, a senhora não vai ficar com um rapaz tão bom?’ Na época? Ele se mostrava uma pessoa muito carinhosa. Boa. Comprava as coisas. (...) Meus filhos veio mudar depois que a gente veio morar junto, né? Porque eu saí da casa da minha mãe e fui morar com ele, e, ele começou a, a, a ficar com ciúme, a dizer coisa com os meus filhos, e também meus filhos com ele né (...). Assim, porque eu gostava dele e gostava dos meus filhos né. Aí eu, ele começou a dizer, começou as ameaças, ‘se você me deixar eu mato seus filhos’, aí pronto, até hoje é assim”.

Depois do afastamento dos filhos e dos familiares, Terezinha passou a se sentir extremamente só: “Desde que eu conheço ele, eu vivo como se tivesse num deserto. Num deserto, você tá num deserto sozinha? Só dependendo de Deus, somente. Num tem ninguém por você, é a minha situação hoje, é essa. Eu não dependo de ninguém. De família, de irmã, irmão, ninguém. Todos viraram as costas depois que eu tô com ele. Ninguém, ninguém, ninguém.”

Embora Terezinha refira que o filho a influenciou a envolver-se mais seriamente com o companheiro, a opinião dos familiares não parece exercer papel decisivo para Terezinha

pensar em se separar. O apoio social percebido por Terezinha pode não ser o bastante para que ela decida romper o relacionamento. Terezinha ao invés de sentir-se protegida pelos familiares acredita que ela que os protege, por continuar com o parceiro e evitar a concretização das ameaças dele.

Terezinha lamenta-se do não reconhecimento dos seus familiares: “ele tem a capacidade de chegar e vir e matar um dos meus irmãos, da minha família, fazer uma besteira, tu tá entendendo? Eu tô (mantendo-se no relacionamento), por amor a eles, eu passo por tudo isso, mas eles não reconhecem. Eles não reconhecem nada do que eu faço. Tudo é sacrifício. Por amor a eles, mas eles não reconhecem, nada disso”.

Terezinha chegou a denunciar o companheiro, mas o caso, segundo ela, não foi à frente. Segundo a Lei 11.340/06, lei Maria da Penha, a mulher não pode mais retirar a queixa, todavia, por não terem sido apresentadas as testemunhas, Terezinha acredita que foi ela a responsável por não “botar o caso pra frente”. A falta de profissionais na delegacia, no dia e hora marcados para a apresentação das testemunhas foi interpretada por Terezinha como um sinal divino de que deveria dar uma segunda chance ao companheiro: “no momento que eu fui pra a delegacia, que eu fui levar a testemunha pra botar o caso a frente, eu fiquei lá de 12h ate 4h da tarde e não fui atendida! Isso foi porque Deus não queria que eu levasse em frente. Por conta Dele. Eu acho que por amor a ele, entendesse? Por amor até a ele (companheiro).”

E ainda, Terezinha pensa que mesmo que ele venha a ser preso, ela pode correr riscos depois da cadeia: “Eu não vou na delegacia dizer ‘olhe ele tá me ameaçando fazer isso, isso. Por quê? Delegacia não é pra sempre, prisão não é pra sempre, um dia sai. E no dia que sai, ele fica revoltado, e **vida eu só tenho uma**, vida dos meus filhos também... eu tenho meus netos”.

Na figura a seguir encontra-se a síntese dos processos mais importantes para cada fase do relacionamento de Terezinha e cada dimensão – cognitiva, relacional e cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	-	-
Relacional	Equidade e custo-benefício	“(Eu estava) carente, volúvel (...), aí pronto, eu fiquei com ele só por raiva do meu ex”
Cultural	Apoio Social para entrar	“Meus filhos me deram a maior força, ‘Mainha, a senhora não vai ficar com um rapaz tão bom?’”

b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional	“Eu, só espero que Deus, transformar ele completamente. Mas que, se ele não quiser nada mesmo com Deus, e se Deus quiser levar eu vou aceitar”.
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Delegacia não é pra sempre, prisão não é pra sempre, um dia sai. E no dia que sai, ele fica revoltado, e vida eu só tenho uma, vida dos meus filhos também... eu tenho meus netos”.
Cultural	Apoio social para permanecer	“No momento que eu fui pra a delegacia, que eu fui levar a testemunha pra botar o caso à frente, eu fiquei lá de 12h ate 4h da tarde e não fui atendida!”

Figura 11: Dimensões e processos mais característicos do Caso Terezinha

Caso 5 - Ana

Descrição do caso

Início – Ana foi casada durante 12 anos. Ela conta que se casou amando e respeitando o seu marido. Casou-se depois de poucos meses de relacionamento, devido às insistências da mãe, para que Ana não ficasse “falada” na rua em que morava, pois o namorado frequentava muito a casa dela. Dos 12 anos, os três últimos foram de violência verbal e simbólica. Hoje ela percebe que muitas ações dele, que na época ela pensava serem naturais, na verdade era violência velada. Ele não a deixava sair, quando ela chegava tarde em casa por causa do trabalho ele reclamava, dizendo que ela tinha que cuidar da casa e dos filhos.

Permanência – Ele bebia e usava drogas, e chegava em casa estressado, agressivo e agitado, esculhambava Ana (violência simbólica). Ana achava que isso passava. Ele a xingava, reclamava até do que ela assistia na televisão. Mas Ana achava que aquilo era normal. Ela chorava no momento, mas pensava que depois ele iria melhorar. Um dia ela foi até a delegacia da mulher porque não aguentava as agressões verbais. Ana desde essa época já fazia parte do movimento de mulheres e tinha vergonha do que acontecia dentro da sua casa. Era uma angústia para ela, pois ela trabalhava com a questão da violência e não conseguia sair

dela. Entretanto algumas amigas de Ana, inclusive do movimento de mulheres, a incentivaram a retirar a queixa contra o marido, porque ele era um bom pai e iria melhorar. E então Ana retirou a queixa. Mas mesmo assim continuou “separada de corpos¹⁶” dele, desde que prestou a queixa ela saiu do quarto que dormia com ele. Ela não contou para ele que tinha retirado a queixa. Certo dia, num momento que os filhos não estavam em casa, o marido de Ana a esperou chegar em casa e quando ela chegou ele disse que iria matá-la a facadas. Num momento que ele acendeu um cigarro Ana telefonou para a polícia que chegou a tempo, antes que acontecesse o pior.

Rompimento – Depois disso, ela se separou dele definitivamente e já teve notícias que ele já agrediu outra mulher com quem se relacionou. Ana diz que se não fosse a ajuda dos amigos ela não teria conseguido sair da condição de vítima de violência. Ana conta que saiu porque viu a morte de perto.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Ana explica que no início achava o comportamento do companheiro normal: quando ele não a deixava sair, reclamava do emprego ou da ausência de Ana em casa: “Eu pensava que era natural o que ele fazia comigo, certo? Não deixava eu sair, não deixava quando eu arranjei um emprego, ele ficava na minha cola, dizendo que eu tava chegando tarde, que eu tinha que cuidar da casa, dos meninos”. Quando havia as discussões e ele ofendia Ana, Ana achava que tudo voltaria ao normal logo: “eu pensava que no outro dia isso tudo passava. Então ele me esculhambava, chamava palavras de baixo calão comigo né, por qualquer coisa, até por um programa que eu tava vendo na TV ele achava que eu não deveria ver aquele programa”.

Com a expectativa de que o marido mudasse, Ana começou a procurar auxílio na religião: “fiz encontro de casais, pensando assim que ele ia melhorar né, aí fiz na igreja evangélica, ele ia (pra a igreja). Fiz na igreja evangélica e depois, aí passou uns dois meses, tava bem, bem, depois voltava tudo de novo né? Aí depois eu resolvi fazer na igreja católica,

¹⁶ Expressão utilizada para dizer que não mantinham contato sexual, embora morassem na mesma casa.

fiz na igreja católica, novamente voltou a violência”. Não se percebe na história de Ana, iniciativas diretas para resolução do conflito conjugal. Ana busca ajuda externa (religião) e não obtém êxito. Ela reflete sobre sair e ficar no relacionamento e opta pela segunda alternativa.

Ana pensava em como sair daquela situação de violência, contudo, Ana nessa época já tinha contato, no seu trabalho, com mulheres vítimas de violência, ela pensava como poderia admitir sofrer uma violência para o público de mulheres que ela atendia: “Como é que eu vou chegar lá no grupo de mulheres e dizer ‘eu também sofro’? As mulheres vão dizer oxente! E porque que ela tá fazendo oficina com a gente? E agora ela tá dizendo que sofre? Então ela tem duas palavras! Eu pensava tudo isso. Então isso fazia com que eu ficasse no ciclo da violência, né?”

Atualmente, depois da ruptura, Ana reflete sobre os motivos que a mantinha ao lado dele: “Eu vivia essa violência o tempo todo por esses laços: laços da questão de amar ele, né. Eu *achava* que amava ele, porque a mulher que sofre violência ela sempre acha que ama o homem, *mas ela não ama*. Ela não ama. Porque a ficha não caiu ainda. Ela sente simplesmente acomodação. O que, o que fica, o laço que une ela ao homem é a *acomodação* dela! Então é muito cômodo pra a mulher dizer que ama o homem quando ela tem tudo nas mãos, é isso. Então é difícil. E tem mais, eu vou sair dessa vida e vou me aventurar pra quê? E eu vou me lascar? E aí? se eu passar fome? E aí, eu vou me valer de quem?”

Quando Ana sofreu a tentativa de homicídio por parte do marido, ela rompeu definitivamente a violência. Logo depois da separação, porém, ela se sentiu culpada, achava que ela havia falhado, por isso o casamento não tinha dado certo: “E quando você sai da violência aí vem a culpa. Você se sente culpada. De não ter dado certo.(...) Pensei, muitas vezes. Quando eu me separei dele, quando eu, mesmo, já tinha passado a violência né, eu me separei dele. A ficha caiu assim. Você Ana é culpada de seu casamento não dar certo! Porque ele é homem, você é mulher. Você é que devia, deveria ter... porque, o que que a Bíblia diz? Né, a Bíblia num diz que a mulher ergue né, a mulher constrói sua casa?” Ana pensava nos filhos, tinha medo que os filhos não a apoiassem: “medo de que os meus filhos ficassem do lado dele. Porque eram pequenos né? Meus filhos ficassem do lado dele... E minhas amigas ‘não, eles não vão ficar do lado dele, eles sabem, os meninos viam o que ele fazia com você, né possível’”. Nota-se que as três dimensões encontram-se aqui inter-relacionadas. Mesmo trabalhando com a temática da violência contra a mulher, Ana traz consigo crenças dos papéis sexuais definidos – a mulher deve manter a família unida, o homem tem prerrogativas que a mulher deve aceitar. Sentia-se culpada pela desunião familiar. O apoio social dos amigos

parece ter sido fundamental para Ana sustentar sua decisão e manter-se separada do companheiro.

Ana afirma perceber hoje como ela se prejudicava mantendo o relacionamento abusivo, ela demonstra ter havido um crescimento pessoal a partir da separação: “Hoje eu consigo enxergar, né?, que eu era uma mulher anulada. Eu era anulada como pessoa. E hoje eu não sou mais. Hoje eu faço o que eu quero, né? Hoje eu faço o que eu penso, o que é bom pra mim, né?, hoje, eu digo assim, sempre lá em casa, só existe uma pessoa que eu devo satisfação, é a Deus.”

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

Ana apresenta os motivos que a fizeram iniciar o relacionamento com o companheiro: “até nove anos de casada, até aí tal, o que mantinha a gente junto primeiro era o amor, né?, eu amava muito ele. Por quê? Porque a cabeça dele era igual a minha, né? Todo mundo que via a gente ‘era um casal assim perfeito’. Maravilhoso, sabe? O que eu gostava ele gostava (...). A gente tinha um sonho, um projeto de vida. O que unia era o projeto de vida, e a afetividade da gente (...) A gente queria realmente uma família. Primeiro que a gente se casou porque a gente queria uma família, a gente queria ter filhos e a gente se amava.”

Além do amor, Ana apresenta outros três motivos que a fizeram permanecer no relacionamento mesmo depois do aparecimento da violência: “O que pesou pra mim não sair logo de início da violência foi, a, a questão da afetividade, e a questão do *medo de passar fome*. Era incrível isso. Isso é péssimo! E, outro peso também era os meus *filhos*, né? Porque eu tinha na época na minha cabeça, como é que eu vou ficar sendo uma mulher sem o meu marido? **Marido!** Uma coisa bem tradicional né?” E Ana afirma ainda o quanto era “cômodo” para ela permanecer na relação: “Eu tinha uma casa, tinha um carro, pra me levar, pra me deixar, certo? Era muita acomodação. Eu vi que eu era muito acomodada, certo? E o pior: que eu não conseguia sa.. sentir que eu tava sendo uma mulher anulada, né? Por quê? Porque você tem um nome, casamento tal...”

Percebe-se aqui como Ana se percebia presa ao relacionamento, por todas as funcionalidades que o companheiro lhe proporcionava. Ela fazia reflexões sobre os prós e contras do fim do relacionamento, e não se sentia motivada para o rompimento.

Talvez por ser militante do movimento de mulheres, Ana compreende que vivia no ciclo da violência: “Aí (a mulher) vai, transa, como eu fazia!!! Eu pensava que ele ia mudar. Ele pedia desculpa. Saía de mão dada comigo. Pra mim aquilo era o céu. Meu Deus ele mudou, ele mudou, num vai fazer nunca mais isso. Aí passava 15 dias bem santinho, santinho. Aí depois vinha outra pior.”

Certa vez, quando Ana soube que ele tinha engravidado outra mulher, os dois separaram-se, mas depois de algum tempo separados Ana desistiu da decisão porque, segundo ela, os filhos estavam sofrendo muito. “Foi horrível, a separação. Meus filhos começaram a chorar, minha filha ficava chorando, aí eu fui... fiz outra reflexão, eu mesmo. Aí disse ‘não, vou chamar ele’, aí fui mandei, voltei, fiz a reflexão, e, ele veio lá em casa, ver o menino, eu disse ‘não, você pode voltar a ficar aqui. Porque os meninos estão chorando muito, os meninos estão precisando de você, você disse que não vai viver com ela (outra mulher), foi só uma aventura’... Como eu me arrependi!... De não ter me segurado naquela separação.” Ana justifica seu comportamento pelo benefício dos filhos.

Aparentemente, a aceitação por parte dos filhos é um ponto importante para ela: “Eu pedi pra voltar, com certeza não por mim, pelos meninos, pelos meninos. Porque era muito choro, muita coisa. Agora quando eu me separei, quando foi por causa da questão da violência, foi diferente: as crianças reagiram de outra forma, né? Acharam assim, ‘é Mainha, se você ficar com ele, ele vai lhe matar mesmo’”.

A tentativa de homicídio praticada pelo companheiro de Ana contra ela a fez decidir definitivamente pela separação: “a primeira vez eu denunciei, mas eu voltei atrás. Porque eu não tinha visto ainda a faca. Quando você vê a morte, quando você vê a arma, quando você vê que não tem saída, você tem que sair de qualquer jeito, aí você se apegua à primeira tábua de salvação.”

E diante dessa situação Ana não menciona ter pensado em si, mas no sofrimento dos filhos diante daquela situação: “Meus filhos tiveram um papel fundamental na minha decisão. Porque tinha duas opções, quando eu vi a faca, quando eu vi ele querendo me matar e batendo. Eu, ou eu vou ficar nesse casamento e vou morrer na frente dos meus filhos, ou eu vou sair pra os meus filhos serem felizes. E outra coisa, qual o pior? Eu fiz toda essa reflexão, eu ficar, meus filhos vendo a violência, e ficarem doentes, ou eu sair e acabar com a violência e tentar ajudar meus filhos?”.

A preocupação com os filhos pode ser indício de um comportamento altruísta de Ana, no qual o bem-estar deles está acima de qualquer outra funcionalidade, ou pode indicar baixa

auto-estima de Ana, demonstrando pouca preocupação consigo. Neste caso, ela procuraria forças para se adaptar à vida sem o companheiro não por ela, mas pelos filhos.

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Ana cita que os amigos sugeriram que ela não se casasse, mas que ela contrariou a opinião deles: “Teve vários amigos que antes de eu casar disseram a mim que eu não casasse. Muitos. Mas eu, mas, todo mundo quer casar. Quem não quer casar? Eu não quero ter... é a mesma coisa, ‘num tenha filho não’. Mas todo mundo quer ter, né? Hoje eu entendo isso.” Noutro momento Ana refere ter se casado por muita pressão da mãe: “Minha mãe era bem tradicional, né? Quando eu comecei a namorar com ele, ele ia muito lá em casa e tal, e minha mãe falava que eu devia casar porque eu ia ficar falada na rua. (...) Eu dizia não, mas ninguém dá a feira aqui, porque que o povo tem que falar? Tô nem aí. e ela sempre cobrando casamento, então dentro de três meses a gente se casou (...) Casei porque minha mãe ficava em cima né? Até pagar o casamento quem pagou foi minha mãe.” Ana parece ser assertiva na decisão de unir-se ao companheiro frente à opinião dos amigos, mas cede à opinião da mãe, talvez por aderir, ou aceitar o valor social da formalização da união – casamento.

Os amigos são o grupo social mais citado por Ana, ora como influência na sua decisão de retirar a primeira queixa, ora como apoio para ela manter-se separada: “Minhas amigas “Ana ,tire a queixa, retire a queixa que ele vai melhorar, ele é um bom pai, é um bom pai, é um bom pai, ele vai melhorar depois disso”. O grupo familiar de Ana era restrito, seu pai morreria quando ela era pequena e sua mãe morreu antes do marido começar a ser violento com ela: “Família não me ajudou, não vou dizer a você porque eu não tenho pai, não tenho mãe, sou filha única, morreram todos, mas se não fossem minhas amigas que me mostraram o caminho eu hoje não estava aqui falando, hoje eu tava uma mulher morta (...) Meus amigos eles tiveram o papel, o maior papel, de maior importância na minha vida depois dessa violência foi com os meus amigos (...) fiquei oito dias na casa de uma amiga minha, que é do movimento de mulheres, fiquei lá e eu tive todo o apoio né?, de ficar lá, de ela ir comigo pra o IML, fui pra o IML, fiz exame de corpo de delito”.

Ana refere a opinião da sua sogra, que a aconselhava a aguentar os problemas do marido, mas que Ana não concordava: “ela (sogra) disse, porque o pai dele bebe, e ‘o pai dele

fazia isso comigo mas ele já ta velho, isso é fase, você tem que aguentar’, eu disse a senhora aguentou mas eu não aguento não.”

Para Ana, foi fundamental o apoio que ela recebeu do movimento de mulheres: “Quando o movimento soube, o movimento segurou a bandeira também né? e eu vou dizer a você, eu, eu, o apoio maior, o movimento de mulheres pra mim é fundamental. Eu não sou ninguém sem o movimento de mulheres. Eu não sou ninguém, ninguém, ninguém.”

Como militante da causa da mulher, Ana encerrou a entrevista fazendo um apelo para que os instrumentos jurídicos previstos na lei sejam implementados na Paraíba, pois em sua opinião estas lacunas são responsáveis por muitas mulheres manterem-se ainda no ciclo da violência: “A lei Maria da penha ela precisa dos instrumentos como o juizado especial e a questão da casa abrigo, né? Deixasse bem claro que hoje, milhões de mulheres precisam da casa abrigo, que milhões de mulheres estão aí sendo mortas, voltam, denunciam, voltam pra casa e eles matam. E aí outra coisa mais seria ainda, são os processos que ficam acumulados dentro das varas, né, então tem que ter uma vara especial.”

Os principais processos que favoreceram o início, a permanência e o rompimento do caso Ana estão sintetizados na figura a seguir, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional e debilidade do <i>self</i>	“Eu pensava que no outro dia isso tudo passava”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“A gente tinha um sonho, um projeto de vida. O que unia era o projeto de vida, e a afetividade da gente (...) A gente queria realmente uma família”
Cultural	Apoio social para iniciar	“Quando eu comecei a namorar com ele, ele ia muito lá em casa e tal, e minha mãe falava que eu devia casar porque eu ia ficar falada na rua”
b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional	“Como é que eu vou chegar lá no grupo de mulheres e dizer ‘eu também sofro’?”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“O que pesou pra mim não sair logo de início da violência foi, a, a questão da afetividade, e a questão do <i>medo de passar fome</i> .”

Cultural	Apoio social para permanecer	“Minhas amigas “Ana,tire a queixa, retire a queixa que ele vai melhorar, ele é um bom pai, é um bom pai, é um bom pai, ele vai melhorar depois disso”
c) Rompimento		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Reelaboração cognitiva	“Hoje eu consigo enxergar, né?, que eu era uma mulher anulada.”
Relacional	Perda da equidade	“Quando você vê a morte, quando você vê a arma, quando você vê que não tem saída, você tem que sair de qualquer jeito”
Cultural	Apoio Social para romper	“Quando o movimento soube, o movimento segurou a bandeira também né? e eu vou dizer a você, eu, eu, o apoio maior, o movimento de mulheres pra mim é fundamental. Eu não sou ninguém sem o movimento de mulheres”

Figura 12: Dimensões e processos mais característicos do Caso Ana.

Caso 6 – Rita

Descrição do caso

Início – Rita já tinha 28 anos quando conheceu seu companheiro. Ela tinha muito medo de casar. Ela se preocupava em ter um trabalho para que, se não desse certo o casamento, ela tivesse como sustentar os filhos. Ele era seu primo, tinha vindo de outro estado e já havia sido casado. Este aspecto (ser um homem separado) fez com que a família de Rita fosse contra o relacionamento dos dois. Então Rita resolveu ir morar com ele mesmo contra a opinião de seu pai. Ela achava que ele era um homem trabalhador, sem vícios, e o fato dele ter se separado anteriormente não era motivo para ela terminar o relacionamento. Menos de um mês depois que ela foi morar com ele aconteceu o primeiro episódio de violência física. Ele acordou no meio da noite para matar uns insetos e ela lhe pediu para voltar a dormir. Nesse momento ele a puxou pelo braço, a xingou, a agrediu e a colocou para fora do quarto.

Permanência – No outro dia ele agiu como se nada tivesse acontecido, Rita não conseguiu trabalhar, ela nunca havia presenciado violência do seu pai para com a sua mãe, dos seus cunhados para com suas irmãs, estava atônita. Rita não lhe perguntou nada. Ele a

abraçou, a beijou muito, como se nada houvesse acontecido e ela chorava, mas não tinha coragem de lhe perguntar nada. O relacionamento continuou como era antes, ele bom e carinhoso. Meses depois ela estava grávida do primeiro filho, ele havia lhe pedido para fazer um serviço e ela estava indisposta e não fez. Quando ele lhe perguntou por que ela não tinha feito ela disse que não pôde. Ele passou a agredi-la moralmente. Ela reagiu aos insultos respondendo que não havia feito o que ele havia pedido porque não quis. Ele a puxou pelo cabelo, lhe desferiu murros, a jogou no chão, e por fim a expulsou de casa. Rita saiu e foi para a casa de uma amiga. Quando Rita retornou à casa para pegar algumas roupas ele pediu que ela ficasse e Rita não aceitou. Rita passou um tempo na casa da amiga e depois foi para a casa do seu pai. Já havia dois meses que Rita estava separada e um dia o seu marido enviou algumas das coisas dela para a casa do pai de Rita. Ao receber, o pai de Rita ficou irritado e falou que no dia que Rita foi morar com o marido, ele (seu pai) deveria ter jogado todas as coisas dela fora. O modo como seu pai agiu fez com que Rita voltasse a morar na casa da amiga. O marido de Rita a procurava sempre e um dia Rita resolveu voltar para ele. Ela pensou que seria bom tê-lo ao lado para criar o filho e que ele poderia mudar. Rita perdeu o filho, mas passou cerca de seis meses convivendo bem com o marido. De vez em quando acontecia uma agressão, mas Rita não se separava. A segunda separação ocorreu quando seu filho mais velho já tinha sete anos de idade. Às vezes eles brigavam e não ocorria agressão física, outras vezes ocorria. Rita não sabia quando a agressão aconteceria. Rita diz que muitas mulheres aguentam as coisas do marido porque não querem uma separação. Ela sofria muito nas separações porque os filhos eram muito apegados ao pai e porque ele era um bom pai. Rita chegou a denunciá-lo uma vez, depois de três anos quando processo estava na justiça, a promotora pediu a Rita que defendesse o seu marido, pois do contrário “o pai dos seus filhos iria para a cadeia”. Rita então retomou o relacionamento mais uma vez e ocorreu outro episódio de violência física, em que ele quase a matou estrangulada e ela não se separou. Até que após a agressão seguinte, com o apoio do filho, ela decidiu separar-se e não voltar mais.

Rompimento – Na quinta e última vez que Rita se separou, seu filho mais velho já tinha 14 anos. Durante muito tempo, o marido de Rita lhe pedia para voltar. Rita recebeu muita força de um dos seus filhos para se separar e isso a ajudou a manter a decisão. Rita foi para um apartamento seu, e depois disso os dois tiveram algumas “recaídas”, mas morando separados, até que ele começou a sair com outras mulheres e Rita decidiu não ter mais

envolvimento sexual com ele por medo de contrair alguma DST¹⁷. Rita diz que num casamento a mulher muitas vezes “engole” muita coisa por causa dos filhos.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Rita refere que avaliou bastante o companheiro e o percebeu como um homem bom para envolver-se e casar-se. Mesmo após sua família ter se posicionado de forma contrária, devido à separação anterior do rapaz, Rita acreditava na decisão que estava tomando e decidiu ir viver com ele.

Rita afirma que, após a primeira separação não se viu presa ao relacionamento, imaginou que poderia seguir em frente sem o companheiro, aparentemente, Rita tinha positivo sentimento de auto-eficácia e lócus de controle interno: “eu não esperava que a minha vida chegasse a isso, mas se chegou, eu vou ter que tocar o barco pra frente né, eu vou viver a minha vida”. Entretanto o companheiro insistiu repetidamente para reatar o relacionamento e Rita repensou: “ele ficava cozinhando meu juízo né, pra mim voltar, até que chegou um dia de eu dizer o seguinte, eu acho que ele mudou. E eu acho que a gente vai, vai continuar vivendo, se ele tá me procurando assim, me prometendo que não vai fazer mais, e que, eu tenho uma família, e que esse menino vai ter que ter pai, eu acho que ele não vai fazer mais não, até porque ele aprendeu”. Pensando na gravidez e na possibilidade de o companheiro ter mudado, Rita decidiu: “meu Deus, já que eu tô esperando essa criança, e ele quer criar comigo, quem sabe que ele vai mudar? Voltei.”

Quando se refere ao relacionamento como um todo, Rita aponta sua constante expectativa de mudança no companheiro, apoiada pela religião, esta também lhe ajudou a encarar a separação definitiva posteriormente: “eu ia esperando, entendeu? Porque eu tinha esperança que ele mudasse, que chegasse um dia que ele resolvesse mudar (...) a religião me ajudou a superar, sabe? Porque talvez se, se eu não fosse pegada assim à fé, à religião, talvez eu tivesse sofrido muito mais”.

Entretanto, quando fala de cada rompimento, Rita relata que apenas na primeira volta, durante a gravidez, ela teve expectativas de mudança, nas seguintes não: “Eu não ia mais

¹⁷ Doença Sexualmente Transmissível.

pensando que ia melhorar as coisas não, porque eu já sabia que ia acontecer de novo qualquer hora.” Rita relata que voltava por causa dos filhos – este ponto será melhor descrito na dimensão relacional.

Rita afirma que ia com ele por causa dos filhos, mas também por medo, ou por falta de coragem de comportar-se de outra forma: “dessas vezes que eu me separava e voltava, num era porque eu pensava que ele ia mudar, eu tinha certeza que ele não ia mudar. Eu voltava mais por causa dos meninos. Porque ele me, ele me levava quase à força, sabe, eu sentia assim uma pressão forte, muito forte, quer dizer, porque ele já tinha direito dos meninos, entendeu? (Um dos filhos) era muito apegado a ele. (...) Eu sentia medo. Que se eu não fosse, podia ser que ele me matasse, entendeu né? Eu ia mais, eu ia mais, na verdade eu ia mais por medo. Sabe? Eu não tinha pulso de, de dizer eu não vou, sabe? Eu não vou. Mais por causa dos meninos” .

Num dos rompimentos Rita havia prestado queixa na delegacia da mulher, o companheiro dela sabia que iria responder a um processo criminal, porém os dois se reconciliaram, e Rita ponderava se deveria ou não manter-se ao lado do companheiro: “Aí eu pensava sozinha: meu Deus, esse homem vai responder um processo criminal comigo dormindo com ele... eu tenho medo que ele não me mate. Mas mesmo assim, eu resolvi” (referindo-se à decisão de reatar o relacionamento). Para tanto, Rita comportava-se de modo a evitar os episódios de violência: “Eu fazia de tudo pra não aborrecê-lo sabe, quando eu via que ele tava agitado eu fazia de tudo pra não aborrecer, pra ele não chegar ao ponto de se alterar e até me matar. Eu só sei que eu com medo, a gente voltou mais ou menos em junho, aí quando foi com uma semana com ele, eu tinha tanto medo que ele me matasse, que ele viajou pra o interior e eu fui embora de novo. Num tinha acontecido nada e eu fui embora de novo”. Percebe-se aqui que Rita não se encontrava muito segura acerca de ficar com ele ou não. Mantinha-se com ele, mas tinha medo de uma provável retaliação porque ela fez a denúncia, saiu de casa durante uma viagem dele, mas acabou retornando quando ele a procurou. Tentou então adaptar-se para uma convivência com o companheiro. Este comportamento de Rita pode ser motivado pelo medo real de que o companheiro lhe faça algum mal, ou pela baixa eficácia percebida por Rita, destaque para quando ela refere “eu não tinha pulso” e “era uma pressão muito forte”.

Outra estratégia adaptativa, embora disfuncional, de Rita era esconder alguns comportamentos do companheiro: “às vezes quando eu queria comprar uma coisa que eu via que ele não ia gostar que eu comprasse, mas eu ia comprar com o meu dinheiro, eu às vezes saía do serviço mais cedo e ia no comércio, comprar. E quando eu via que tava ficando muito

tarde eu pegava um táxi, pra chegar em casa na hora certa.” E ela justifica “eu acho que tem muita coisa que a gente tem que respeitar o limite de uma pessoa. Mesmo que você não goste, mas pra que haja uma harmonia no lar, tem muita coisa que a gente tem que concordar, mesmo sabendo que não é bom, pra a gente. Certo? Pra evitar. E eu já fazia isso.”

Além do medo, há outro aspecto cognitivo presente no Caso Rita que provavelmente a motivava a manter a relação, sua adesão à crença na importância da família unida, de acordo com os preceitos religiosos: “Deus instituiu a família pra isso, pra ver a família unida. Por isso que a bíblia condena o divórcio. Entendeu? Por que condena o divórcio? Porque a partir do momento que tem um divórcio, a família se desmancha. E quem vai sofrer? Os filhos.” “toda separação requer sofrimento. Não é muito fácil, sabe. Porque quando você casa você quer ter um lar, você casou por quê? Foi só porque você gostou de uma pessoa? Não. Você casou porque você queria um lar, você queria formar a sua família. Então essa família não deve se desmanchar por qualquer coisa”. Deste modo, deve-se suportar as *pequenas coisas* para evitar uma separação: “Se todos os casais pensassem assim ‘por qualquer coisa eu me separo’, então todos os lares tavam separados”.

Contudo, chegou um momento que Rita achou não ser possível mais *aceitar* a situação de violência, em prol da união familiar, esta decisão parece ter sido fortalecida pelo apoio de um dos filhos, que será detalhado na dimensão cultural: “a gente tem que manter uma família lógico né, tem que manter a família, é, muita coisa a gente tem que renunciar, muita coisa a gente tem também que aguentar, sabe, mas também não vamos a tanto né? Não vamos a tanto!”

E Rita demonstra pesar pela relação ter culminado com a separação, ela responsabiliza à separação problemas com a educação dos filhos: “os pais juntos, não vou dizer no meu caso, porque eu acho que no meu caso não sei se ia, se ia funcionar bem, devido à vida que a gente já levava né. Mas, talvez também a, a presença do pai não chegasse ao filho é... ser tão liberal (...), eu acho que isso é uma das coisas que mais complicou a minha vida depois da separação. O que mais pesa eu acho numa separação é isso (...) hoje a liberalidade é muito grande na vida dos filhos. E quando os pais já tão separados eu acho que a coisa é pior.”

Rita apresenta uma compreensão amadurecida a respeito da responsabilidade dos cônjuges no comportamento violento de um deles, no caso o companheiro: “Na verdade, na verdade, é, nunca acontece assim uma discussão em casa se os dois não tem alguma culpa né? Se os dois não participa do negócio, tá entendendo? Sempre, sempre os dois têm culpa, sabe, sempre os dois têm culpa. Só que no caso dele, é, não havia necessidade pra tanta violência,

não havia necessidade pra violência. Porque todo casal pode discutir, tá entendendo? Pode discordar de alguma coisa, todos! Certo? Mas não há necessidade de violência.”

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

Rita refere os motivos que lhe despertaram interesse pelo companheiro: “Ele se mostrava tão bonzinho, tão, sabe, tão delicado comigo. E ele era um homem trabalhador, esforçado, eu via isso, sabe?”; “Eu me interessei por ele porque ele era uma pessoa, não tinha vício nenhum, não bebia, não fumava, era um rapaz trabalhador, e eu não via uma outra pessoa pra manter um casamento pra não dar certo... eu achava que ia dar certo.”; Depois que começaram a ocorrer os episódios de violência, Rita ponderava as qualidades em relação à violência do companheiro: “Ele tinha um lado muito bom: o lado da família, certo? Ele era responsável. Ele mantinha a casa, entendeu? A família. Eu não vou dizer a você que ele não era um bom pai, era um bom pai, ele nunca saiu de casa pra me deixar sozinha com as crianças”.

A presença do pai e a preservação da união da família parecem ser os pontos que mais influenciavam Rita nas decisões de retornar e manter-se na relação violenta: “Nenhum filho quer separação de pai e mãe, nenhum quer (...). Meu filho era muito apegado com ele (...). Separação nunca foi bom pra ninguém, principalmente quando existe filho pelo meio. E muitas vezes, muitas mulheres aguentam muita coisa de marido porque elas não querem uma separação, porque separação nunca é bom pra ninguém. Uma família separada nunca vive bem”; “a maior dificuldade de um casal se separar, em determinadas situações, é os filhos. Porque na verdade, os filhos, é, é o... é a parte mais sofrida. É a parte mais sofrida na história, sabe? Eu vou lhe dizer uma coisa a você. Uma das coisas que fez eu demorar mais com ele, sofrendo todas essas situações, foi (um dos) meus filhos.”; “quando se trata de uma família, muitas mulheres suportam muitas coisas, assim, até chegar a agressão física, porque ela não quer que acabe o casamento totalmente”.

Mesmo após Rita ter saído da casa definitivamente, ele ainda chegou a ir à casa de Rita e os dois dormiram juntos algumas vezes. Rita justifica que essas *recídas*, teriam sido também por causa dos filhos: “Essas vezes todinha que eu me separei, e voltava, não era tanto por mim, sabe, mas pelos meus filhos. Então, na história de eu já ter deixado ele entrar aqui e até chegar a dormir comigo, na verdade, eu fazia isso pensando no meu filho... porque, se, se

eu volto assim, meu filho vindo eu com ele, ele se sentia o quê? Mais feliz”. Esses encontros foram encerrados por iniciativa de Rita, chegou um momento em que ela pensava que poderia estar correndo riscos de contrair doenças sexualmente transmissíveis a partir desse contato com o ex-marido: “Quando eu vi que ele tava assim com essas mulheres todas eu pensei assim sabe de uma coisa, eu não quero negócio com ele mais não. Primeiro porque eu não quero voltar, segundo porque eu posso até pegar uma doença né, já que eu não quero voltar, não quero ter ele como marido só pra mim, então pra continuar com ele saindo comigo assim e tal e com essas mulher que eu não sei se são sadia, eu também não sei se ele usa alguma coisa, preservativo num sei. Eu disse ‘sabe de uma coisa eu não quero coisa com ele mais não’, porque a gente nunca usou preservativo, era normal. Então nessa volta da gente eu não usei”

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Desde o início do relacionamento, a família de Rita não a apoiava a envolver-se porque o rapaz era “separado”. Ela decidiu ir morar com ele contra a vontade dos familiares: “Quando a minha família soube que tinha um interesse de namoro foi um horror lá em casa, porque na época, casar a filha com um homem que já tinha sido casado já era um problema”.

Por ter entrado numa relação indo de encontro à opinião da família, Rita diz que nunca chegou a contar como era seu relacionamento aos seus familiares. Na sua primeira separação, na qual ela foi para casa de uma amiga e depois foi para a casa dos pais não contou aos pais o motivo da saída dela da casa do marido. A segunda separação só ocorreu após a morte da mãe de Rita: “Eu só vim tomar essa decisão de me separar pra valer mesmo, quando ela (mãe) morreu. Ela morreu no mês de janeiro, no mês de fevereiro eu tomei a decisão de me separar. A minha mãe já morreu, ela já não existe mais, então não tem porque eu conviver com você dessa forma mais, entendeu? **A quem eu poupava** já foi. Então agora eu vou tomar, aí comecei a tomar minha decisão”.

Durante o período em que Rita permaneceu no relacionamento, ela percebia muito apoio das pessoas da igreja, que a apoiaram também quando ela decidiu se separar: “eles (pessoas da igreja) me ajudaram muito na, na, em matéria de unir antes. Que não, que a família tem que ser unida, e tudo. E ajudava também ele, conversava com ele... Quando ele não aceitou de jeito nenhum, que eu tomei minha decisão, então, ficaram do meu lado”.

Os amigos a apoiavam, na maior parte do tempo a abandonar o parceiro agressor: “as minhas amigas, os meus amigos, sabia das minhas historias, eles diziam pra mim o seguinte: ‘você não deve viver desse jeito. Você não tem necessidade nenhuma de viver desse jeito. Que ninguém nasceu pra viver assim’. Ta entendendo? Então eu acho que eles me influenciavam mais pra eu separar, pra eu deixar, do que viver. Até porque eles diziam o seguinte, se for preciso você ir pra justiça, e a gente ajudar você, e dizer na justiça que na verdade é ele o errado, que ele faz isso com você, a gente tá pronto pra ajudar.”

Numa das separações, em que Rita chegou a denunciar e foi chamada para levar as testemunhas para a audiência no fórum, Rita conta que se sentiu pressionada a *alterar* sua denúncia e livrar o marido da provável punição pelas agressões: “Depois de três anos (após a queixa na delegacia), a promotora me chamou pra defender ele. Mas como Dra.? Defender? Eu vou dizer que aquele processo que tá lá, que tudo aquilo que tá engavetado lá, eu vou dizer que é mentira? Eu vou me prejudicar, eu vou prejudicar minhas testemunhas? Não Dona Rita, a gente não vai desmentir. A senhora vai agora dizer tudo que o juiz lhe perguntar só que de outra forma. Porque a senhora quer ver o pai de seus filhos na cadeia.”

O apoio do grupo social da igreja possivelmente favoreceu a decisão por se separar, pois representaria a aceitação social da decisão de Rita. Todavia, parece ter sido decisivo para que a última separação de Rita fosse definitiva o apoio de um dos filhos para o rompimento. Em outras palavras, o filho de Rita não percebia o sacrifício feito por Rita como positivo para a vida familiar, mas sim, como algo prejudicial: “eu recebi uma força muito grande de (um dos filhos). Ele já tinha 13 anos e ia fazer 14 anos e ele disse: ‘Mainha, eu quero saber se a senhora vai ficar velha, de cabelo branco apanhando de Painho. Porque eu mesmo não tenho mais saco pra ficar vendo isso’. Então talvez por essa força que ele tava me dando de não me deixar eu ficar mais com ele pra ficar apanhando, talvez tenha sido isso que tenha me dado mais força de eu não voltar.”

A seguir estão apresentados os principais processos que favoreceram o início, a permanência e o rompimento do caso Rita, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	-	-
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Ele se mostrava tão bonzinho, tão, sabe, tão delicado comigo. E ele era um homem trabalhador, esforçado, eu via isso, sabe?”

b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Debilidade do <i>self</i>	“Mesmo que você não goste, mas pra que haja uma harmonia no lar, tem muita coisa que a gente tem que concordar, mesmo sabendo que não é bom, pra a gente. Certo? Pra evitar. E eu já fazia isso.”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Eu vou lhe dizer uma coisa a você. Uma das coisas que fez eu demorar mais com ele, sofrendo todas essas situações, foi o meu filho.”
Cultural	Crenças socialmente compartilhadas	“Deus instituiu a família pra isso, pra ver a família unida. Por isso que a bíblia condena o divórcio. Entendeu? Por que condena o divórcio? Porque a partir do momento que tem um divórcio, a família se desmancha. E quem vai sofrer? Os filhos.”
c) Rompimento		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	-	-
Relacional	Perda da equidade	“Eu recebi uma força muito grande do meu filho. (...). Então talvez por essa força que ele tava me dando de não me deixar eu ficar mais com ele pra ficar apanhando, talvez tenha sido isso que tenha me dado mais força de eu não voltar.”
Cultural	Apoio Social para romper	Semelhante à dimensão relacional

Figura 13: Dimensões e processos mais característicos do Caso Rita.

Caso 7 – Iracema

Descrição do caso

Início – Iracema conta que no início, o relacionamento com o atual marido era bom. “Ele era ótimo pra mim”. Depois de um ano de namoro ela engravidou. Então ela abandonou o trabalho e os dois foram morar no interior, na casa da mãe dele, contra a vontade de Iracema. Durante a gravidez Iracema queria ir a uma festa com o marido e ele não a deixou, ela começou a chorar e ele a empurrou. Iracema já estava com oito meses de gestação e caiu por cima da barriga. Ela chorou, mas não sabia o que fazer, sabia que seu pai e sua mãe não a

aceitariam dentro de casa e que não iria para a casa dos outros com um filho nos braços. Continuaram o relacionamento.

Permanência – Quando seu filho já tinha um ano de idade, o marido de Iracema “foi pra cima” dela e lhe bateu muito. Iracema reagiu, e jogou nas costas dele a panela quente da comida que estava preparando. Depois que isso aconteceu, ele passou muito tempo sem tentar agredir Iracema. Após um tempo vieram morar na casa do pai dela. Iracema trabalhava e ele não, então ele começou a trabalhar e a partir daí começou a mudar: arranhou alguns amigos, começou a beber com esses amigos e, desde então, passa muito tempo fora de casa, deixando Iracema sozinha. Iracema é insatisfeita com muitas coisas nele: ele bebe, chega a hora que quer, sai e diz que voltará logo e só retorna muito tempo depois... Um dia ele chegou e queria que o filho colocasse a comida no prato dele à força, puxando o menino pelo braço. Iracema disse que não estava na hora e ele achou ruim. Ele empurrou o filho e tentou agredir Iracema. Ela pegou uma faca e disse que ele não viesse para cima dela ou ela iria machucá-lo; ele a desafiou e ela disse que iria defender o filho, ele então recuou. Quando Iracema foi ao trabalho seu patrão viu que ela estava muito nervosa, que ela não estava conseguindo trabalhar direito, e então indicou que Iracema procurasse o Centro de Referência da Mulher. Iracema conta que não está bem com o marido, mas que depois daquele dia ele não tentou mais agredi-la. Ela conta que eles brigam, mas que é só “de boca” (violência verbal ou simbólica). Eles passam semanas sem se falar. Ela diz que os dois praticamente não têm mais vida conjugal. Ela já pediu para ele sair, pois é ela quem paga o aluguel, mas ele diz: “tá achando ruim? Saia você”. Os dois discutem muito porque ele dá dinheiro para Iracema fazer a feira só quando quer, leva os amigos para beberem dentro de casa, acusa Iracema de estar lhe traindo. Ele diz para Iracema não confiar muito na lei Maria da Penha não, que muita mulher tá morrendo e “cadê que a lei Maria da Penha faz nada?”. Iracema diz que antes tinha medo, mas não tem mais medo dele. Que agora ela não deixa mais ele bater nela. Ela diz que não tinha pensado em se separar antes, mas passou a pensar depois que começou a frequentar o Centro de Referência da Mulher e ver que ela “não era as coisas que ele dizia”. Ela diz que só não saiu de casa ainda porque pensa muito nos filhos, pois Iracema não queria se separar dos filhos. Um filho já disse que iria com ela, se ela sair de casa, mas o outro disse que ficaria com o pai porque tem pena de deixá-lo sozinho. Iracema queria que o marido fosse embora porque ela percebe que ele não quer estar com ela e ela também não quer mais nada com ele, quando os dois têm relações sexuais, ela não sente nada, ela não gosta do jeito que ele a trata, ele não se preocupa com o prazer dela. Os dois estão vivendo um com o outro só por viver. Ele diz que se Iracema for embora, ela não terá direito a nada, nem aos utensílios domésticos

que foi ela quem comprou. Mas ela diz que não se importa, o que der para ela levar ela levará, e ela vai trabalhar para comprar. “E se Deus quiser eu vou ser um passarinho livre”.

Análise do caso

A história de Iracema é bastante relacionada ao presente, em poucos momentos ou apenas sob estimulação (perguntas da entrevistadora) é que ela se remete ao passado. Provavelmente por conviver ainda com o parceiro, Iracema pouco fala dos benefícios do relacionamento a dois, o foco de sua fala são os problemas e as insatisfações atuais, que nem sempre são relativas à violência em si. Menciona já ter procurado outra casa para morar, e não se mudou ainda porque não encontrou. Mostra forte tendência para tal, temendo apenas separar-se dos filhos. Antes Iracema comprometia-se mais com as despesas da casa, e segundo ela, o companheiro não a valorizava por isso. No momento da segunda parte da entrevista, Iracema contou que resolveu mudar, diminuiu suas responsabilidades com a casa, talvez uma tentativa de se posicionar de maneira menos passiva, mais assertiva, na relação.

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Iracema em seu relato mostra que sofreu poucos e esparsos episódios de violência física, não pensava em se separar do parceiro mas em alguns deles reagiu também através de violência física. Ela se sentia um tanto quanto ingênua, pois tinha medo do companheiro e se entristecia com o que ele dizia sobre ela – provavelmente agressões simbólicas (humilhações, depreciações). Ela ainda convive com o companheiro, mas percebe-se mais forte para não se machucar com o que o marido fala sobre ela e até mesmo já cogita uma separação.

O aparente empoderamento de Iracema modificou seu jeito de se posicionar na relação: “Que antigamente eu tinha medo dele e hoje eu tenho coragem de dizer que eu não tenho medo dele. Ele me roubou, me empurrou da cama. E eu não podia chegar pra ele e dizer... mas agora eu enfrento. Eu não me incomodo com o que ele pense.”; “Eu tinha medo. Mas hoje em dia eu não tenho. Porque eu conheci aqui muitas coisas que eu não sabia. eu digo a ele, eu não tenho medo de você não”; “Antes eu era a bobona (risos). E agora eu tô

sendo a sabida né? Então eu agradeço muito aqui ao Centro de Referência. Que eu conheci o grupo e mudou muita coisa. Que eu era uma pessoa muito assim, quando ele dava um grito eu ficava com medo”; “Eu não sou mais aquela pessoa, eu não quero mais ser aquela pessoa, jamais”

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

O casamento de Iracema aconteceu após a gravidez, e segundo ela, os seus pais não a receberiam em casa de volta após a primeira agressão. E assim Iracema foi vivendo. Quando perguntada sobre os motivos que a mantinham junto com o parceiro (pergunta cujo objetivo é encontrar a possível funcionalidade comportamental da relação) ela não sabe responder. Faz referência às relações sexuais e afirma não ter satisfação nesse sentido: “Eu tô vivendo com ele por viver. Quando ele quer ter relação eu faço, mas eu não sinto nada... ele chega, e me cutuca assim, como se eu fosse uma cachorra, tá entendendo? Fica em cima de mim, e depois que ele tem o prazer dele pronto. E eu? Como é que eu fico?”

Iracema diz que ainda gosta dele: “Gostar eu acho que eu ainda gosto um pouquinho, mas amar... num tenho mais aquele amor.” Mas na fala de Iracema o tempo inteiro se sobressai o conflito entre os dois, que parece ser advindo da indiferença do companheiro e do seu não reconhecimento das qualidades de Iracema: “Ele dizia muito que não via o dinheiro que eu trabalhava, após hoje em dia tá sendo diferente. Hoje em dia ele tá cobrando de mim o que antes eu fazia e não faço hoje (...). Eu saí do serviço, eu disse que só ia dar 100 (reais)! Então o restante ia ser dele. Água e luz por minha conta, e agora é problema dele. Porque eu já assim, eu não aguentei mais! Aí a água e a luz, era 150, gás, e a despesa, roupa pra os meus meninos (...), era tudo por minha conta. Então chegou num limite”.

Esta iniciativa de Iracema mostra que ela está tentando mudar seu posicionamento diante do parceiro. Ela não optou pela separação concretamente ainda, ela está, ao seu modo, tentando se impor na relação. Esse comportamento mais assertivo, aparentemente é fruto do trabalho terapêutico que ela vem fazendo. Por ser ainda incipiente, não se pode inferir o tipo de mudança que este elemento novo provocará na dinâmica do casal.

Quando Iracema fala ao companheiro que vai sair, ele lhe diz que ela vai perder tudo o que adquiriu com o dinheiro dela para a casa, mas Iracema não demonstra se importar com isso: “ele diz que se eu sair eu não tenho direito a nada, que a geladeira é dele, e eu ajudei a

comprar. Mas eu deixo, eu vou trabalhar e comprar, o que der pra eu levar eu levo. Fogão, eu comprei, liquidificador, foi tanta coisa que eu comprei mas é um homem que não dá valor. Tudo eu, eu não aguento não. Minha televisão, comprei sozinha, ele nunca deu um tanto assim. Ele nunca fez nada.”

Iracema chegou inclusive a procurar um lugar para morar e assim sair da casa em que mora com ele: “Domingo mesmo eu saí com (filho) procurando um canto pra eu morar com ele. Eu já não saí de casa porque eu penso muito nos meus filhos. Num queria me separar dos meus filhos, tá entendendo? (Um dos filhos) já disse que pra onde eu for ele fica comigo. Mas o outro, assim, fica com ele, tá com pena, pra ele não ficar só”. Este é o motivo que aparentemente ainda mantém Iracema no relacionamento: “Tu acredita, eu sou sincera a dizer, eu ainda não separei porque... nem tanto por (filho), que ele tem 17, eu penso mais (no outro filho), que ele quer bem a ele e tudo, tá entendendo? Mas eu penso muito, num é tanto em um, é mais no outro. Que eu tenho pra mim que ele vai sofrer.”

Iracema conta que ele a procura e fazem as pazes, ainda que Iracema não acredite nas promessas do companheiro. Mas o adiamento da separação é justificado por Iracema como expectativa de mudança, embora Iracema perceba a mudança como algo improvável: “Ele que chega pra mim e que fala pra mim, que não vai mais fazer isso, que não vai mais beber, que tá errado, mas eu digo na cara dele que eu já tô cansada das promessas dele (...). No início eu acreditava, eu pensava dele não fazer mais. Mas depois eu fui vendo que ele não tem jeito. Chega final de ano e ele diz que não vai fazer as coisas comigo, mas eu fico sozinha e ele sai.”; “Eu penso dele mudar. Apesar de que eu sei que ele nunca vai mudar... eu penso assim, eu penso em me separar um dia desses, se ele não mudar, eu só penso nisso.”

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Quanto ao apoio social percebido por Iracema fica evidente a ausência de apoio quando ocorreram as primeiras agressões físicas, durante a gravidez: “Tava grávida ainda, tava com oito meses de gravidez naquele tempo, e eu sei que meus pais, meus pais não, meu pai, não ia me aceitar dentro de casa. Porque eu saí, foi o que eu pensei. Eu tinha que conviver.”

Atualmente, Iracema refere que a mãe sempre a aconselha a sair do relacionamento. E outro apoio significativo para Iracema é do seu patrão, para ela, um grande amigo: “Minha

mãe sempre fala que se é pra eu viver assim com ele, que eu fosse procurar a minha felicidade e que ele fosse procurar a felicidade dele. Ela sempre me dá a maior força nisso”; “(Meu patrão) me dá muito apoio. Que eu não sou mulher pra ele, que ele me faz sofrer muito, que eu conto assim às vezes né?, algumas violências mais de leve. Como teve vez de eu tá sufocada, agoniada, como eu já cheguei no trabalho. E ele, sem eu falar nada, ele notava. ‘Isso foi (o marido)’! Muitas vezes já, ele diz ‘isso foi (o marido)! E se eu chegasse a separar dele, ele diz ‘num é botando na sua cabeça que você deixe, mas se um dia isso acontecer, que não é dagora que eu sei que você gosta de (seu marido), se você precisar de um apoio meu pra qualquer coisa, eu lhe ajudo. Que ele não pense que você vai morrer de fome, de sede, vai morrer não.’”

Outro aspecto do apoio social citado por Iracema é a Lei Maria da Penha, que dispõe sobre a proteção da mulher vítima de violência. O companheiro de Iracema sempre a alerta (ameaçando-a) para não confiar muito na lei: “Ele diz que eu não me confiasse nessa lei Maria da Penha, que muitos mata, que vê tanta morte acontecer na TV e cadê que a lei Maria da Penha faz nada? Num faz nada. Então ele tá pensando em fazer alguma coisa comigo. E eu penso comigo ele não faz nada não. Porque eu tinha medo. Mas hoje em dia eu não tenho. Porque eu conheci aqui muitas coisas que eu não sabia. Eu digo a ele, eu não tenho medo de você não. E ele diz, você tá se confiando demais nessa lei Maria da Penha mas não se confie muito nela não”.

Os principais processos que favoreceram o início e a permanência do caso Iracema estão sintetizados na figura a seguir, salientando cada dimensão – Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	-	-
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Tava grávida (...) Eu tinha que conviver”
Cultural	Apoio social para permanecer	“Meu pai não ia me aceitar dentro de casa”
b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença disfuncional	“Eu penso dele mudar. Apesar de que eu sei que ele nunca vai mudar...”

Relacional	Equidade e custo-benefício	“Ele diz que se eu sair eu não tenho direito a nada, que a geladeira é dele, e eu ajudei a comprar”
Cultural	Apoio social para permanecer	“Ele diz, você tá se confiando demais nessa lei Maria da Penha, mas não se confie muito nela não”.

Figura 14: Dimensões e processos mais característicos do Caso Iracema.

Caso 8 – Carolina

Descrição do caso

Início – Carolina conheceu o companheiro no lugar onde ela trabalha. Ele sempre ia lá e ficava paquerando-a. Ela não demonstrava muito interesse, mas seu irmão ficava dizendo que ela *ficasse*¹⁸ com ele, que ele era bonito e ela acabou *ficando*. A partir do *fica*, Carolina engravidou e por isso os dois foram morar juntos, para o pai dela não brigar. Desde o início os pais de Carolina não queriam que ela tivesse *ficado* com ele, mas por teimosia ela ficou. Depois que os dois começaram a morar juntos ele passou a demonstrar muitos ciúmes e por isso passou a bater nela.

Permanência – Ele bateu nela quando ela estava grávida, quase a matou, com murros na cabeça. Ele chegava zangado do trabalho e batia nela. Geralmente discutiam porque ele dizia que ela tinha olhado ou sorrido para outros homens, no trabalho ou na rua. Durante as discussões ela ficava calada em algumas vezes e em outras respondia. Quando os dois brigavam e ele saía de casa, ela ia procurá-lo, pedindo para ele voltar. Carolina diz que pensava que só ele iria querê-la, por isso ela ia atrás dele, algumas vezes ia com o filho recém-nascido. Ela lhe dizia que não havia motivo para ele ter ciúmes e ele acabava voltando, mas depois o atrito recomeçava. A mãe de Carolina lhe dizia que quando ele batesse nela, ela deveria “ir pra cima dele”, mas Carolina ficava quieta, porque homem tem força e ela não poderia enfrentá-lo.

Rompimento – Da última vez que ele bateu em Carolina, ela resolveu ir à delegacia. Ele pegou as coisas dele, saiu de casa e agora os dois estão separados. O irmão que incentivou que ela ficasse diz que ela não deveria tê-lo denunciado pois ela vai acabar voltando para ele,

¹⁸ Expressão utilizada para referir-se a uma relação afetiva sem compromisso.

mas Carolina diz que não. Uma amiga sua, que já sofreu violência do namorado também, aconselhou Carolina a não voltar para o ex-companheiro, porque homem que bate uma vez vai bater sempre. Carolina diz que não vai voltar mais pra ele, que quer curtir a vida, não quer nada sério agora. Ela tem um pouco de medo se o ex-companheiro chegar a vê-la com um outro namorado. Ela espera que um dia vai ter uma pessoa, um companheiro ou namorado, que não bata.

Análise do caso

Carolina falou muito pouco. Respondeu às perguntas de uma forma sintética, sem muitos detalhes, sem muita elaboração sobre o assunto. Até para falar dos episódios de violência e da separação recente, não se mostrava emocionada, sequer tensa em falar sobre o assunto. Não levantava muitas possibilidades, dúvidas ou questionamentos para os acontecimentos, sem muitas informações por parte da entrevistada. Dentre as explicações prováveis para a distinção de Carolina pode ser sua pouca idade, apenas 20 anos e a separação ainda recente (a primeira parte da entrevista foi realizada apenas um mês após a separação). Entretanto outras mulheres, algumas ainda dentro do relacionamento violento discutiam a experiência com mais elaboração. Neste sentido levantou-se outra possível explicação: as demais mulheres à época da entrevista vinham recebendo atendimento psicológico. É provável que as discussões acerca das experiências de violência propiciassem uma abertura maior para falar sobre o assunto ou mesmo uma maior reflexão sobre a relação.

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

O ciclo da violência no caso de Carolina se reiniciava por parte da própria mulher. Segundo ela, ela ia procurá-lo e pedir para voltar, aparentemente, Carolina tinha crenças disfuncionais do tipo de personalidade dependente: “quando eu tava com ele eu pensava que só ele que ia me querer. Aí por isso que acabava e voltava. Eu ia atrás dele”.

Aparentemente, havia debilidades do *self* presentes em Carolina, pois ela afirma que gostava de falar com as pessoas e, já que o companheiro não gostava desse tipo de comportamento, ela se comportava de uma forma quando estava com ele e de outra quando estava sozinha. E isto era um dos estímulos às agressões. “Eu gosto de falar com as pessoas.

Na frente dele eu era diferente, que ele não queria que eu falasse com ninguém. Aí eu ficava calada, ficava de cabeça baixa (riso). Mas só que não sendo na frente dele eu falava. Eu não ia virar a cara. Ele disse que era pra mim virar a cara, fazer de conta que nem conhecesse.”

O companheiro de Carolina lhe depreciava e Carolina não reagia: **(você achava o que quando ele dizia isso?)** “(risos) eu começava a rir (...) Porque se ele achava que eu tinha cara de safada, e por que ele não achou no começo? Só depois que tava aqui?”. Ela afirma que não adiantava se explicar, pois o parceiro não acreditava nela: “Eu falava e ele não acreditava em mim, em nada do que eu falasse. Ele não acreditou. Nem adiantava eu dizer se era verdade ou mentira (...). Eu nem de casa saía, eu já ficava mais dentro de casa pra ele parar. Nem ficava conversando com amiga. Já pra evitar. Mas nem adiantava (...). Eu ficava rindo (risos)... se eu risse pra algum menino ele me dava um tapa. E eu não levava nada a sério. Eu ficava só rindo.”

Carolina afirma que pensou algumas vezes em se separar, mas diz que não tinha coragem, ou pensava que não iria conseguir viver sem ele: “Eu não tinha coragem, de sair, de ficar sem ele”; “Pensava de deixar ele, aí depois eu pensava que não ia conseguir ficar sem ele.”

Depois de várias agressões, segundo Carolina após ouvir conselhos de uma amiga sua, ela decidiu denunciar o companheiro: “Ficava botando na cabeça de não deixar ele, pra mim, que só existia ele, que ninguém fosse me querer. Mas só que depois eu decidi, que jurava em nunca mais voltar pra ele.” E assim como ocorreu quando Carolina decidiu ir morar com o companheiro (por teimosia, segundo ela), ela também resolveu que iria deixá-lo. Ao ser perguntada sobre o porquê de dessa vez ela ter agido diferente, em relação aos outros episódios de violência, ela explica: “Quando eu quero uma coisa eu tenho que fazer. Aí quando eu quero eu sempre faço.”

Carolina afirma que outra realidade é possível para ela, e já planeja um futuro diferente: “Eu penso assim, tem tanto casal aí que briga e consegue se separar e viver a vida com outro. Então eu também posso conseguir. Não porque eu tenho filho dele que eu tenho que viver com ele apanhando. É isso que eu penso. E um dia eu vou ter uma pessoa (riso) que não bata”; “Eu quero trabalhar e ter minhas coisas. Não um homem querendo mandar na pessoa e ainda mais batendo.”

Ela diz como pensa em agir nos próximos relacionamentos que vier a ter: “Ver se ele presta primeiro, não ir morar junto. Primeiro ficar conhecendo. Se der certo... eu acho que foi errado ir morar junto, de repente assim.”

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

Carolina conta que gostava de ficar com o companheiro porque quando saíam ele gastava dinheiro com ela, e ela gostava de sua companhia: “Tinha vez que ele era bonzinho. A gente saía, e ele não tinha pena de gastar dinheiro. E eu gostava (...) E que eu ficava perto dele direto. Eu gostava.”

O aspecto relacional mais evidente no caso Carolina é a gravidez. Carolina afirma que se não fosse pela gravidez teria se separado do companheiro anteriormente: “Se eu não tivesse grávida eu tinha deixado logo. Porque eu não queria ser mãe separada. Aí eu pensava de sair. Que Painho também ficava falando: ‘criar um filho sem pai...’. Eu tinha medo também, de sair, pra Painho ficar falando. Aí depois eu: ‘num quero saber do que ele tá falando! Eu vou é deixar, num vou ficar apanhando direto!’”

Quando pensava em permanecer no relacionamento, Carolina pensava no filho, em dar uma vida melhor à criança, estando ao lado do companheiro, mas foi a frustração dessa expectativa de Carolina que a fez, segundo ela, mudar de idéia: “Eu pensava de dar o melhor pra ele. Junto com o pai dele, né? Mas só que eu num vi nada mudando. Tava só piorando (...), quando ele me batia que eu tava sozinha eu chorava. E dessa vez ele (o bebê) fica chorando”; “Eu ficava pensando no futuro. Porque eu ia ficar com ele e ia ser o mesmo jeito. E mais com o filho! Aí a mesma coisa, nãã! Ciúmes da pessoa, não deixava eu sair. E no futuro, ia ficar do mesmo jeito? Aí eu ficava pensando (...). Eu não queria que ele (o filho) visse assim a gente brigando. Nem ele dando¹⁹ em mim.”

Depois que aconteciam as agressões, Carolina o procurava para reconciliarem-se: “Eu que ia atrás dele. Ele dizia que não ia mais fazer isso, (...) eu dizia pra ele parar com essas besteiras. Que não tem nada a ver. Se eu não quisesse tá com ele eu não tava junto. Se fosse pra mim dar em cima de outro eu não tava com ele (...) Depois voltava ao normal. Voltava tudo de novo”. Ela diz que também tinha medo da reação dele: “Eu tinha medo de ele fazer alguma coisa comigo. E depois eu decidi ir (à delegacia)”.

Carolina projeta-se para o futuro: “Eu quero trabalhar e ter minhas coisas. Não um homem querendo mandar na pessoa e ainda mais batendo.”

¹⁹ O verbo “dar” nesta colocação tem significado análogo ao verbo “bater”.

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

O apoio social mencionado por Carolina foi, inicialmente, para *ficar* com o rapaz, sugestão do irmão, a seguir o *casamento* após a descoberta da gravidez para o pai não brigar com ela: “Ele (irmão) ‘fica com ele, ele é bonitinho’, num sei o que... eu fui e fiquei. Aí foi, eu engravidei, eu nem sabia, aí de repente a gente foi morar junto pra Painho não brigar comigo”.

Quando Carolina decidiu ir morar com o companheiro, não contou que foi devido ao motivo da gravidez, a mãe de Carolina então não foi favorável à decisão: “Mainha ficou falando. Ela mal conhece e já vai morar junto, num sei o que... ficou falando”. Quando começaram a ocorrer as agressões a mãe dizia que se ela voltasse para o companheiro iria sofrer violência novamente, entretanto, não é claro na fala de Carolina que ela chegava a perceber apoio da família ou direcionamento para uma ou outra escolha: “Minha família? Mainha mesmo diz ‘vai voltar pra ele pra tu apanhar de novo... Eu avisei! Eles tinham avisado que não era pra mim ficar com ele. Mas só que eu teimei e fiquei.”; porém Carolina também menciona que a família não queria que ela se separasse, pois ela teria que arcar com a decisão de ter ido morar com o parceiro: “(a família) ficava contra, porque não foi eu que quis ir morar com ele? Aí ficava falando: ‘ah... vai se separar? Num foi você que quis? Eu disse a você que ele não prestava..”

O apoio mais evidente para a separação, segundo fala Carolina, foi o de uma amiga sua que a aconselhou: “Minha amiga, a testemunha que foi... Porque aconteceu com ela também. Ela fez ô Carolina, eu gosto tanto de tu! Num volta pra ele mais não! Vai dar parte dele. Eu era assim também. E homem que bate, bateu uma vez, bate direto. Aí eu fui, na segunda-feira. Ela foi que me ajudou mais”.

A decisão de Carolina ir denunciá-lo foi para ela uma forma de afirmar-se perante o companheiro, mas que a decepcionou pois não obteve, até a data da segunda parte da entrevista, nenhuma resolução da parte da polícia para as agressões: “Eu resolvi ir pra mostrar a ele como eu tenho coragem. Que eu não tenho medo dele. Que ele disse que não ia mais dar em mim, aí eu decidi ir. Mas só que parece que não resolveu nada. Se eu soubesse tinha nem ido.”

Os principais processos que favoreceram o início, a permanência e o rompimento do caso Carolina estão apresentados na figura a seguir, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	-	-
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Eu engravidei, eu nem sabia, aí de repente a gente foi morar junto pra Painho não brigar comigo”
Cultural	Crenças sociais	“Eu não queria ser <i>mãe separada</i> ”
b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença disfuncional	“Eu pensava que só ele que ia me querer”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Eu pensava de dar o melhor pra ele (filho). Junto com o pai dele”
Cultural	-	-
c) Rompimento		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Reestruturação cognitiva	“Eu penso assim, tem tanto casal aí que briga e consegue se separar e viver a vida com outro. Então eu também posso conseguir”
Relacional	Perda da equidade	“Eu não queria que ele (o filho) visse assim a gente brigando. Nem ele dando ²⁰ em mim.”
Cultural	Apoio Social para romper	“Minha amiga (...): Num volta pra ele mais não! (...) Homem que bate, bateu uma vez, bate direto. (...) Ela foi que me ajudou mais”

Figura 15: Dimensões e processos mais característicos do Caso Carolina.

Caso 9 – Laura

Descrição do caso

Início – Laura diz que cresceu vendo a mãe ser agredida pelo pai, e a mãe nunca teve coragem de dar queixa das agressões. Laura conheceu o companheiro na infância, se apaixonou por ele quando tinha 14 anos de idade e dois anos depois começaram a namorar.

²⁰ O verbo “dar” nesta colocação tem significado análogo ao verbo “bater”.

Ele a achava inteligente, dinâmica, porque ela trabalhava, pagava as próprias contas e ainda ajudava a família. Ela conta que sempre foi “louca” por ele, adoecia e ficava acamada quando ele terminava o relacionamento. Fato que ocorreu várias vezes; ele dizia que estava interessado em outra mulher e por isso não queria continuar com ela. Depois de alguns meses ele a procurava e voltavam o namoro. Ele dizia que a amava enquanto namoravam, mas depois que passaram a ter relações sexuais ele mudou, não demonstrava mais que gostava dela. Laura então começou a querer saber o que havia acontecido e ficou insegura. Durante o namoro Laura percebia agressividade do companheiro com a mãe dele, ele costumava quebrar as coisas dentro de casa caso ela contrariasse a vontade dele. Mas Laura não “se alertou”, porque, segundo ela, quando se é adolescente “a gente não pensa, a gente pensa no momento”. Um dia, de repente, ele chegou na casa de Laura pedindo para passar a noite, que não dava pra ele ficar onde estava. Desde então os dois passaram a morar juntos. No início eles viviam bem, ela tinha sua individualidade, saía com as amigas, os dois iam para festas.

Permanência – Laura acha que a agressividade dele com ela começou há aproximadamente sete anos. Ele passou a trancá-la em casa quando ele queria sair e passou a queimar e rasgar as coisas dela. Ela lembra que ele não fazia isso com ela quando ela trabalhava (antes dos filhos nascerem). Laura conta que algo que a machucava muito era quando ele chegava em casa com marcas de beijo, inclusive na cueca, e com bilhetes de mulheres. Houve um tempo em que ele depreciava Laura, dizendo que outra mulher, com quem ele mantinha um relacionamento paralelo, era loira enquanto Laura era morena. Laura sofreu muito nessa época, parou de praticar o esporte que gostava e começou a beber muito. Ele a levava para casa e a deixava jogada no sofá. Laura ficava arrasada por saber que ele esteve com outras mulheres e que ela sequer podia tocá-lo (referindo-se ao contato sexual). O ápice dessa fase ocorreu quando Laura cometeu uma tentativa de suicídio. Seu companheiro foi quem a levou para o hospital. Tempos depois Laura engravidou. Depois da gravidez ele começou a dizer que ela não podia sair pra festa, pra praia, que “mulher mãe de família não faz isso!” Uma vez, durante a primeira gravidez, os dois foram para um aniversário de um amigo e ele a levou para um quarto e disse que ela tinha que ficar lá, momentos depois quando ela saiu, ele estava com uma mulher sentada no colo, beijando. Laura partiu para cima dos dois e deu um tapa na cara dele. Depois disso Laura começou a bater na sua barriga, para machucar o filho e descarregar a raiva que estava sentindo do companheiro. Depois que Laura teve os filhos ele não a deixou mais trabalhar fora, pois ela “é mãe e precisa cuidar das crianças”. Ele diz que ela não é responsável, que ela não cuida da casa, não administra nada e assim ela se sente a pior pessoa do mundo, ficando impossível trabalhar fora de casa. Quando

ela quer conversar sobre o relacionamento ele se irrita, quebra objetos que ela gosta, ela fica achando que é ela que está errada e chora. Sempre que ele se irrita ele quebra os objetos de Laura, inclusive alguns que ela utiliza para trabalhar como autônoma. Ele pergunta se ela prefere que ele quebre as coisas ou quebre a cara dela. Por conta disso Laura diz que está se tornando muito agressiva com os filhos. O padrasto de Laura diz que ela não é boa mãe, que ela deveria obedecer ao marido. A mãe de Laura diz que o marido de Laura é bom pra ela porque não bate em Laura. Atualmente Laura ainda convive com o companheiro, ele continua grosso e estúpido na relação com ela e Laura continua “correndo atrás do amor dele”. Laura não entende por que antes, na adolescência, tinha “tanta força”, e agora se tornou “uma mulher medrosa, mole, com medo”. Ela pensa no bem estar dos filhos e acha que não tem condições financeiras para cuidar deles. Então ela tenta não desobedecer ao marido, não saindo de casa e dando-lhe satisfação de tudo o que faz durante o dia.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

A história de Laura é permeada pelo amor que ela afirma sentir pelo companheiro, este amor é por ela percebido como disfuncional, a ponto de Laura dizer que se tornou um vício: “É mentira se eu disser que eu não gosto. Eu sou, eu o amo, eu acho que eu tô me tornando uma pessoa doente, porque ele se tornou um vício”; “Você ama demais alguém, ao ponto de não se sentir capaz de viver sozinha: eu não me sinto capaz de viver longe dele! Isso eu consegui assumir agora, eu digo ‘é um vício’, e agora eu sei falar isso. Eu tô tentando me curar disso pra ver se eu consigo ter forças de chegar um ponto, dele olhar pra mim e dizer ‘isso não presta, tá feio’, pronto! Pra mim, me acabou”

Desde a época do namoro Laura sofria muito quando brigavam, ficava trancada dentro de casa, não queria comer, estudar, sair. Ela atribui as dificuldades que tem no relacionamento à ausência de afeto familiar durante sua infância: “Eu não teria me metido nisso se eu tivesse tido uma criação, com um pai bom, que tivesse me dado amor e carinho.” Laura foi criada pela mãe e pelo padrasto, conta que assistiu à mãe ser agredida durante sua infância e que aos 10 anos decidiu ir morar com a avó paterna.

Laura afirma que antes do relacionamento com o atual companheiro, ela era uma pessoa forte, decidida, tinha objetivos e lutava por eles, mas que, não sabe por que, seu jeito de ser mudou após o início do namoro: “Eu tinha tanta força quando eu era adolescente, o mundo todo eu queria abraçar, e agora eu me tornei uma mulher medrosa. Mole. Tenho medo, de dizer, sabe, saia!”

Numa das crises do relacionamento, antes do nascimento dos filhos, o companheiro de Laura mantinha um relacionamento extraconjugal e humilhava e depreciava Laura. Ela então passou a beber muito e culminou com uma tentativa de suicídio: “Eu não suportava ele me chamando disso (palavrões) e eu comecei a beber, muito. E ele tava me chamando de cachorra bêbada. Só que eu só bebia por causa do desprezo dele. Comecei a beber, comecei a fumar.” Considerando o estigma que recai sobre suicidas, ela justifica o que leva uma pessoa a pensar nisso: “As pessoas dizem que uma pessoa que tira a vida é covarde, no meu conhec., assim, no meu entender não é ser covarde, é somente querer parar de sentir a dor que tá muito grande. Que você não vê... resposta do que você tá buscando.”

Quando Laura estava grávida, ela viu o companheiro com outra mulher no colo, ela partiu para cima dos dois, e depois disso, como forma de direcionar a raiva que estava do companheiro, Laura passou a bater na própria barriga: “Num sei se bati nela também, mas na cara dele eu dei! Pronto. Aí depois eu fui fazer o quê? Machucar o meu bebê, né? Que eu pensava que era dele, tinha que sair. Comecei a bater na minha barriga.”; (Você acha que o que você pensava ali naquele momento, qual era o objetivo?) “Agredir ele, o pai dos meninos. Porque ele zelava demais pelos, por, tudo ali”. Laura percebe que seu comportamento não é apropriado, mas cita outras vezes que algo semelhante aconteceu: “No momento de raiva, eu acho que eu tinha raiva dele, e eu descontava, eu acho que é, é loucura da pessoa e, não tem nada a ver a criança com... o pai e tudo. Isso aí eu me culpo e eu sei que... teve atos, momentos na hora que até hoje o menino fala. Já faz dois anos que aconteceu e ele se lembra. Que eu tava tão agoniada, e o, ele tinha arengado em casa comigo, e eu cheguei, foi, ele não tava perto, eu fui e peguei na garganta do meu filho. O pai saiu né, aí eu vi a cara dele ali, aí eu, quando eu peguei eu soltei logo, e o meu menino’ mamãe você quer me matar!’ E começou a chorar. Aff.. aquilo eu acho que, dessa vez em diante eu procurei direto a minha psicóloga pra ela trabalhar esse lado de eu não querer transferir pra o meu filho a revolta e a minha raiva com o pai né. Porque não tem nada a ver.”

O temor a Deus e o propósito do casamento são, para Laura, o que a mantém no relacionamento com o companheiro, ela pensa ainda que ao separar-se do companheiro pode envolver-se com um homem que venha a machucar seus filhos: “Acho que força, e temor a

Deus foi o que fez ainda eu não mandar tudo pra... a baixa da égua. Porque eu aprendi assim, que um lar sem união não é um lar cristão”; “Quando eu fiz um propósito com Deus, pra casar com ele, eu queria casar né? A minha vida toda, construir minha casa, ter meus filhos, meus netos, meus bisnetos, sem destruir. Porque eu não queria, eu não quero, não quero pra mim a vida que a minha mãe teve! Tá saindo de um casamento e indo pra outro e a mesma porcaria no outro, de tá apanhando, de tá isso, tá aquilo. E sorte que Mainha conseguiu um senhor que ele não era pervertido. E homens que são pervertidos? Que pegam os filhos das companheiras e faz maldade?”

O companheiro de Laura reclama que Laura não está obedecendo-o. Laura mostra-se dividida. Ora ela acha absurda a ideia de que ela deve obediência ao marido, ora Laura afirma que está se esforçando para “obedecer” o marido e manter a harmonia do lar, com esperança de que o marido se “reapaixone” por ela:

“Por que que eu tenho que obedecer a ele? Ele vai me obedecer? Obedecer o quê? Em eu não sair de casa, ficar só lavando, passando e cozinhando? Pra ele sair, eu dar o beijinho: ‘meu amor, vá trabalhar’... Aí ele chegar meia noite, uma, duas horas da manhã? Que ele não é santo. E, eu tá lá, acordada, como eu ficava, esperando ele. Pra dar a comidinha na boca dele e tudo direitinho. Aí por eu não tá querendo mais fazer isso, ter o meu descanso, eu tá procurando trabalhar e fazer as minhas coisas pra a minha evolução assim, pessoal né, profissional, que eu quero e eu preciso, aí se isso não, é, não for tá obedecendo, então eu não estou obedecendo (...). Quando eu tava ‘sim senhor’, ‘não senhor’, ele não era assim. Eu parei de trabalhar, parei de tudo, só pra tá lá, pra pedir um Real pra ele, e ele: ‘pra que você quer?’ E eu tinha que dar os dados tudinho, de onde eu ia usar, se eu ia até pra comprar um absorvente! Tem que tá dando... aí eu não quero ser obediente assim, porque eu acho que não tem nada a ver”;

“O Senhor Deus tá vendo que eu tô tentando mesmo, do fundo da minha alma resgatar o olhar dele pra mim, e, pra minha casa, pra ver se não destrói. Porque apesar dele ser grosso comigo, dele não me dar atenção, dele quebrar as minhas coisas, ele é um excelente pai, ele é tão atencioso pros meninos, ele é tão presente pras crianças, ele tá sempre ali, do lado, dá o maior carinho, amor, tanto que os meninos é assim ó, grudado com ele.”; “Do fundo da minha alma eu tô querendo falar isso: eu não quero destruir o meu casamento. Eu só queria que ele mudasse, que Deus viesse do céu e plantasse uma semente nele, que eu não sei o que que tá havendo, que se ele diz que sempre me amou, e todo mundo diz ‘ele te ama’, ‘ele te ama’, então por que ele age dessa forma? (...). Eu queria que Deus mandasse uma luz do céu e

enviasse, sei lá, que pra mim, eu acho que foi um espírito ruim né, que veio e quer destruir a minha casa”.

Laura mostra outros elementos sugestivos de crenças disfuncionais: baixa auto-estima, o seu auto-conceito está intrinsecamente relacionado à opinião do seu companheiro, sente-se culpada pelos problemas da relação: “Eu tô me sentindo... feia, porque ele não me quer, o que tá havendo com o meu corpo que ele não quer? Aí ficava culpando meus filhos, porque eu fiquei com a barriga feia né?, e eu não era, eu era sarada. Eu dizendo que ele não me quer mais porque me engravidou e deixou eu com o meu corpo feio, num sei o quê... Aí ele fica dizendo pra eu parar de tá implorando a ele carinho e amor, que carinho e amor a gente dá quando quer, não é implorado não, pra eu parar de tá chorando e me humilhando. Aí pronto, eu estou na, naquela fase do... só por hoje, só por hoje eu não fui atrás dele, só por hoje eu não, sabe... não mendiguei um pouco do amor dele...”; “Sempre acho que poderia ter feito pra não acontecer isso (discussão), e, dessa última vez eu já não me senti culpada, assim em tudo né, e tentei dizer e vi alto e claro que eu não tive culpa.” Atualmente, Laura desenvolve um trabalho com outras mulheres e com isso tira o foco do marido, que, segundo ela, é um pensamento constante em sua mente, poder-se-ia afirmar que sua preocupação com a opinião e aprovação do marido é um típico pensamento automático, como refere Beck (1997): “eu, trabalhando eu esqueço. Esqueço não, delete. Fica ali né, num posso parar minha mente né? Tem que tá sempre trabalhando, porque aí eu fico, aí eu me sinto mal, eu me sinto feia, eu me sinto horrível, tudo é mais bonito do que eu...”

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

A relação de Laura com o seu companheiro, segundo seu relato, desde o início era paradoxal. O companheiro de Laura rompia o relacionamento alegando que estava interessado em outra mulher e, segundo Laura, bastava ele procurá-la novamente e ela aceitava. Laura afirma sofrer demasiadamente com os rompimentos do companheiro: “Eu sempre fui louca, louca, louca por ele. De sempre adoecer, ficar acamada, quando ele acabava, se ele conhecesse alguém e ele quisesse ficar com ela, ele chegava e dizia: eu tô interessado em ficar com a menina e eu quero acabar, e acabava. Aí eu ficava só chorando, e comendo, e chorando (...). Passava dois, três meses e voltava. E, foi, passou cinco anos de namoro, desse jeito, acabava voltava, acabava voltava. E eu sempre gostando dele, e então ia machucando né? (...) (Numa das vezes) eu fiquei muito deprimida, que eu me tranquei no quarto, passei mais de 15

dias sem querer sair, sem comer nem nada, e minha tia: tu vai morrer, e minha avó, tu vai morrer... e todo mundo e eu sem querer saber”.

Depois que passaram a morar juntos, ocorreram novamente episódios de o companheiro de Laura se interessar por outras mulheres, desta vez, o comportamento do companheiro foi acrescido de violências a Laura – trancá-la em casa e destruir objetos dela. Laura, como anteriormente, não pensa na ruptura, e sim se lamenta com o desinteresse do companheiro: “Uns oito anos assim atrás, assim que ele começou: a me trancar em casa quando ele queria sair, a... dar desprezo, sexualmente, não querer nada comigo, saber que eu só quero ele, só penso nele, fico né, no aperseio, de querer rasgar minhas coisas, e queimar, foi há, de três anos pra cá, de queimar, rasgar e quebrar tudo”.

Segundo Laura, inicialmente ocorria a violência (trancá-la na casa) quando ele queria sair para encontrar-se com outra mulher. Os atos de quebrar e queimar os objetos ocorrem quando Laura contraria alguma imposição do marido ou mesmo, quando ela inicia uma tentativa de diálogo sobre a relação:

“Entrei em estado depressivo quando ele começou a me trancar em casa, deixava eu trancada e levava a chave, ele achava engraçado isso. Fechava com a chave e saía, voltava de noite. Saía o que, de 10h, 11h, chegava meia noite, me deixava o dia todo. Se eu quisesse sair de dentro de casa eu subia no teto, tirava uma telha e saía, mas eu não tinha nem forças mais, ficava lá, chorando. Até ele voltar (...) e chegar e, me chamar, que ele nunca foi de me chamar, que nunca foi de me xingar, nunca foi de me xingar, de dizer que eu não servia mais, que eu não prestava, já me chamou de sapatão uma vez por eu ter colegas lésbicas, e isso não tem nada a ver, me maltratar dessa forma e eu sempre arrasada, e não saber, por que de tudo isso eu ainda gosto dele”.

“Se eu sáisse, podia chegar em casa que tinha as coisas queimadas, as coisas queimadas. Tanto que todas as vezes que foram, foi alguma desobediência que teve, assim né, que eu não cumpri o que ele ordenou”; “Se eu desobedecer a ele, eu arrumar um trabalho fora, qualquer coisa fora, ele quebra as coisas”; “Quando a gente vai conversar, ele já fala logo, assim, fica irritado, manda eu sair de perto, vai dar murro em alguma coisa, ele destruiu dele quatro celulares (...). Aí em seguida, passava um, dois dias, três dias, aí lá vem ele gastar absurdos de dinheiro pra comprar as coisas que gastou de mim, pra me dar (...) mandar os meninos vir me pedir desculpas. Pedia ao meu filho que ele vinha me entregar o: tome mamãe o presente pra a senhora que papai mandou”; “Eu dizer: Mô, vamo conversar sobre nosso relacionamento? Aí pronto, dá logo um murro numa coisa, ou quebra o aparelho dele, ou

quebra qualquer coisa, sabe, e eu fico sem entender nada. Aí eu fico me achando que eu sou a ruim, se eu tô errada e começo a chorar”.

Além do comportamento de quebrar objetos quando discorda de alguma coisa, o companheiro de Laura fala de uma forma que machuca Laura (violência simbólica) e a faz ceder às proibições dele: “Ele diz que aí eu não sou mãe (se ela decidir trabalhar), não sou responsável, ‘quem é que vai cuidar das crianças?’ Faz eu me sentir a pior pessoa do mundo na forma de dizer que eu não cuido da minha casa, não tô administrando nada”; “Eu arranjei dois trabalhos mas desisti antes de ir porque ele não permitiu, de, do horário. Aí pra evitar mais confusão ainda eu terminei desistindo”.

Laura mostra-se confusa, pois fica dividida entre a vivência negativa que tem com o companheiro, o sentimento que afirma sentir por ele e a opinião de sua família, de que ele é um homem bom. Laura paradoxalmente concorda: “É, porque ele cuida bem da casa, num deixa faltar comida, e essas coisas”.

Laura refere que o bem-estar dos filhos é o que a mantém com o companheiro, alegando que não teria condições financeiras ainda de criá-los sem ele. Entretanto, noutro momento Laura refere outra dificuldade além da financeira – o apego dos filhos ao pai. Ela revela ainda uma aparente preocupação; a de que os filhos são responsáveis por manter o companheiro ainda ligado a ela: “Eu sempre digo, no dia que eu tiver o meu dinheiro, como eu tinha o suficiente pra sobreviver com meus filhos, eu não preciso de você pra nada”; “quando eu penso no bem estar dos meninos... na parte de alimentação, da saúde, de tudo... Eu não tenho essa capacidade... Porque eu não tenho condição financeira ainda”; “muitas (amigas) que diz: separa! Num é? Separa! Só que não tá dentro da relação pra saber que não é fácil assim um negócio de separar com duas crianças. Uma com três anos e com quatro anos. São pequenos! E nasceram, saíram de dentro de mim e foram pra os braços dele! Sabe, ele tava muito presente na gestação, eu não entendo o que foi que houve (referindo-se ao distanciamento do parceiro), porque ele esteve sempre presente na gestação”; “É complicado, num é chegar e dizer: se separa! Imagina? Não. Eu vou destruir tudo assim, separar, meus filhos pequenos, coladíssimos com o pai? Ele não é um homem que chega em casa bêbado, chamando palavrão, nem que esculhamba, nem que maltrata, nem que bate neles”; “Eu tenho quase certeza que se não tivesse os filhos, ele num já tinha me deixado antes? E eu, com todo sofrimento, eu não ia atrás dele?”

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Laura não percebe apoio social de sua família para romper o relacionamento com o parceiro: sua mãe, padrasto e irmãos sugerem que ela continue com o companheiro. Ela afirma que se viesse a se separar seus parentes ficariam contra ela. Laura afirma ainda que, para a igreja, não é correto que ela se separe. O único tipo de apoio social relatado por Laura é por parte de suas amigas. Quanto a isso Laura diz que não é tão simples assim se separar. Seguem-se trechos da entrevista de Laura que exemplificam sua percepção de apoio social: “(minha mãe) diz que ele é um homem muito bom. Que não bate em mim... e quebra minhas coisas porque eu sou desobediente. (...) Se ele fosse um homem mal, ele deixava faltar comida dentro de casa e ele não deixa faltar comida, ele paga as contas, ele cuida dos filhos dele. E que o meu pai sim, que espancava ela, batia, levava mulher até pra dentro de casa. E meu marido não faz isso, então, que eu não tenho que tá me separando pra arrumar outro homem, pra esse homem venha a ser um safado que venha mexer com meus filhos.”; “meu padrasto me culpando, dizendo que eu não sou uma boa mãe, que era pra eu ficar calada e obedecer ao meu marido”; “(meus irmãos) “dizem que ele não é mal, é bom, que eu tenho que orar por ele...”; “eu sei que se houver o caso de eu querer mesmo deixar e sair, todo mundo é contra mim, vai dizer que eu que tô errada, que a mulher que edifica a casa. Assim né, pelo padrão da minha família.”

Para Laura, a igreja também não apoiaria a separação dela: “Eu tô muito afastada da igreja (...), eles acham que se eu separar eu sou a errada. E, também na igreja tem a parte de eu não ser casada com ele perante a lei aqui, né, do homem, de Deus, que eu tô em pecado. Aí lá dentro da igreja eu sou culpada. E sou acusada de tá em pecado.”

Laura menciona que as amigas já estão irritadas porque ela não se separa definitivamente, mas Laura refere que não está preparada ainda para uma separação: “Tem gente que já ta aborrecido comigo: por que tu num separa?, e isso e aquilo. Mas é complicado. Num é chegar e dizer se separar, imagina, não eu vou destruir tudo assim”

Os principais processos que favoreceram o início e a permanência do caso Laura estão sintetizados na figura a seguir, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença disfuncional	“Eu sempre pensei (...) que isso (quebrar as coisas) é pirraça de menino mal criado, que não teve correção quando era pequeno (...) Num pensava que isso viria a me afetar”
Relacional	-	-
Cultural	Experiências negativas na infância	“Eu não teria me metido nisso se eu tivesse tido uma criação, com um pai bom, que tivesse me dado amor e carinho.”
b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Baixa auto-eficácia percebida	“Eu não me sinto capaz de viver longe dele!”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Quando eu penso no bem estar dos meninos... na parte de alimentação, da saúde, de tudo... Eu não tenho essa capacidade... Porque eu não tenho condição financeira ainda”;
Cultural	Apoio social para permanecer	“Eu sei que se houver o caso de eu querer mesmo deixar e sair, todo mundo é contra mim”

Figura 16: Dimensões e processos mais característicos do Caso Laura.

Caso 10 – Lígia

Descrição do caso

Início – Lígia o conheceu quando tinha aproximadamente 15 anos e ele 20, ele era evangélico. Durante o namoro ele era muito carinhoso, muito amoroso, e também depois de casados. Lígia disse a ele que não iria parar de estudar e ele, antes do casamento, disse que não havia problema, mas depois do casamento ele começou a ir buscá-la de surpresa na escola, ficava se escondendo, observando Lígia. Na época ela não achava estranho esse comportamento. Até que ele a “convenceu a parar de estudar”. Muito jovem Lígia engravidou do primeiro filho, antes de um ano após o casamento, e até aí ele nunca havia agredido-a. Certa vez os dois estavam na casa do pai de Lígia assistindo um vídeo com imagens de um

parente de Lígia que estava morando em outro estado e que Lígia havia visto há muito tempo, quando ainda eram crianças. Lígia começou a comentar que o parente estava muito bonito, que mudou muito, e que a esposa também era muito bonita. Quando saíram da casa do pai de Lígia, ela estava com o filho nos braços, quando já estavam bem distantes da casa, o marido de Lígia a empurrou. Ela caiu no chão e bateu com a cabeça no meio-fio. Até este dia ele nunca tinha sido agressivo com ela. Ela ficou sem entender e não teve nenhuma reação, apenas chorou. Depois ela perguntou por que ele fez aquilo e ele respondeu que ela não estava tendo “comportamento de mulher direita”.

Permanência – Lígia diz que ele estava de cabeça quente, com problemas e acabou se alterando naquele momento, mas pediu desculpas e falou que aquilo nunca mais iria acontecer. Voltaram ao normal. Depois de um tempo aconteceu de ele puxar os cabelos de Lígia e novamente justificou que foi porque estava com a cabeça quente. Lígia diz que “a coisa foi piorando... cada vez mais agressões, tanto o espaço de tempo entre uma e outra, quanto a força que ele usava, foram piorando”. Por vergonha Lígia nunca havia contado a ninguém sobre as agressões. Houve uma época em que eles estavam passando muita necessidade, ele não trabalhava, era Lígia que “se virava” trabalhando em casa de família. Então ela foi convencendo ele de que ela deveria voltar a estudar. Voltou e concluiu o Ensino Médio e depois fez curso profissionalizante, embora ele não estivesse muito conformado. Lígia diz que devagar sua vida profissional começou a melhorar, mas por outro lado sua relação com ele piorou, aumentando mais ainda as agressões. Uma vez ela chegou cansada do trabalho e ele queria que ela lhe desse atenção. Quando ela pediu que ele tivesse paciência, ele começou a xingar Lígia e espancá-la. Ele chegou a ir até a cozinha e pegou uma faca para matá-la. Os filhos de Lígia assistiam a tudo. Lígia disse que num certo momento ele disse que estava passando mal, foi nesse momento que ela disse aos filhos que pegassem algumas roupas e então saíram da casa para casa de um parente de Lígia.

Rompimento – Lígia foi à delegacia e fez a denúncia da agressão do marido. Ela sempre o perdoou porque gostava dele e tinha a ilusão de que ele fosse mudar, mas nessa última vez ela viu a própria vida ameaçada de morte. Quando Lígia se separou as pessoas lhe perguntavam como ela era capaz de se separar de um homem tão bom, tão bonito, uma família tão bonita, porque “pra o povo era um casal perfeito”. O pai de Lígia diz que não a perdoa por não ter contado e pedido ajuda antes. Hoje ela afirma que deveria ter “brecado” na primeira vez, porque a segunda já não é como a primeira, vai piorando, aumentando. Lígia não deu prosseguimento ao processo criminal porque não quer ver o pai dos seus filhos na cadeia, para que seus filhos não vejam o pai preso e saibam que ele está ali por culpa da mãe.

Ele ainda procura Lígia. Ela já está num novo relacionamento e seu ex-marido é bastante revoltado com isso. Lígia diz que ainda tem um pouco de medo dele, mas ela lhe diz que tem alguns amigos na polícia e por isso ela se sente mais segura.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Lígia afirma que durante muito tempo acreditava que ele iria mudar. Ela infere que esse é o pensamento de muitas mulheres: “A gente sempre tem a ilusão de que ele vai mudar. Nós: me ama ele vai mudar.” Ela afirma hoje, que seu erro foi ter persistido nessa crença de mudança, e de tê-lo aceitado após a primeira agressão: “Eu vejo que, se eu tivesse brecado da primeira vez, como eu vejo muitas reportagens sabe, eu me vejo muito, naquelas mulheres. Porque o erro é você aceitar a primeira vez. Porque eles sempre dizem: tava com a cabeça quente coisa e tal, mas eu amo você, aquela história... aí você vai, releva, aí da segunda vez já não é como a primeira, ele já vai, aumentando a coisa, vai piorando, entendeu?”

Para suportar o clima de tensão que vivia, Lígia se apegava à sua fé em Deus para conseguir cuidar dos filhos, os filhos, segundo ela, eram seu estímulo para continuar: “Eu pedia muito força a Deus. Eu tenho muita fé em Deus, mas assim, minha, minha esperança era só criar os meninos, era só o que eu pensava, que me dava força, muitas vezes o que me segurava era os filhos”. Ela descreve como se sentia, como pensava e como lidava com a situação do relacionamento que era muitas vezes contraditório: “Eu me sentia assim, que eu não merecia tá naquela situação, eu não merecia, eu sabia que não merecia. Mas ao mesmo tempo, eu não tinha forças pra reagir. E tinha que conviver, engolir. Descia rasgando, digamos assim, essa expressão. E que doía, assim, em nenhum momento eu consegui esquecer aquilo. Porque me martirizava todos os dias. Às vezes que ele me abraçava, por muitas vezes aquilo vinha, em mente (lembranças da violência), como é que pode ele me abraçar e fazer isso?” E Lígia buscava forças para buscar uma solução, para sair do relacionamento: “(Eu pensava) que eu não era nada daquilo. Que eu não merecia. Que eu tinha que reagir. Que eu tinha que fazer alguma coisa. Que eu não merecia aquela situação.”

Lígia diz que o companheiro a agredia e a acusava de ter sido responsável pela agressão, de ter dado causa. E Lígia procurava no seu comportamento os prováveis motivos da agressão do companheiro, que justificassem a violência, passando a evitar desencadear o comportamento agressivo outras vezes: “Ele me fazia sentir culpada. Só que eu procurava essa culpa e não achava. É meio, é meio complicado o que eu disse agora, mas pronto, às vezes eu ficava: é, eu apanhei pronto, tá bom, eu mereci, mas por quê? Ficava tentando achar essa culpa mas não achava culpa. Ele me fazia sentir culpada, só que quando eu procurava essa culpa eu não tinha. (...). Se eu reclamasse de alguma coisa aí eu dizia: eita, ele fez isso porque eu reclamei. Aí isso ia fazendo eu ir aceitando mais e mais as coisas dele, e me moldando ao que ele queria. Ele ia me moldando com essas coisas dele.”

Nas reconciliações Lígia não considera que havia perdão, mas sim a aceitação por parte dela do companheiro novamente: “Era mais uma aceitação do que um perdão. Porque quando você realmente perdoa você esquece e não tinha como esquecer aquilo porque era muito constante”.

Lígia não sabe explicar como conseguiu romper com o relacionamento violento após tanto tempo (13 anos), ela refere ter sido o fato de ter deixado de gostar do companheiro: “Às vezes eu paro e pergunto: como foi que eu consegui. Nem eu imaginava. (...) Eu acho que eu só consegui porque eu deixei de gostar dele... às vezes eu ainda me pergunto, que se eu ainda tivesse algum sentimento eu acho que ainda estaria com ele. (...) Aos poucos ele foi matando o sentimento. Devagarinho. Aí chegou um ponto que não deu mais. Foi quando eu me vi, quando eu vi que eu poderia dar uma vida melhor pra os meninos.”

Após dois anos de separação Lígia não pensa mais em reconciliar-se com o companheiro, mas tem medo de que ele faça alguma coisa contra ela: “(Eu tenho medo) dele me matar. Porque eu não aceito voltar. E porque ele questiona muito, porque ele perdeu tudo, perdeu e não tem nada. Entendeu? Dos bens, não tem trabalho. Não tem nada. Aí eu tenho medo disso mexer na cabeça dele”.

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

O companheiro de Lígia sempre foi muito carinhoso com ela, ela afirma que esse aspecto estava presente no relacionamento, e seria algo positivo para Lígia: “Ele era muito, assim, na época do namoro, muito amoroso, muito carinhoso, aliás, até mesmo assim depois de casado também”.

Entretanto ocorreu o primeiro episódio de violência física, e isso passou a ser constante no relacionamento. Aumentando a frequência e intensidade com o passar do tempo: “Começou as agressões piorar. Eram tapas, um tapa, depois dois tapas, depois um murro, dois murros, empurrão, ao ponto de quebrar cabo de vassoura em mim, e cada vez mais as agressões, tanto o espaço entre uma e outra, quanto a força com que ele usava piorava. (pausa longa) Aí... eu acho que, por vergonha, eu não sei bem te dizer por que, mas por vergonha eu nunca disse a ninguém.”

Embora Lígia sofresse com a violência, ela pensava muito na preservação da *família*. Para Lígia, manter o casamento era um benefício aos filhos: “Eu sentia muito a separação dos meus pais, sofria muito. Porque eu queria ter minha família. É bom. Principalmente quando chega essas épocas quando as pessoas se reúnem, como final de ano, essas coisas. por mais que eu não seja uma pessoa tradicional, isso... mas faz muita falta. Assim, reunir a família, minha mãe fazia aquelas comidas de fim de ano. É muito bom. São João, faz aquelas comidas. Então me fazia muita falta, de não ter, digamos, a quem recorrer, uma família. Então eu não queria que eles passassem a mesma coisa que eu passei.”

O relacionamento era funcional também em outros sentidos: “Apesar de tudo, ele era um bom pai. Eu não sei, eu acho que eu sentia que ele gostava de mim... homem e mulher, a gente se dava bem, sexo. Era bom, era bom. A gente tinha um bom relacionamento. Tirando essa parte (da violência), ele era carinhoso também, carinhoso, amoroso. Eu sentia que ele gostava de mim”.

Lígia deixou de fazer muitas coisas das quais gostava por influência do companheiro. Ela tem clareza de que fez algumas concessões em troca de algo que ela avaliava como mais importante: “Pra evitar briga eu decidi parar (de estudar). Pra evitar briga. (**Como você se sentiu depois?**) Triste né, porque eu gostava. Eu fiquei triste porque eu tava abrindo mão de uma coisa que eu gostava, como ainda gosto. (**Você estava abrindo mão em troca de...**) De tentar ser feliz do lado dele.”; “Eu evitava né, as pessoas. Eu tinha medo de olhar pra as pessoas, conversar. Se eu tivesse conversando com um amigo, eu não olhava nos olhos, com medo dele: num é comportamento de mulher direita, num sei o que... eu evitava. Tudo que eu pudesse evitar eu evitava (...). Eu ficava com aquela mágoa dentro de mim, né, chorava muito, ficava com aquela mágoa, mas aí com o passar dos dias...”

Por que Lígia abdicava tanto no relacionamento? Segundo ela, para manter o casamento, e assim beneficiar os filhos: “Pelos filhos você suporta qualquer coisa. O amor de mãe supera qualquer amor. Até por você mesmo. Até o seu amor próprio. (...) Eu achava que dando continuidade àquele relacionamento, como eu disse a você, por sofrer tanto com a

separação dos meus pais, eu não queria que eles passassem por isso”. Quando Lígia pensava em se separar não via muitas possibilidades: “Várias vezes, pensei em me separar. Mas aí vinha aquele monte de coisa: pra onde eu ia, com três crianças. O que que eu ia fazer? Não tinha apoio de ninguém. Num trabalhava. Entendeu? Não tinha. Porque uma coisa é você sozinha. Eu sabia que eu podia, onde eu chegasse eu dormia, trabalhava. Mas com três boquinhas pequenas? Como é que eu ia fazer? Aí como você até perguntou, você acha que influenciou a questão da melhora de salário e tal? Claro que influenciou. Porque eu sei que agora pra onde eu for, (...) eu sei que eles tão de barriga cheia, sei que eles tão bem”.

No último episódio de violência, Lígia percebeu riscos reais à sua vida e decidiu romper definitivamente, talvez impulsionada também pela certeza de ter independência material do companheiro: “A última vez que ele, que eu vi que eu corria risco de vida, nesse eu resolvi sair.”

Após a separação Lígia sentiu dificuldades em se adaptar à nova rotina sem o companheiro, sentia também medo de o companheiro fazer algum mal a ela: “(foi) bem mais difícil do que eu esperava. É tanto que eu, eu não sei como eu não cambaleei e terminei voltando. Porque a convivência, o costume, de dormir, de coisas pequenas do dia-a-dia que você se apega (...). Era um misto de, misturava com medo, como até hoje, eu digo a você, eu não tenho tranquilidade, eu não acho que ele ainda, eu acho que ele... pode fazer alguma coisa comigo.”

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Dentre as redes sociais, Lígia comenta que sua igreja era contra o divórcio. Entretanto, parece ter sido o conselho de sua mãe, de evitar o divórcio, aquilo que mais lhe pesou quando pensava em separar-se do companheiro: “Eu era da igreja evangélica. Lá eles ensinam que a gente tem que suportar tudo. Tem que aguentar tudo, porque tudo é a vontade de Deus e, divórcio é pecado, divórcio você vai pra o inferno”; “Minha mãe dizia muito que, como ela se separou e tal, ela dizia muito assim: faça de tudo pra não separar porque os filhos sofrem muito. Tente manter sua família, aí isso pesava bastante.”

Após a separação, Lígia sentia que as pessoas a olhavam de forma diferente pelo fato de ela não ser mais uma mulher casada: “Pessoas da igreja, pessoas assim conhecidas, por exemplo, casada, que acham que se você tá separada, acham que se você conversar com o marido ou com o namorado já acham que... coisinhas entendeu? Que quando você era casada ou quando você tem alguém, ninguém... por exemplo, hoje eu tenho uma pessoa, eu já não

passo mais por isso. É meio que um preconceito assim, as pessoas tinham um preconceito comigo.”

A figura a seguir representa os principais processos que favoreceram o início, a permanência e o rompimento do caso Lígia, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Idealização acerca do casamento	“Eu sentia muito a separação dos meus pais, sofria muito (...) eu queria ter minha família.”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Ele era muito, assim, na época do namoro, muito amoroso, muito carinhoso”
Cultural	-	-
b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Adaptação disfuncional	“Isso (as agressões) ia fazendo eu ir aceitando mais e mais as coisas dele, e me moldando ao que ele queria”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Apesar de tudo, ele era um bom pai. Eu não sei, eu acho que eu sentia que ele gostava de mim... homem e mulher, a gente se dava bem, sexo. Era bom, era bom” “Minha esperança era só criar os meninos, era só o que eu pensava, que me dava força, muitas vezes o que me segurava era os filhos”
Cultural	Apoio social para permanecer	“Minha mãe dizia muito que, como ela se separou e tal, ela dizia muito assim: faça de tudo pra não separar porque os filhos sofrem muito”
c) Rompimento		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	-	-
Relacional	Perda da equidade	“A última vez que ele, que eu vi que eu corria risco de vida, nesse eu resolvi sair (...) Foi quando eu me vi, quando eu vi que eu poderia dar uma vida melhor pra os meninos”
Cultural	-	-

Figura 17: Dimensões e processos mais característicos do Caso Lígia.

Caso 11 – Luma

Descrição do caso

Início – Aos 15 anos Luma veio do interior morar na capital, na casa da irmã que era casada. Ela foi violentada sexualmente pelo cunhado, ela ficou apavorada e não falou nada pra ninguém. Ele fazia ameaças a ela. Quando a família de Luma ficou sabendo do que havia acontecido, ficou contra ela, diziam que ela tinha sido o pivô da confusão. Luma conta que depois disso ficou “aversa a homem”. Nessa época ela conheceu uma mulher que a orientou, a ajudou na situação em que ela se encontrava. Essa mulher a tirou da casa onde ela sofria a violência sexual pelo cunhado. Luma iniciou um relacionamento homoafetivo com essa mulher, permaneceram juntas por sete anos. Nessa relação Luma acabou sofrendo “violência psicológica”. A companheira de Luma era muito ciumenta, não queria que Luma saísse de casa, que ela tivesse amizades, que atendesse o telefone.

Permanência – Luma conta que desses sete anos de relacionamento os dois últimos foram muito difíceis, ela morava na casa da companheira e não tinha para onde ir, já que sua família não a apoiava. A companheira de Luma a impedia de sair, dizia que Luma tinha que trabalhar e as duas discutiam. Algumas vezes Luma saiu com amigos sem contar para a companheira e a companheira descobriu, fato que desencadeou sucessivas discussões. Luma chorava e sua companheira a acalentava, elas faziam as pazes, mas posteriormente todo o conflito se repetia. Luma esperou concluir o Ensino Médio, e um curso profissionalizante para que pudesse manter-se separada da companheira. Ela é atendida no Centro de Referência há dois anos, onde faz psicoterapia tanto para auxiliá-la a lidar com os danos causados pela violência sexual como pela violência do relacionamento afetivo.

Rompimento – Ela conheceu uma outra mulher, com quem vive um novo relacionamento e que tem lhe dado apoio. A ex-companheira de Luma não aceitou a separação, elas duas trabalhavam juntas e sempre havia algumas brigas, ela ameaçava Luma. A ex-companheira de Luma faleceu há poucos meses. Luma se sente culpada por não ter ido cuidar dela, diz que entrou em depressão nesses últimos dias. Luma conta que seu novo relacionamento é diferente do anterior. Ela diz que depois de tudo que passou, sabe como deve se portar, se posicionar, não é mais uma relação de submissão como era antes, que você

“acaba sofrendo e nem enxerga que tá sofrendo, baixando a cabeça sempre”, agora ela diz o que quer e as duas conversam. Ela diz que hoje se sente mais livre.

Análise do caso

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

Por tudo que ela viveu na infância, de frieza afetiva por parte da família, que segundo ela eram muito pobres e “criavam filhos como se cria batata” e ainda pela violência sexual sofrida, Luma afirma que se reconhece como uma pessoa muito carente: “eu sou muito carente, eu sou muito ligada²¹ disso e hoje eu sou muito carente hoje, eu me apego com as pessoas e, sofro muito por isso.”

Durante o relacionamento em que Luma sofria violência simbólica (chamada por ela de violência psicológica), Luma diz que não percebia aquilo como violência: “O que ela fazia pra mim não era... pra mim era porque a pessoa gostava de mim e queria que eu tivesse sempre do lado dela. Eu enxergava isso. Não como um, como uma violência”. As pessoas lhe diziam que a forma como estava a relação era prejudicial para Luma, ela diz que ao ouvir a opinião dos amigos sentia vergonha e não queria acreditar naquilo: “a gente que tá gostando, acaba escondendo da gente mesmo, acaba vendo que não é (...) eu ficava com vergonha. Assim, como é que pode eu ter entrado numa relação dessa? Tão bonita, tão, de tanto amor, e esse, acabar com violência? Eu não queria acreditar nisso. Sabe como é? Não queria acreditar mesmo. E as pessoas diziam ta caminhando pra isso (para a violência física), mas eu negava”.

A negação da violência persistia porque para Luma, mais duro que a própria situação de controle e autoritarismo da parceira, era pensar na possibilidade da separação: “É porque é tão difícil sair. Dessa, dessa relação. Eu gostava muito da pessoa. Eu não queria enxergar, achava que ia mudar, que não era assim”.

Luma acabou tendo certos comportamentos escondida da parceira, devido aos ciúmes exagerados dela. Estas mentiras, que Luma considera traição, geraram um sentimento de culpa em Luma e uma certa justificativa para o comportamento da sua parceira: “a traição

²¹ Gíria, “eu tenho muita compreensão; eu entendo; eu percebo.”

justifica a violência? Não justifica que você seja agressiva nem que vá cometer alguns atos, mas eu reconheço que eu magoei muito, magoei demais, e ela não merecia.”

Após a separação Luma envolveu-se num novo relacionamento e diz que as dificuldades que passou no relacionamento anterior, serviram de aprendizado para não cometer os mesmos erros neste: “Por tudo que eu já passei, eu sei me portar e me posicionar na relação, que antes eu não, não falava o que eu queria, só baixava a cabeça, sabe, essa coisa da submissão? E você acaba sofrendo e nem enxerga que tá sofrendo. Você acaba baixando a cabeça, hoje não, hoje eu não baixo a cabeça, hoje eu coloco o que eu quero também. E a gente acaba conversando”.

Luma carrega consigo ainda certo pesar por seus comportamentos, percebe como errado alguns atos que ela cometeu e teme que os repita em outros relacionamentos: “eu tô pedindo a Deus pra ser uma pessoa melhor, pra valorizar mais as pessoas. Não trair”.

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

As funcionalidades comportamentais mais evidentes do relacionamento violento de Luma, em consonância com alguns aspectos cognitivos seus, eram o afeto, proteção e carinho proporcionados pela parceira de Luma: “eu gostando dela, gostando de todo carinho que ela tinha, proteção, ela cuidava de mim como, sabe, ninguém nunca cuidou. Com muito, sou muito apegada a ela, muito, porque ela era meiga, eu era a princesinha da casa”; “a minha relação com ela, era de, de proteção, ela era um porto seguro pra mim. Porque assim, de todos os momentos da minha vida, de tudo o que eu passei, foi a única vez que eu me senti amada, de verdade, muito amada. Eu fui muito amada por ela.”

A crise no relacionamento foi devida ao interesse de Luma em sair com os amigos e sua parceira não permitir. Ante o conflito de querer se divertir com amigos e acatar a opinião da parceira, Luma começou a mentir para a parceira. Todavia a parceira, ciumenta, desconfiava que Luma estivesse mentindo, desencadeando as discussões: “eu comecei a querer sair, a ir, sabe, pros eventos. E, o meu grande erro, porque eu comecei a fazer escondido, comecei a sair com as meninas escondido (...). Por que eu fazia escondido? Porque ela não ia aceitar. Não ia deixar. Jamais. Não ia deixar. Eu curtia numa boa”; “eu virei uma mentirosa compulsiva? Porque às vezes nem precisava, eu tava criando uma situação, inventando assim, sabe”.

Após as brigas elas faziam as pazes, sem resolução do conflito que havia desencadeado a discussão: “a gente ia dormir emburrada, eu só chorava, muito, eu sempre fui uma chorona. Eu ficava emburrada e tal, mas quando ia pra a cama, ela me dava o braço, aí eu deitava no braço dela e pronto, fazia as pazes. “Não tinha pedido de desculpas. Não tinha. Dava cheirinho, abracinho e pronto, e deixava pra lá. Botava panos (...). Eu aceitava os carinhos dela, eu era muito carente, eu só chorava, chorava, chorava e ela vinha me acalantar (...). O meu mundo era ela”.

E Luma afirma que saiu do relacionamento apenas quando encontrou outra pessoa, que de certa forma, ocupou o espaço da parceira anterior, se assim não fosse, provavelmente Luma não teria conseguido romper com o relacionamento violento: “eu só consegui sair realmente quando eu me apaixonei por outra pessoa. Que essa pessoa me apoiou, foi que eu consegui dar um passo, assim, eu teria continuado, do mesmo jeito.”

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Luma afirma categoricamente que não percebia apoio da família. Desde a infância ela não se sentia acolhida no seio familiar. Ela justifica o pouco afeto devido às precárias condições econômicas e à cultura rude, do interior: “porque era um pessoal de interior, num tinha carinho, não era uma família assim tão unida e tal sabe. Era aquele pessoal que cria assim, como Deus criou batata mesmo”.

Após o ocorrido da violência sexual, a família, segundo Luma, a culpou ao invés de protegê-la e acolhê-la: “Minha família ficou contra mim, quando a questão da violência com o meu cunhado, a minha família virou as costas, ninguém, sabe, parece que não aconteceu nada. Eu saí, e aí eu saí pra viver com essa mulher, e aí todo mundo começou a meter o pau, que eu era sapatão, que virou sapatão, então eu era a ovelha negra (...) da família”.

Quando Luma começou a sofrer violência na relação conjugal que mantinha, a família sequer ficou sabendo. Os amigos a incentivavam a sair da relação, entretanto Luma não percebia que este apoio seria suficiente para que ela efetivasse o rompimento: “todo mundo achava que eu tinha que sair da relação. Que eu tinha que dar um rumo na minha vida, e eu dizia: eu vou sair como? Eu vou viver de quê? Eu vou voltar pra a casa da minha mãe no interior? Mas a minha mãe não quer!”

Foi a nova companheira, quem deu o apoio que Luma considerou decisivo para pôr fim à relação: “eu só consegui sair realmente quando eu me apaixonei por outra pessoa. Que essa pessoa me apoiou, foi que eu consegui dar um passo, assim, eu teria continuado, do mesmo jeito.” Para além do apoio, a nova companheira proporcionou a Luma a funcionalidade do carinho e proteção que Luma tinha na outra relação, como foi mencionado na Dimensão Relacional.

Os principais processos que favoreceram o início, a permanência e o rompimento do caso Luma estão apresentados na figura a seguir, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Fragilidade do <i>self</i>	“Eu sou muito carente hoje, eu me apego com as pessoas e, sofro muito por isso.”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Foi quem me tirou de lá (da situação de violência sexual)”
Cultural	Apoio social	“Minha família ficou contra mim, quando a questão da violência (sexual)”
b) Permanência		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional	“A gente que tá gostando, acaba escondendo da gente mesmo, acaba vendo que não é”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Eu vou sair como? Eu vou viver de quê?”
Cultural	Apoio social para permanecer	“Eu vou voltar pra a casa da minha mãe no interior? Mas a minha mãe não quer!”
c) Rompimento		
Dimensão	Processo	Trechos exemplares
Cognitiva	Mudança cognitiva	“Por tudo que eu já passei, eu sei me portar e me posicionar na relação, que antes eu não, não falava o que eu queria, só baixava a cabeça”
Relacional	Perda da equidade	“Eu só consegui sair realmente quando eu me apaixonei por outra pessoa. Que essa pessoa me apoiou”
Cultural	Apoio social para romper	“Fui morar na casa da minha amiga”

Figura 18: Dimensões e processos mais característicos do Caso Luma.

Caso 12 – Lucineide

Descrição do caso

Início – Lucineide conheceu seu companheiro no seu local de trabalho. Na época ela já tinha um filho de um relacionamento que não havia dado certo. Ele trabalhava com Lucineide, os dois ficavam conversando no trabalho e ela acabou decidindo ir morar com ele. Desta união Lucineide teve mais três filhos. Depois de um certo tempo, segundo Lucineide, ele começou a dizer que gostava de outra pessoa, que gostaria que a outra pessoa estivesse no lugar de Lucineide, que gostaria que os filhos dele fossem filhos dessa outra pessoa.

Permanência – Lucineide ouvia tudo isso, “aguentava calada”, mas começou a se aborrecer. Em alguns momentos ela discutia com ele e ele batia nela. Lucineide se irritava porque ele dizia que essa outra pessoa era perfeita. Houve algumas vezes que Lucineide o colocou pra fora de casa, mas depois ele voltava e ela aceitava. E voltavam a discutir novamente e brigar.

Rompimento – Um dia Lucineide decidiu sair de casa. Ela disse aos filhos que aquela seria a última vez que eles veriam o pai bater na mãe. Lucineide diz que tomou essa decisão para os filhos não a verem sendo espancada. Os filhos ficaram com o pai porque Lucineide não possui casa própria nem condições de alugar uma. Ela diz que deveria ter se separado antes dos filhos nascerem, mas só depois de 15 anos de convivência que decidiu se separar. Atualmente Lucineide mora no trabalho e está batalhando para ter um lugar pra poder ficar com os filhos, ela diz que eles querem ficar com a mãe e não com o pai. Depois da separação Lucineide e ele se encontraram algumas vezes, ela tinha esperança que os dois reatassem o relacionamento, mas há alguns meses Lucineide não quer mais ter “contato físico” (referindo-se a ter relações sexuais) com ele. Os filhos dizem para ela não encontrar-se mais com ele, para ela não ser “a outra” do pai deles.

Análise do caso

No caso de Lucineide, a violência aparece como secundária. Lucineide sofria violência principalmente quando o casal discutia, ao falar sobre uma ex-namorada do companheiro de Lucineide. A separação ocorreu por iniciativa de Lucineide, após muitos anos, quando os

filhos já estavam “grandinhos” e podiam se virar sozinhos. Entretanto Lucineide ainda parece esperar por uma reconciliação. Mas não recebe apoio dos filhos nem da família para isso.

Dimensão Individual: Disfuncionalidade cognitiva

O ponto central do relacionamento violento vivido por Lucineide é uma ex-namorada que o seu marido teve antes de conviver com Lucineide. Ele falava dessa outra mulher, colocando-a como superior a Lucineide e este parece ser o motivo das brigas entre os dois. Lucineide diz que deveria ter rompido o relacionamento no início, mas não o fez provavelmente por crenças disfuncionais e/ou debilidades do *self* em romper o relacionamento: “Eu fiquei pensando assim, eu devia, eu não devia ter me casado, eu não sabia disso tudo, né? Por que que eu... Até hoje eu ainda fico pensando, porque que eu fiquei? Por que que eu fui morar com ele, sabendo disso tudo? E, muitas vezes a briga da gente era por causa dela. A gente discutia muito por causa dela. Porque ele falava muito dela e isso ia me irritando.” Lucineide não sabe explicar o porquê de ter entrado no relacionamento. É provável que Lucineide, mesmo percebendo indícios de que o relacionamento não daria certo, o idealizou, apostou no improvável.

Lucineide esperava que ele esquecesse a ex-namorada e o relacionamento melhorasse, por isso ela sempre adiava a ideia de separação: “Eu esperava uma mudança nele, todo ano eu esperava. Não, num vou dar entrada (no divórcio) agora não, porque pode ser que ele vá mudar, vai voltar a gostar de mim, vai se apaixonar por mim, e as coisas vai mudar. E esse dia nunca chegou, até hoje”.

Ela justifica as brigas, as discussões nas quais ele xingava a outra mulher, aquilo tudo era por amor, numa expectativa de melhoras: “eu tava fazendo por amor. Eu tava fazendo porque eu gostava muito dele, amava ele. Por amor assim, tanto as, os afazeres de casa, a dedicação que eu dei pra ele, pra os meus filhos, pra a casa, pra ele, eu fazia com muito amor, com muita vontade, muito carinho, então, eu não me sentia culpada de nada (...), a briga, era só quando eu falava, tratava a outra mal, e chamava palavrão com ela que ele se irritava. Aí ele já, já gritava.”

Após a separação, que Lucineide teve alguns encontros com ele, ela esperava que os dois retomassem o relacionamento: “Eu pensava que a gente tinha... eu tinha esperança da gente voltar. Que ele podia ligar pra mim e dizer assim venha pra cá, vamo, vamo tentar mais

uma vez, ela foi passado, deixa ela pra lá, eu já disse que ela não viesse mais aqui, eu não quero nada mais com ela, vamo tentar novamente. Essa esperança eu ainda tenho, aliás eu ainda tenho esse desejo de ouvir ele falar isso pra mim. Mas só que até agora ele não... só me chama pra ter relação. Isso ele sempre me chama. Agora pra voltar mesmo pra casa, e a gente tentar de novo, ele não me chama”.

Lucineide afirma que ainda tem essa esperança; “(Eu queria que) ele chegasse ao ponto de dizer pra mim, não, venha, que a gente vai ter outra vida. A gente vai viver como uma família, que você sempre desejou, né? aquela foi passado, eu quero, eu pretendo escutar isso dele.”

Dimensão Relacional: Funcionalidade comportamental

Lucineide conta que enquanto os filhos eram pequenos ela pensava em separar-se, mas desistia ao pensar nos filhos. Pensava em esperar os filhos ficarem maiores a ponto de fazerem atividades mínimas como tomar banho e ir para a escola, sem precisar de outra pessoa: “muitas vezes eu abria a porta do quarto e ficava olhando assim pra eles e eu ficava pensando ‘eu não vou sair agora não porque eles são muito pequenininhos, aí vou ficar mais um tempo, quando for o tempo de eu sair eu vou sair’. Mas eles eram muito pequenininhos, e eu achava eles muito indefesos. Aí eu não, não tenho coragem não. Aí pronto, foi passando os anos, eles foram crescendo...”; “eu querendo tomar coragem pra deixar logo, né, antes de vir os outros filhos, antes deles, é, eu não tinha coragem porque eles eram pequenininhos, eu tava tomando coragem pra quando eles tivesse maiorzinhos, quando ficasse mais assim, como é que eu posso dizer? Pudesse se defender, tomar um banho só, ir pra um colégio, sozinhos, que não fosse muito dependentes de mim. Aí pronto, apareceu a oportunidade né, eles tarem maiorzinhos, daí foi quando eu tive coragem e saí.”

A dinâmica do ciclo da violência era: Lucineide xingava a ex-namorada do companheiro, ele se irritava e isso desencadeava as agressões: “Ele se irritava porque eu dizia se era pra ela tá aqui, por que que ela não tá? Se era pra ela tá no meu lugar, se esse filho era pra ser seu, por que que ela não tá aqui? Aquela é uma cachorra, uma vagabunda, uma rapariga²². Eu falava nesse linguajar pra ele, aí ele ficava com ódio porque eu tratava ela dessa

²² Palavrão que significa prostituta.

forma. Aí ele ficava com raiva e partia pra cima de mim pra bater em mim, porque eu tratava ela dessa forma.”

Lucineide aponta como o estopim da separação a vergonha que começou a sentir dos filhos a vendo naquela situação: “O que aconteceu foi isso, de eu sentir vergonha de meus filhos me verem espancada por ele assim”.

Lucineide envolveu-se novamente com ele, após a separação, na expectativa de que iriam reatar o relacionamento, mas decidiu não aceitar mais os convites dele por, segundo ela, ter percebido que ele a queria apenas para satisfazer-se sexualmente: “Eu pensava, que a gente, que eu tava voltando pra casa, eu pensava que a gente ia começar dali. Eu pensava isso. Mas quando terminava, quando ele se saciava, quando ele gozava, aí ele já me mandava embora, já me tratava assim, aí eu ‘sabe de uma coisa? Eu não passo disso pra ele, então eu não vou mais’. Aí eu não fui mais. (...) quando ele me chama eu fico me lembrando, é pra isso que ele quer? Na mesma hora. Eu escuto o que ele ta falando tudinho, mas eu não vou, porque é só isso que ele quer. Se fosse outra coisa aí eu ia, mas é só isso, aí não, eu desisto, eu não vou...”

Dimensão Cultural: Apoio Social percebido

Os grupos sociais não foram muito mencionados por Lucineide. Ela comentou rapidamente que as pessoas da igreja a ajudavam nos momentos em que ela precisava, e que sua família era contra o relacionamento, assim como atualmente é contra que ela volte para ele: “eu recorria muito à igreja, recorria muito. Eu sempre tava lá, e na hora que eu precisava de ajuda, o pessoal da igreja sempre tava me ajudando”; “A minha família não era de acordo que eu fosse conviver com ele, não gostavam dele, até hoje ainda não gosta dele. Eu fui contra a minha família pra ficar com ele. Aí infelizmente não deu certo”; “até hoje ele ainda vem atrás de mim e eu falo pra a minha família, aí a minha família diz que se eu voltar com ele eu sou muito sem vergonha. Muito cara de pau. A minha família não aceita de jeito nenhum.”

A família sempre a apoiou a separar-se dele e a apoiou no momento da separação definitiva: “sempre minha família dizia ‘no dia que você deixar ele tudo vai melhorar, porque tanto os de fora, como nós, vamo dar totalmente apoio a você. Aí foi quando eu realmente saí. Saber que minha família... me ajudou muito, me incentivou mais ainda a esquecer, a deixar ele pra lá”; “quando eu me separei eu fiquei muito dependente dele, quer dizer, das coisas, eu

precisava de muita coisa e ele não queria me dar porque tava com raiva de mim. Aí eu fiquei, eu fui pra casa da minha irmã, até hoje eu durmo na casa da minha sobrinha. Não tenho lugar fixo ainda.”

Lucineide relata que se preocupava com o que os outros iriam pensar dela, quando ela pensava numa provável separação, mas que depois de um tempo parou de pensar nisso: “Eu pensava assim, das pessoas ficarem falando. Eu pensava muito, das pessoas ficarem falando ‘ah, quem num presta é você...’ eu ficava muito preocupada com esses negócios. Mas depois eu disse não, isso é coisa da minha cabeça. Aí eu não me importava mais com ninguém, quisesse dizer, falar, por mim podia falar.”

O apoio social mais importante, referido por Lucineide, é sem dúvidas, o apoio dos filhos. A imagem que os filhos de Lucineide estariam construindo dela foi o motivo largamente citado por ela para abandonar o parceiro: “Eles não queriam de jeito nenhum porque eles tavam cansados, desde pequenininhos que eles viam né, ele batendo em mim, e dizendo coisa de que não me amava, que amava outra mulher, que gostava dela, que era pra essa outra mulher tá no meu lugar, junto com os meus filhos, naquela casa. Então meus filhos foram crescendo e escutando essas coisas e aí o que aconteceu, meus filhos não querem (...). Nenhum quer de jeito nenhum me ver junto com ele. Eles não querem. Eles são a favor de que eu fique no meu canto, que ele fique lá.”

Após os reencontros com o ex-companheiro, os filhos de Lucineide mostravam-se ainda desfavoráveis ao relacionamento: “Meus filhos não gostava. Não aceitava de jeito nenhum. Eles diziam ‘Mainha a senhora tá sendo rapariga de Painho. Não seja isso não’. Ficavam dizendo essas coisas pra mim. Aí, eu, fiquei pensando assim, é vocês tem razão. Eu vou parar com isso. Aí eu parei. Mas sempre quando ele me chamava, eu sempre ia (...) “Até agora eu tô, como se diz, eu **tô me segurando** pra não ir. Porque se eu for eu sei que os meus filhos não vai gostar, não vai se sentir bem, então, por eles, por meus filhos eu não, eu não aceitei os convites dele.”

Os principais processos que favoreceram o início, a permanência e o rompimento do caso Lucineide, até aqui discutidos, estão apresentados na figura a seguir, salientando as dimensões Cognitiva, Relacional e Cultural.

a) Início		
Dimensão	Mecanismos	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença disfuncional	“Eu não devia ter me casado, eu não sabia disso tudo, né? (...) Por que que eu fiquei?”
Relacional	-	-
Cultural	-	-
b) Permanência		
Dimensão	Ocorrência	Trechos exemplares
Cognitiva	Crença irracional	“Eu esperava uma mudança nele, todo ano eu esperava”
Relacional	Equidade e custo-benefício	“Eu tava tomando coragem pra quando eles (os filhos) tivesse maiorzinhos,(...) que não fosse muito dependentes de mim.”
Cultural	-	-
c) Rompimento		
Dimensão	Ocorrência	Trechos exemplares
Cognitiva	Incipiente reestruturação da percepção de si – <i>self</i> .	“Eu não fui mais. (...) Quando ele me chama eu fico me lembrando, é pra isso que ele quer? (...) Eu tô me segurando pra não ir”
Relacional	Perda da equidade	“O que aconteceu foi isso, de eu sentir vergonha de meus filhos me verem espancada por ele assim”
Cultural	Apoio Social para romper	“Eles diziam ‘Mainha a senhora tá sendo rapariga de Painho. Não seja isso não’”

Figura 19: Dimensões e processos mais característicos do Caso Lucineide.

5.2 Análise comparativa dos casos

Esta análise corresponde à comparação dos principais pontos em comum verificados em mais de um caso. Será apresentada a descrição geral da amostra, a divisão em três subgrupos de acordo com o tempo de separação e as suas características mais recorrentes.

Os 12 casos não permitem fazer maiores inferências, mas eles são fortes indicadores do modo como ocorre o fenômeno da violência contra a praticada pelo parceiro. A análise destes casos possibilitou a descrição de aspectos importantes na compreensão dos estágios do relacionamento, e que muito provavelmente estão presentes em grande parte das mulheres em situação de violência na relação íntima.

Na figura abaixo estão distribuídos os casos, idade das mulheres, e tempo de permanência e ruptura do relacionamento:

Caso	Idade	Tempo namoro + noivado	Tempo casamento²³ (em anos)	Tempo de separação	Grupo
Dora	47	3 anos	08	17 anos	a
Isaura	49	2 anos	08	9 anos	a
Emília	52	5 anos	31	2 anos	b
Terezinha	41	-	07	-	c
Ana	47	3 meses	12	4 anos	a
Rita	57	6 meses	17	11 anos	a
Iracema	37	1 ano	17	-	c
Carolina	20	1 mês	01	1 mês	c
Laura	32	3 anos	12	-	c
Lígia	31	5 meses	13	2 anos	b
Luma	28	-	07	1 ano	b
Lucineide	44	-	15	3 anos	b

Figura 20: Idade, tempo de namoro, casamento e ruptura dos casos estudados.

As 12 mulheres tinham média de idade de 40,4 anos, desvio padrão 11. A mais nova tinha 20 anos e a mais velha 57 anos. Das 12 mulheres, 10 tinham mais de 30 anos de idade, e sete delas acima de 40 anos, isto é, já constituem o que se denomina meia-idade, indicando uma amostra predominantemente de idade madura

²³ Nesta pesquisa considerou-se casamento igual à união estável, isto é, a partir do momento que passaram a conviver na mesma residência, com vínculo conjugal, tendo havido ou não união civil ou religiosa.

As mulheres encontram-se diferenciadas em três subgrupos. O grupo a (cor azul escuro), formado por Dora, Isaura, Ana e Rita é o grupo de mulheres de *separação antiga* – mais de quatro anos de separação; o grupo b (cor azul claro) é formado por Emília, Lígia, Luma e Lucineide que constituem o grupo de *separação recente* – até três anos; e o grupo c (sem cor), formado por Terezinha, Iracema, Carolina e Laura é o grupo de mulheres que *não se separaram* do parceiro agressor²⁴. Embora Carolina tenha declarado que rompeu o relacionamento, ela foi considerada parte do grupo c devido ao curto espaço de tempo, apenas um mês. A própria Carolina afirmou durante a entrevista que em algumas brigas do casal os dois passavam um ou dois meses separados e depois se reconciliavam.

Em geral, as mulheres casaram-se ou iniciaram a união estável com o parceiro em torno dos 24 anos de idade, nos casos em que a separação ocorreu as mulheres tinham idade próxima já aos 40 anos (em média aos 38 anos) indicando certo amadurecimento para a decisão do rompimento do relacionamento violento. As mulheres dos grupos a e b, que romperam o relacionamento, passaram em média 14 anos convivendo com o agressor. Esse dado é superior ao referido por Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999), de que as mulheres passam em média cinco anos com o parceiro para então se separarem.

Três mulheres – Terezinha, Luma e Lucineide – relataram que não houve tempo de namoro, começaram o relacionamento e pouco tempo depois passaram a morar juntos. O início abrupto do relacionamento conjugal, morarem juntos sem muita convivência do casal pode ter contribuído para os atritos do casal. Ainda que este dado não seja preditor de um relacionamento violento, uma vez que as demais mulheres da amostra, que mantiveram médio ou longo tempo de namoro não foram imunes à experiência da violência na relação. Um aspecto comum às três mulheres é que possuem renda baixa – renda em torno de um salário mínimo. Porém as participantes Emília, Iracema, Carolina e Laura que possuem renda de um salário mínimo ou menos, tiveram tempos de namoro variáveis e também vivenciaram situação de violência no relacionamento.

Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999) verificaram que mulheres mais novas são mais aptas a deixarem o agressor mais cedo, todavia este dado não foi confirmado nesta amostra. Das cinco mulheres que iniciaram o relacionamento mais jovem (Lígia, Emília, Carolina, Iracema e Laura – todas começaram o relacionamento entre os 16 e 20 anos de idade), três

²⁴ Por questões de praticidade na análise comparativa será referido o agressor apenas no gênero masculino, embora, como descrito anteriormente, o caso Luma refira-se a uma parceira agressora. Ao referir-se ao caso Luma leia-se no feminino: parceira, agressora, companheira,

delas (Carolina, Iracema e Laura) ainda permanecem com o agressor. As duas últimas convivem com o agressor há mais de 10 anos.

O perfil sócio-demográfico de todas as mulheres da pesquisa está apresentado na figura a seguir. Manteve-se a distinção, através das cores, dos três subgrupos – separação antiga (azul escuro), separação recente (azul claro), grupo de mulheres que não se separaram (sem cor).

Caso	Escolaridade Atual	Houve mudanças na escolaridade após o relacionamento?	Renda Atual ²⁵	Houve mudanças na renda após o relacionamento?
Dora	Sup. Inc.	Não	4	Não
Isaura	Sup. Comp.	Não	2	Diminuiu
Emília	Médio Inc.	Aumentou	1	Aumentou
Terezinha	Sup. Inc.	Não	1	Diminuiu
Ana	Sup. Comp.	Não	2	Diminuiu ²⁶
Rita	Médio Comp.	Não	3	Diminuiu ²⁶
Iracema	Fund.Inc.	Não	1/4	Diminuiu
Carolina	Médio Inc.	Não	1/2	Aumentou
Laura	Médio Comp.	Não	Bolsa família	Diminuiu
Lígia	Sup. Inc.	Aumentou	5	Aumentou
Luma	Médio Comp.	Aumentou	1	Aumentou
Lucineide	Médio Comp.	Aumentou	1	Aumentou

Figura 21: Escolaridade, Renda e respectivas mudanças após o relacionamento.

A escolaridade variou de Ensino Fundamental Incompleto a Ensino Superior Completo. Foi perguntado se a escolaridade mudou após o relacionamento com o parceiro. Algumas informaram que a escolaridade que tinham quando começaram o relacionamento com o parceiro era a mesma que têm hoje, outras responderam que pararam de estudar quando se casaram por questão financeira ou de tempo ou porque o companheiro não queria. Algumas conseguiram, depois do início do relacionamento avançar nos estudos, principalmente depois que os filhos já estavam mais crescidos.

A renda das mulheres variou de R\$ 44,00 (referido por uma mulher como o valor que ela recebe do benefício social (Bolsa Família) dos filhos, até R\$ 2.500,00, média de R\$

²⁵ Renda individual da mulher. Valor aproximado, em salários mínimos: tomou-se como valor de referência de um salário mínimo R\$ 510,00

²⁶ Nestes casos a renda da mulher continuou a mesma, entretanto ela teve que arcar com as despesas da casa, anteriormente mantidas pelo companheiro.

874,00. Em salários mínimos, variou de 1/10 de um salário a cinco salários, média de 1,5 a 2 salários mínimos. Quanto a mudanças na renda da mulher ao longo do tempo, depois que iniciou o relacionamento e após o rompimento, a grande maioria (11 das 12 mulheres) afirmou que a renda mudou. A mudança na renda pode ter sido favorável à manutenção ou ao rompimento. Nos casos em que a mulher, junto com o parceiro, tinha uma renda maior do que tem hoje, a renda pode ter sido um elemento que a fazia adiar a separação, pois a renda do companheiro representava ou a garantia da subsistência da mulher e dos filhos, ou simplesmente uma vida mais confortável. Já os casos em que a mulher não tinha renda, ou tinha uma renda baixa e passou a ter uma condição financeira melhor, a mudança pode ter sido um facilitador para a separação, pois a mulher poderia sentir-se segura de que poderia sustentar-se e a seus filhos sem precisar do companheiro.

Verifica-se que as mulheres do grupo de separação antiga possuem renda significativamente superior às demais. Foram consideradas do grupo de separação antiga as mulheres cujo tempo de separação fosse superior a quatro anos. Vale salientar que no ano 2006 (aproximadamente quatro anos antes da coleta dos dados) foi aprovada a Lei Maria da Penha, que pode ter desencadeado um maior fortalecimento da crença social de apoio à mulher vítima de violência. Esta crença pode ter favorecido o rompimento nos casos do grupo de separação recente. Por outro lado as mulheres do grupo de separação antiga podem ter necessitado de uma condição financeira mais significativa para assumir e permanecer separada do companheiro.

Quanto à profissão, sete mulheres trabalham em profissões que exigem o Ensino Médio como nível de escolaridade: funcionária pública de nível médio, professora, vendedora; e cinco mulheres exercem profissões que não exigem grau de escolaridade ou exigem o Ensino Fundamental, por exemplo: empregada doméstica, babá, auxiliar de serviços gerais.

Quanto à religião cinco mulheres se declararam católicas, quatro se declaram evangélicas, duas mulheres declararam interessarem-se pelo Espiritismo e uma mulher se declarou sem religião.

As mulheres apresentaram diferentes significados à religião frente à situação de violência. É preciso fazer uma ressalva, muitas mulheres diferenciaram religião e fé. Em geral, elas atribuíam significado à fé que tinham, e deixavam claro que discordavam de alguns pontos da religião que seguiam. A fé era relacionada a um conforto espiritual, uma “anestesia” à dor da violência, força para suportar a convivência difícil com o parceiro e

principalmente, a fé se refletia na paciência e esperança, de anos e anos em alguns casos, de que o parceiro mudasse.

A seguir, na figura 22, estão apresentados os principais processos, referentes a cada dimensão, identificados nas histórias das 12 mulheres participantes. A primeira coluna corresponde ao nome do mecanismo e à dimensão que o processo corresponde. Na segunda coluna encontram-se os nomes das mulheres que apresentaram tais processos; e na terceira coluna constam os estágios do relacionamento em que o processo foi referido pela mulher, se no início, se na permanência ou se no rompimento. Alguns processos foram evidenciados em dois momentos na mesma mulher, por exemplo, uma disfuncionalidade cognitiva presente no início pode ter se intensificado ou mesmo se mantido na permanência; em outros casos o mesmo mecanismo foi verificado na permanência e no rompimento, entretanto de forma inversa, por exemplo: uma funcionalidade comportamental que garantiria a permanência, ao ser quebrada, suscita o rompimento.

O agrupamento dos dados foi realizado a partir das histórias relatadas pelas mulheres. A situação de violência, por ser um tema saliente, ficou bastante evidenciada em alguns casos. Nestes casos as mulheres pouco ou muito superficialmente se referiam ao começo do relacionamento. Deste modo, determinados processos cognitivos das mulheres, que foram verificados na permanência do relacionamento não são passíveis de serem inferidos se preexistiam ou não no início da relação.

PROCESSOS	CASOS	ESTÁGIO
Crença disfuncional na mudança do comportamento violento do parceiro com o passar do tempo	Dora, Isaura Lucineide	Início
	Emília, Ana Rita, Iracema, Laura, Lígia, Luma, Lucineide	Permanência
Debilidade do <i>self</i> para lidar com situações de conflito	Dora, Isaura, Terezinha, Rita, Carolina, Laura, Luma, Lucineide	Permanência
Baixa auto estima	Terezinha, Luma	Início
	Iracema, Carolina, Laura, Luma, Lucineide	Permanência
Baixa eficácia percebida	Emília, Terezinha, Laura, Lígia	Permanência
	Emília	Rompimento (após empoderamento)
Controle externo	Emília, Terezinha, Laura	Permanência
Redução da responsabilidade do parceiro	Terezinha	Permanência

Figura 22: Processos da dimensão cognitiva mais evidentes nas histórias dos relacionamentos das mulheres.

Processos referentes à dimensão cognitiva foram mais evidenciados nos estágios do início e permanência da mulher no relacionamento violento. Nestes estágios foram verificadas disfuncionalidades cognitivas que provavelmente reforçaram a manutenção do relacionamento. Disfuncionalidades como as crenças auto-referentes negativas – auto-estima, controle percebido e auto-eficácia; e principalmente a crença disfuncional na mudança futura do parceiro e o indicativo de debilidade do self para lidar com as diferenças do casal. Esse comportamento evitativo foi verificado na grande maioria dos casos, a mulher o descrevia como sua intenção de evitar o agravamento da violência, omitindo-se, ajustando-se às vontades do parceiro, calando-se durante as discussões e esquivando-se dos pontos de atrito do casal, sem, no entanto, resolver tais fontes de conflito de outra forma, ou em outro momento.

Esta dificuldade pode ter sido originada em fases anteriores de desenvolvimento da mulher ou no próprio relacionamento, e constitui a ausência de assertividade, que, entretanto, pode ser aprendida. A mudança cognitiva, representada claramente por uma mudança na percepção de eficácia frente à situação de violência, foi verificada nos casos Emília e Iracema. Iracema, ainda que apresente uma postura mais assertiva na relação com o parceiro, mantinha-se no relacionamento até a época da segunda parte da entrevista. No caso Emília o empoderamento provavelmente favoreceu uma ampliação de sua percepção de capacidade, sem ser o determinante pura e simplesmente da separação. Viu-se que no caso Emília o rompimento foi motivado também pelo apoio social (dos filhos e da comunidade) e pela perda da funcionalidade cognitiva alcançada por Emília quando conseguiu um emprego.

A debilidade do *self* em lidar com o conflito conjugal (disfuncionalidade cognitiva), além de estar associada ao estágio da permanência pode acentuar ainda mais o conflito. Isto porque gera acúmulo de tensão, episódios de frustração e raiva na mulher, e provavelmente eclodirá em algum momento, aumentando as chances de desencadear um episódio de agressão por parte do companheiro.

Borin (2007) verificou que as mulheres participantes de sua pesquisa demonstravam acreditar que eram responsáveis pelas agressões sofridas. Elas percebiam que os parceiros as agredem porque elas fizeram ou deixaram de fazer algo e eles não gostaram. Ao que parece, as mulheres entendem o ciclo da violência, mas não conseguem mudar (nem tampouco seus parceiros) o padrão de resposta às divergências do casal.

Um aspecto que merece destaque é a interação entre as dimensões cognitiva e cultural no caso Terezinha. Terezinha deparou-se com a ausência de apoio social quando foi até a delegacia com as testemunhas para dar prosseguimento ao processo de denúncia. Passou horas

e não foi atendida. Voltou para casa e decidiu aceitar o parceiro de volta. Esta experiência Terezinha não interpretou como ineficiência da instituição ou como uma realidade de desamparo. Terezinha se ajustou cognitivamente, associando o ocorrido a um sinal divino de que deveria dar outra chance ao parceiro. A experiência de ausência de apoio a Terezinha alimentou sua crença (disfuncional) de que poderia mudar o parceiro, crença de que tudo que estava vivendo era da “vontade de Deus”.

A seguir, na figura 23 estão apresentados os principais processos relacionais associados a cada fase dos casos estudados.

Percebe-se que, diferentemente da dimensão cognitiva, esta dimensão está associada a todos os momentos do relacionamento. Indicando que a previsão de funcionalidade favorece a entrada, a constatação da funcionalidade acentua a manutenção e a perda da funcionalidade influencia o rompimento da relação violenta.

PROCESSOS	CASOS	ESTÁGIO
Benefício de estar na casa/ter garantida a manutenção do lar	Isaura, Emília, Ana, Iracema, Carolina, Laura, Lígia, Luma, Lucineide	Permanência
	Dora, Emília, Lígia	Rompimento (perda do benefício ou viu que já poderia manter os filhos sem ele)
Benefício de manter o pai junto com os filhos	Dora, Ana, Rita, Iracema, Laura	Permanência
Benefício de que o parceiro não cumpra as ameaças	Isaura, Emília, Terezinha, Rita	Permanência
Benefício da sexualidade na conjugalidade	Dora	Início
	Dora, Lígia	Permanência
Perda da equidade: ameaça à vida da mulher	Isaura, Ana, Lígia	Rompimento

Figura 23: Processos da dimensão relacional mais evidentes nas histórias dos relacionamentos das mulheres.

O benefício comportamental que foi identificado no maior número de casos foi a manutenção do lar, ou a questão da moradia, de não ter outro lugar para morar, citado por nove das 12 mulheres em algum momento da permanência no relacionamento. A mulher, neste sentido, permanecia no relacionamento mesmo com a ocorrência dos episódios de violência porque avaliava perdas muito maiores se optasse pela separação.

Outro dado muito frequente, citado por cinco mulheres, foi a preocupação com o relacionamento pai e filho. As mulheres alegavam que se preocupavam com o sofrimento dos filhos caso se separasse do parceiro. A faixa etária dos filhos variou, algumas mulheres

relatavam este tipo de preocupação apenas quando os filhos eram crianças (Dora, Lucineide), mas outras se preocupavam com os filhos mesmo eles encontrando-se no final da adolescência, em torno dos 18 anos de idade (Rita e Iracema).

Borin (2007) também destacou a preocupação os filhos como um dos principais aspectos verificados em sua pesquisa. As mulheres de sua pesquisa, realizada numa Delegacia da Mulher, declaravam que não se separaram ainda do marido por causa dos filhos.

Esta justificativa utilizada pelas mulheres pode estar relacionada à crença de que os pais juntos favoreceriam um desenvolvimento mais saudável dos filhos. Segundo Felzenszwalb (2003), a quebra do vínculo com o pai realmente pode provocar dificuldades no desenvolvimento do filho. Entretanto é possível que filho e pai estabeleçam novas formas de convivência, de modo que a figura do pai esteja presente no convívio do filho, mesmo estando pai e mãe separados. Esse rearranjo familiar certamente provoca menos consequências adversas do que as causadas pela observação direta e constante do filho de um clima de tensão e violência entre os genitores.

A funcionalidade comportamental da sexualidade foi pouco mencionada pelas entrevistadas, porém não se descarta que este aspecto exerça papel relevante no relacionamento. Trata-se, no entanto de um tema delicado – talvez até anti-normativo para algumas assumir que sentem prazer sexual com o seu algoz – e que muitas mulheres provavelmente têm dificuldade em lidar com esse assunto em poucos contatos com a entrevistadora.

As ameaças do parceiro constituíram outra explicação relacional para a permanência da mulher no relacionamento. Elas teriam consciência da relação abusiva, mas não romperiam o relacionamento com o agressor por medo de uma consequência bem pior que a agressão que sofriam: a sua morte ou de outras pessoas próximas a ela. De fato, muitas mulheres são assassinadas não durante o relacionamento, mas após separar-se do agressor (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999). Em alguns casos todavia, o medo pode ser irracional. Algumas mulheres que relataram ter medo do parceiro quando conviviam com ele perderam o medo, no caso Rita não está claro o porquê da mudança e nos casos Emília e Iracema deu-se após o contato com grupos de mulheres.

Já no caso Terezinha o medo é referido por ela como aquilo que ainda a mantém junto do parceiro. No caso de Terezinha as ameaças não são apenas direcionadas a ela, mas aos familiares dela e até ao próprio agressor. Ele ameaça matar os filhos dela e até se matar caso ela venha a se separar dele. Outro caso onde o medo foi referido foi Lígia. Embora esteja separada, Lígia teme que o ex-companheiro atente contra a sua vida, uma vez que ela

mantinha a casa quando conviviam juntos e, segundo ela, depois da separação ele ficou sem direito aos bens. Lígia porém, confia no apoio institucional da polícia, e acredita que ele não fará nada contra ela porque ela fez a denúncia e ele sabe que seria punido se, por exemplo, ele tentasse matá-la.

A tentativa de assassinato foi o estopim do rompimento definitivo em três casos. Este fato pode ser identificado como a quebra em qualquer funcionalidade comportamental preexistente. Estes dados assemelham-se aos de Parente (2007) que verificou em sua pesquisa que a probabilidade de a mulher denunciar e manter a denúncia é maior quando há ela experiencia uma tomada de consciência da severidade da violência e os benefícios em evitar o pior.

É preciso destacar aqui, no entanto, que outras mulheres relataram episódios em que perceberam que poderiam ter sido mortas devido às agressões do parceiro e nem por isso separaram-se definitivamente (Carolina, Rita). Nestes casos de não-denúncia ou não-rompimento numa iminência de ser assassinada parecem estar relacionados fatores cognitivos e/ou outras funcionalidades comportamentais e apoio social.

A próxima figura apresenta os processos da dimensão cultural verificados nos 12 casos estudados. A dimensão cultural foi notadamente observada nos estágios da permanência e do rompimento.

Verifica-se que a se por um lado a percepção de apoio motiva a mulher a romper o relacionamento, a ausência do apoio favorece a manutenção. Porém os diferentes grupos sociais representam apoios sociais com pesos diferentes para as mulheres. A ausência do apoio familiar (contrapondo-se ao apoio dos amigos) mostrou-se mais importante na decisão de Laura em permanecer no relacionamento.

Sobretudo o apoio dos filhos mostrou-se de grande relevância para a manutenção do rompimento. Este dado, não encontrado em outros estudos, parece ter sido decisivo para os casos Ana, Rita, Emília e Lucineide.

PROCESSOS	CASOS	ESTÁGIO
Apoio de familiares/ amigos/ conhecidos, à permanência do relacionamento	Ana	Início
	Dora, Carolina, Laura	Permanência
Ausência de apoio social ou percepção do apoio como insuficiente	Rita, Iracema, Luma, Terezinha	Permanência

Adesão a crenças sociais sobre a perpetuação do casamento	Emília, Rita, Laura, Lígia	Permanência
Atender a expectativas dos familiares, amigos	Dora, Ana	Permanência
Falta de apoio das instituições: lei, polícia, justiça	Terezinha, Rita	Permanência
Apoio de familiares/ amigos/ conhecidos, ao rompimento do relacionamento	Emília, Ana, Carolina, Luma, Lucineide	Rompimento
Apoio dos filhos para romper o relacionamento	Isaura, Emília, Ana, Rita, Lucineide	Rompimento

Figura 24: Processos da dimensão cultural mais evidentes nas histórias dos relacionamentos das mulheres

O apoio social concreto, percebido através do apoio dos grupos sociais foi mais evidenciado do que o apoio social abstrato – crenças sociais. Estas foram observadas claramente em quatro casos na forma das crenças sociais de que o casamento deve ser *até que a morte os separe*. Esta crença associava-se ao adiamento da separação, entretanto três dos quatro casos a mulher culminaram com a rompimento da relação.

Quanto ao apoio social concreto cinco mulheres relataram a importância de ter percebido apoio dos familiares ou amigos para a separação. Este dado também foi encontrado por Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999). Eles verificaram que o suporte da família e dos amigos era central para a decisão da mulher de deixar o parceiro agressor.

Após a análise de todas as dimensões e a presença dos respectivos processos em cada estágio do relacionamento pôde-se elaborar a figura 25. Na figura apresentam-se quantos e em que momentos cada processo foi evidenciado nos casos estudados. A observação da figura permite verificar quais dimensões apresentam maior predominância em cada estágio do relacionamento.

Dimensão	Crença na mudança do comportamento violento do parceiro	Indicadores de controle externo percebido	Indicadores de baixa auto estima	Indicadores de baixa eficácia percebida	Indicadores de debilidade do <i>self</i> para lidar com situação conflitiva	Redução da responsabilidade do parceiro
Estágio						
Início	3	-	2	-	-	-
Permanência	9	3	5	4	8	1
Rompimento	-	-	-	1	-	-
Dimensão	Sexualidade na conjugalidade	Relação pai-filho	Medo das ameaças	Despesas mantidas pelo marido	Tentativa de assassinato	
Estágio						
Início	1	-	-	-	-	
Permanência	2	5	4	9	-	
Rompimento	-	-	-	3	3	
Dimensão	Apoio social para ficar	Apoio social para romper	Apoio dos filhos para romper	Crenças sobre o casamento	Atender às expectativas da família	Ausência de apoio das instituições
Estágio						
Início	1	-	-	-	-	-
Permanência	7	-	-	4	2	2
Rompimento	-	5	5	-	-	-

Figura 25: Relação entre as dimensões mais evidenciadas em cada estágio do relacionamento.

Verifica-se que a dimensão cognitiva esteve fortemente relacionada ao início e permanência no relacionamento. Exemplificando a disfuncionalidade cognitiva observou-se a utilização de crenças disfuncionais que sustentavam a esperança na mudança do parceiro; crenças auto-referentes disfuncionais dos tipos “ninguém vai me querer além dele (Carolina)”; “não consigo viver sem ele (Laura)”; “eu não tenho forças pra reagir de alguma forma (Emília)”.

A dimensão relacional apresentou grande destaque na permanência e destaque um pouco menor no estágio do rompimento.

A dimensão cultural mostrou-se importante tanto na permanência como no rompimento do relacionamento violento. Em alguns casos as dimensões relacional e cultural encontram-se quase sobrepostas, os mecanismos de ambas se complementam. Por exemplo, nos casos em que a permanência era devida à importância que a mulher atribuía à união da família, ou à presença do pai na criação dos filhos e a partir de um certo ponto (quando os filhos atingiram uma certa idade) os próprios filhos passaram a apoiar ou incentivar a mãe à separação. Nestes casos uma funcionalidade comportamental foi suprida pelo apoio dos filhos à separação.

A percepção da possibilidade de ser assassinada pelo companheiro foi responsável por três rompimentos. Remetendo estes dados ao modelo proposto, pode-se afirmar que a iminência da morte desequilibrava a equidade que porventura existisse na relação com o parceiro. A mulher que outrora pensou não haver saída para a situação de violência, ou

pensou na importância da presença do pai na criação dos filhos, ao pensar que poderia ter ocorrido a sua morte decide que é preciso encontrar uma solução, ou até mesmo criá-la. Santos (2008) encontrou em sua pesquisa dado semelhante. A maioria das entrevistadas procurou a Delegacia da Mulher após um ato considerado grave, no qual foram fortemente ofendidas fisicamente e sentiram suas vidas e de seus filhos ameaçadas.

A análise do relacionamento exige cautela e ponderação. A relação está envolvida por um contexto complexo, no qual as três dimensões se influenciam mutuamente. Os dados analisados sugerem que para que haja o rompimento têm grande importância as dimensões relacionais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo pôde-se observar que na grande maioria dos casos as mulheres percebiam o conflito conjugal, porém alimentavam esperanças irracionais de mudança do parceiro. O aspecto cognitivo disfuncional mais evidente, manifesto num nível comportamental, verificado em quase todas as mulheres, foi o de omitir-se, calar-se ou esconder algum comportamento que o companheiro não gostava, com o intuito de evitar o conflito. Este comportamento mostra debilidades do *self* em lidar com as diferenças entre os cônjuges, e não é garantia de harmonia no casal. Contínuas reações nesse sentido geram desconfiança e insegurança de ambas as partes, acumulando tensão.

A funcionalidade comportamental foi fortemente citada como justificativa da manutenção do relacionamento violento. A mais saliente foi de cunho material, exemplificada pela manutenção das despesas pelo marido, a casa onde moravam como único local que a mulher tinha para ficar, o cuidado dos filhos visto como impossível ou muito sacrificado sem o marido. Este fator dialoga diretamente com a ausência de apoio social, isto é, a mulher não percebia que poderia contar com os familiares, amigos ou mesmo instituições e por isso mantinha-se com o parceiro violento.

Em alguns casos, houve a quebra da funcionalidade comportamental porque a mulher passou a ter condições de manter-se sem tanta necessidade do companheiro, ou porque sofreu uma tentativa de violência, e o relacionamento foi rompido. Muitas destacaram a importância do apoio social para manter o rompimento. Um dos achados mais relevantes da pesquisa foi a importância do apoio social especificamente dos filhos para o rompimento. Isto porque muitas mulheres relataram que se preocupavam com a separação dos filhos e do pai, que o cuidado para *elas* não sofrerem era o que mais a mantinha no relacionamento violento. Contudo os filhos, a partir da adolescência, passaram a incentivar a mãe a separar-se ou mesmo criticar a conformidade da mãe à situação.

É certo que o tema do relacionamento violento é deveras invasivo e desconcertante para ser exposto pelas mulheres num primeiro e segundo encontro. Cada uma, de acordo com sua maturidade pessoal ou amadurecimento sobre o assunto descreveu a experiência do seu modo. Algumas mais ricas em detalhes, possibilidades, explicações, autocríticas, outras não. Provavelmente informações importantes tenham sido omitidas, dando maior ênfase a questões mais socialmente aceitas. De posse dos dados obtidos a partir deste estudo pode-se destacar a importância da existência efetiva de políticas ou programas de apoio que sirvam de suporte

para a mulher que não conta com apoio social dos amigos e familiares. Em alguns casos pareceu haver uma dependência emocional da mulher, sustentada por crenças auto-referentes disfuncionais (auto-estima, controle percebido, eficácia percebida). Nestes casos, não basta que a mulher se separe do companheiro, é preciso que ela consiga recuperar ou reestruturar seu *self*, as suas crenças “eu sou...”, “eu posso...”; “eu vou conseguir...”

Temas mais polêmicos como sexualidade foram pouco frequentes, o que não indica ser menos importante, neste caso sugere-se aos psicoterapeutas que trabalhem com a temática buscar aprofundar os significados da sexualidade na relação da vítima com o companheiro, ou mesmo como a mulher lida com a própria sexualidade.

Este estudo propôs um modelo de análise do fenômeno da violência contra a mulher nas relações íntimas. Não foi possível concluir se o modelo comprova-se em todas as suas teorizações, porém ficou evidente que as três dimensões propostas são úteis para a análise do fenômeno. Vê-se que as dimensões algumas vezes se confundem, não estão totalmente dissociadas uma da outra. Os aspectos culturais refletem-se no aspecto relacional, e ambos são em todo tempo absorvidos, questionados e transformados cognitivamente, e obviamente, as mudanças cognitivas alteram o significado atribuído aos aspectos relacionais e culturais. A ampliação dos estudos de casos com base no modelo poderá oferecer maior convicção acerca da dinâmica entre os fatores de cada dimensão em cada fase do relacionamento violento, bem como favorecer ajustes ao modelo, se necessário.

O enfrentamento desta questão de segurança pública, de saúde pública e de tantas outras áreas do conhecimento não pode ocorrer considerando apenas uma ou outra dimensão isoladamente. São necessárias políticas que visem à autonomia da mulher, independência financeira, cuidado aos filhos em creches e escolas, mas também ações institucionais efetivas de proteção à mulher vítima de ameaças do parceiro, sem esquecer de atendimento psicológico nos casos que se fizer necessário.

REFERÊNCIAS

- Ahrons, C.R. (1980) Redefining the divorce family: a conceptual framework. **Social Work**, Chicago, v. 25, p. 437-441.
- Anderson, C. A., Bushman B. J. (2002). Human Aggression. **Annu. Rev. Psychol.** Department of Psychology, Ames: Iowa State University. 53:27–51.
- Avanci, J. Q., Assis, S. G., Santos, N. C. dos. & Oliveira, R. V. C. (2007). Adaptação Transcultural de Escala de Auto-Estima para Adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20(3), 397-405.
- Azevedo, M. A. (1985). **Mulheres espancadas. A violência denunciada.** São Paulo: Cortez.
- Baptista, M. N. (2001) **Avaliação das Crenças Obsessivas e Disfuncionais em Pacientes com Transtorno Obsessivo-Compulsivo: um estudo Caso-Controle.** (Tese Doutorado) São Paulo: UNIFESP – Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria.
- Beck, A. T.; Freeman, A.; Davis, D. D. (e cols.) (2005). **Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed.
- Beck, J. S. (1997) **Terapia cognitiva: Teoria e Prática.** Porto Alegre: Artmed.
- Blomm, B.L.; White, S.W.; Archer, S.J. (1978) Marital disruption as a stressor: a review and analysis. **Psychological Bulletin**, Duke, v. 6, p. 564-573.
- Borin, T. B. (2007) **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas.** Dissertação (mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- Braghini, L. (2000). **Cenas repetitivas de violência doméstica.** São Paulo: Editora Unicamp.
- Brandão, E.R. (1996). **Nos corredores de uma Delegacia da Mulher: um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, UERJ.

- Camino, L. (2005). A construção de uma perspectiva psicossociológica no estudo do comportamento político. In: Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., Da Costa, J. B. (Orgs.) **A Psicologia Política na perspectiva psicossociológica: estudo das atividades políticas**. v1. Goiânia: UCG.
- Campbell, D. T. (2005) Apresentação. In: Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman.
- Cozby, P. C. (2003) **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas.
- Crowell, N. A.; Burgess, A. W. (Orgs.) (1996). **Understanding Violence Against Women**. National Academy of Sciences, Washington: National Academy Press. Disponível em: http://www.nap.edu/catalog.php?record_id=5127
- Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders DSM IV (1994) 4 ed. **American Psychiatric Association**, Washington, DC.
- Diniz Neto, O. (2005) **Jogos conjugais: proposta de um modelo construcionista social para terapia de casais**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio.
- Espinosa, L. M. C. (2004) **Más allá del género: Nuevos enfoques de “nuevas” dimensiones y direcciones de la violencia em la pareja**. (Tese Doutorado) Barcelona: Universidade autônoma de Barcelona: Doutorado em Psicologia Social.
- Felzenswalb, M. (2003) **Partenogênese: os efeitos da exclusão do pai no desenvolvimento da personalidade e na dinâmica familiar**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, UERJ.
- Féres-Carneiro, T. (2003) Construção e dissolução do laço conjugal em terapia de casal. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, p. 201-214.
- Frank, Stefanie. (2009) **A violência contra a mulher por parceiro íntimo em artigos científicos. Uma revisão sistemática do período 2003-2007**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- G1. (2009) **Portal de Notícias da Globo**. Parceiros íntimos são os maiores responsáveis por violência contra mulher. Disponível g1.globo.com/Noticias/Ciencia/ em: acesso em Set de 2009.

Goldstein, J. H. (1980) **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Guanabara.

Gottman, J.M.; Coan, J.; Carrere, S.; Swanson, C. (1998) Predicting marital happiness and stability from newlywed interactions. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, v. 60, p. 5-22.

Gregori, M. F. (1993). **Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs.

Heise, L., Ellsberg, M., Gottemoeller, M. (1999). Ending Violence Against Women. **Population Reports**, Series L, No. 11. Baltimore: Johns Hopkins University School of Public Health, Population Information Program.

Ibope/Instituto Avon. (2009) **Percepções sobre a violência contra a mulher no Brasil**. Disponível em www.agenciapatriciagalvao.org.br Acesso em Dez 2009.

Instituto Sangari (2010). **Mapa da violência 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil**. Disponível em www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/homicidios_mulheres.html Acesso em Jul 2010.

Izumino, W. P. (2004) **Justiça e violência contra a mulher**: papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. 2. ed. São Paulo: Annablume, FAPESP.

Jackman, M. R. (2002) Violence in Social Life. **Annu. Rev. Sociol.** Davis: Department of Sociology, University of California. 28:387–415.

Jacobucci, P. G. (2004) **Estudo psicossocial de mulheres vítimas de violência doméstica, que mantêm o vínculo conjugal após terem sofrido as agressões**. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Lazarus, A. A. (1992). **Mitos conjugais**. Campinas: Editorial Psy.

Lega, L. I. (2007) A terapia racional-emotiva: uma conversa com Albert Ellis. In: Caballo, V. E. **Manual de técnicas de terapia e modificação comportamental**. 2.ed. Curitiba: Santos Editora.

- Miller, R. S. Dysfunctional relationships. (1999) In: Kowalski, R. M.; Leary, M. R. **The social psychology of emotional and behavioral problems: interfaces of social and clinical psychology**. (p. 311-338) Washington: APA.
- Moscovici, S. (2003) **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, P. M. de; Carvalho, M. L. de O. (2005) Violência contra a mulher: tipos de agressão e auto-percepção como vítima. Londrina: **UNOPAR Cient., Ciênc. Biol. Saúde**. v. 7, n. 1, out (p. 43-48).
- Parente, E. de O. (2007). **Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza.
- Peçanha, R. F. (2005) **Desenvolvimento de um protocolo piloto de tratamento cognitivo-comportamental para casais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia – UFRJ, Rio de Janeiro.
- Ramos, V. L. S. (2006-2008). **O papel da saúde no enfrentamento à violência e ao abuso sexual contra criança e adolescente**. In: Caderno de textos Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro – PAIR. Mato Grosso do Sul, UFMS.
- Rede Nacional Feminista de Saúde (2001). **Saúde da mulher e direitos reprodutivos**. Regional Pernambuco.
- Romano, A.; Negreiros, J.; Martins, T. (2007) A validação da escala de auto-estima de Rosenberg. **Psicologia, saúde & doenças**. 8 (1), 109-116.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings: Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz (Org.), **Advances in Experimental Social Psychology** (Vol. 10, pp.174-221). New York: Academic Press.
- Saffioti, H. I. B. (2002) Violência contra a mulher e violência doméstica. In: Bruschini, C.; Unbehaun, S. G. (Orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. (p. 322-338) São Paulo: FCC.

- Sanchis, J. S. (2005) **Estudio de los factores que favorecen la continuidad en el maltrato de la mujer.** (Tese Doutorado) Valença: Universidade de Valença, Departamento de Personalidade, Avaliação e Tratamentos Psicológicos.
- Santos, C. M.; Izumino, W. P. (2005) Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe.** Universidade de Tel Aviv.
- Santos, C. R. (2007) **Quero um basta! Experiências de mulheres que fizeram denúncia na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) em Salvador.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) UFBA, Salvador.
- Santos, S. A. dos. (2005). Transtornos de personalidade: a contribuição dos esquemas. **Revista Eletrônica da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro.** V. 9.1, n.1 Jan/Jun: 45-50.
- Schraiber, L.B.; d'Oliveira, A. F. L. P. (1999) Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação.** v3, n5.
- Seade (1987). **Um retrato da violência contra a mulher.** 2038 B.o. São Paulo: SEADE/CECF.
- Seligman, M. (1975). **Helplessness: On depression, development, and death.** San Francisco: Freeman.
- Suárez, M.; Bandeira, L. (2002) A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: Bruschini, C.; Unbehaum, S. G. (Orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** (p. 295-320) São Paulo: FCC.
- Walker, L.E.A. (1979). **The battered women syndrome.** New York: Harper y Row Publishers.
- _____. (2009). **The battered women syndrome.** 3.ed. New York: Springers Publishers.
- Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman.

ANEXO 1 – Roteiro para entrevista

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa do Mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. O mestrado geralmente se preocupa em estudar temas comuns que fazem parte da sociedade e afetam as pessoas em geral. No nosso caso estamos estudando mulheres que sofreram violência de seu namorado, marido ou companheiro e que superaram essa situação de violência. Nosso objetivo é entender o que ajuda e o que dificulta a mulher a romper a relação. Faremos isso comparando as experiências de diferentes mulheres da Paraíba. Gostaríamos de pedir a sua colaboração em participar desse estudo. Consideramos que, com essas informações, poderemos ajudar outras mulheres a sair da situação violenta que estejam vivendo. Sua participação é voluntária, tendo a liberdade de desistir a qualquer momento caso deseje. Lembrando que seus dados serão mantidos em sigilo, seu nome não será divulgado em nenhum momento, como também não será exposta nenhuma informação oferecida por você que possa te identificar. O meu nome (mestranda) é Ana Angélica e o nome do meu orientador é Joseli Bastos, caso você tenha alguma dúvida ou queira entrar em contato para alguma informação pode ligar para os telefones: 9928-1659, 8810-0881. Você tem alguma dúvida? Algum comentário que queira fazer?

Primeira parte

Você poderia contar como foi a sua experiência com a violência desde o início? Fale sobre tudo o que você achar importante nessa experiência.

(Caso seja necessário: você pode contar a história do seu contato com essa violência desde o início, desde quando tudo começou; se for o caso, desde o início do casamento, namoro, outros namorados que você teve ou outras experiências, enfim, tudo o que você achar importante para contar a história da sua vida em relação a essa experiência da violência)

Segunda parte

- ✚ Tem mais alguma coisa que você pensou depois da primeira entrevista que você gostaria de me falar?

I – Levantamento do Perfil

- ✚ Idade
- ✚ Escolaridade (hoje e na época)
- ✚ Renda (hoje e na época)
- ✚ Religião (relação com a religião ao longo do tempo)
- ✚ Profissão
- ✚ Onde viveu durante a infância e no início do casamento (interior ou região da capital)
- ✚ Como era a família (nuclear ou estendida)? Que papel a família teve na relação com o companheiro?
- ✚ E os amigos?
- ✚ Filhos (como era a relação deles com a violência)
- ✚ Tempo decorrido entre o namoro, “casamento”, e separação
- ✚ Como é a relação com o ex-companheiro hoje

II – Aprofundamento da primeira parte da entrevista

- ✚ (pontos específicos de cada entrevistada)
- ✚ Quais as coisas mais importantes na relação de vocês? Que papel tinham na volta?
- ✚ Quando você era humilhada, quando ele te depreciava, como você se sentia?
- ✚ Você acreditava naquilo que ele estava dizendo? (se não acreditava, como fazia para lidar com a contradição, o que você dizia para si mesma?)
- ✚ E nas ocasiões em que ele te agrediu?
- ✚ Você pensava em se separar? Você se sentia capaz de viver sem ele?
- ✚ Você acha que você tinha alguma responsabilidade, culpa no comportamento agressivo dele? Qual o papel você tinha?

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada Senhora

Esta pesquisa é sobre violência contra a mulher nas relações íntimas e está sendo desenvolvida por Ana Angélica Pereira Souza aluna do Mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Joseli Bastos da Costa

O objetivo do estudo é compreender os fatores importantes para o rompimento da violência nas relações íntimas, praticada por namorados, cônjuges ou parceiros.

A finalidade deste trabalho é contribuir no auxílio a mulheres que vivem em situação de violência e não conseguem romper o relacionamento. Os resultados poderão ajudar na proposta de políticas de combate à violência nas relações íntimas e orientar a atividade de profissionais que trabalham nessa área.

Solicitamos a sua colaboração para realizar uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

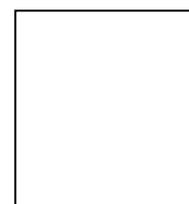
Em caso de desconforto ao falar sobre o tema, você poderá encerrar a entrevista a qualquer momento.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa



Espaço para impressão
dactiloscópica

Contato com a Pesquisadora Responsável:

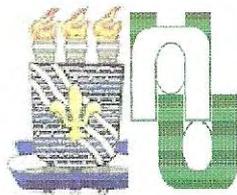
Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Ana Angélica Pereira Souza.

Endereço (Setor de Trabalho): Núcleo de Estudos do Comportamento Político – Mestrado em Psicologia Social/UFPB.

Telefone: (83) 9928 1659

Atenciosamente,

Assinatura da Pesquisadora Responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS - CEP

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada dia 24/11/09, após análise do parecer do relator, resolveu considerar **APROVADO** o projeto de pesquisa intitulado **VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS: uma análise psicossociológica**. Protocolo CEP/HULW nº. 343/09 da pesquisadora ANA ANGÉLICA PEREIRA SOUZA.

Solicitamos enviar ao CEP/HULW um resumo sucinto dos resultados, em CD, no final da pesquisa.

João Pessoa, 08 de Janeiro de 2010.

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEP/HULW

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW